



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 03/2021

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2021

INICIADA ÀS 14 HORAS E 50 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 22 HORAS e 30 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	06
ORDEM DO DIA	53
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	102
ENCERRAMENTO	103

ATA N.º 03/ 2021ABERTURA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, sito em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Atas
- 1.2 - Expediente
- 1.3 - Intervenções
- 1.4 - Petição «Redução urgente dos preços da água, saneamento e resíduos no Concelho da Covilhã»
- 1.5 - Petição “Por um Plano de Investimento Municipal na Requalificação das Vias Municipais no Concelho de Covilhã”
- 1.6 - Petição “Sítio da Marinheira, Paul”

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Relatório de Gestão e Atividades 2020 do Município da Covilhã (aprovação);
- 2.3 - Prestação de Contas Consolidadas 2020 (aprovação);
- 2.4 - Proposta de adjudicação da Concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã (aprovação);
- 2.5 - Adjudicação: Aquisição de fornecimento de eletricidade para os Municípios de Covilhã, Fundão, Penamacor e para Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, SA – Homologação da Ata Final e Minuta de Contrato (conhecimento);
- 2.6 - Alteração das Peças de Procedimento - “Concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de 43 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no concelho da Covilhã” – e Erros e Omissões (aprovação);
- 2.7 - Propostas de alteração da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana de Centros Urbanos de Freguesias do Concelho (aprovação);
- 2.8 - Propostas de ORU (aprovação)

- Centro Urbano de Barco;
 - Centro Urbano de Coutada;
 - Centro Urbano de Unhais da Serra;
 - Centro Urbano de Paul;
- 2.9** - Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal - 2021-2030 (aprovação);
- 2.10** - Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2021 - 2030 (aprovação);
- 2.11** - Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã (aprovação);
- 2.12** - Regulamento Municipal de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local (aprovação);
- 2.13** - Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas Municipais do Concelho da Covilhã (aprovação);
- 2.14** - Minutas de Auto de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã para a União de Freguesias/Freguesias do Concelho (aprovação);
- 2.15** - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo - Requalificação da Rua da Chandeira Sarzedo (aprovação);
- 2.16** - Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e o Carvalhense Futebol Clube (aprovação);
- 2.17** - CPCJ Covilhã - Relatório Anual de Atividades – 2020 (conhecimento).

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. José Paulo Pina Simão, Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira em substituição de Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Carlos Alberto Matos Mendes e Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva. -----

Verificada a existência de "quórum", o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica - Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento - Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa - Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** propôs que a Intervenção do Público tivesse lugar no início. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, com a alteração proposta, **foi a mesma aprovada por maioria, com 17 votos a favor, 02 votos contra e 07 abstenções.** -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APROVAÇÃO DE ATA

--- Submetida a *ata n.º 02/2021 de 21 de abril de 2021*, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, foi a mesma *aprovada por unanimidade*. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os Senhores Membros Municipais: João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP) e Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira (CDS-PP). -----

1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remete, para conhecimento e divulgação, a pergunta endereçada ao Governo sobre a destruição do "Tinte Velho"; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (Líder de Bancada do PCP) a requer à Câmara Municipal informação sobre a rede viária nas Penhas da Saúde; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (Líder de Bancada do PCP) a requer à Câmara Municipal informação sobre Esplanada na Rua da Ramalha, n.º 14; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (Líder de Bancada do PCP) a requer à Câmara Municipal informação sobre obras na Rua João Alves da Silva em Covilhã; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (Líder de Bancada do PCP) a requer à Câmara Municipal informação sobre Estrada Ourondo-Parada-Aldeia de S. Francisco de Assis; -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução n.º 1247/XIV-2.ª - Concessões da exploração de redes municipais de distribuição de eletricidade em baixa tensão; -----
- Email da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção da Moção - exigir que a legislação reserve um valor percentual dos royalties, para os Municípios e Freguesias de forma a beneficiar a população pelo impacto causado pela atividade extrativa de mineração"; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção do Voto de Pesar em memória das vítimas dos ataques armados ocorridos na província de Cabo Delgado - Moçambique; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção - exigir que a legislação reserve um valor percentual dos royalties, para os Municípios e Freguesias de forma a beneficiar a população pelo impacto causado pela atividade extrativa de mineração"; -----
- Ofício s/n.º da Senhora D. Cecília Coelho a acusar a receção e a agradecer o Voto de Pesar em memória do Senhor Dr. Jorge Coelho; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a resposta do Governo à pergunta que lhe foi formulada sobre investimento nos Postos de GNR no Distrito de Castelo Branco; -----
- Ofício AM-154 da Assembleia Municipal de Mortágua a remeter, para conhecimento, uma Moção que aprovaram em 30 de abril de 2021 sobre "Rearborização - Revogação da Portaria n.º 15 A/2018, de 12 de janeiro"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta colocada à Senhora Ministra da Justiça, pelos Senhores Deputados Paula Santos e António Filipe sobre as «Instalações do Tribunal de Trabalho na Covilhã»; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a enviar, para informação, o Projeto de Lei n.º 880/XIV-2 que apresentaram na Assembleia da República que "Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Géneses Ilegal (alteração à lei n.º 91/95, de 2 de setembro)". -----

1.3 - INTERVENÇÕES

VOTOS DE PESAR / LOUVOR / MOÇÃO

--- Foram entregues à Mesa, pelas Bancadas do PS e do DNCCP, **Votos de Pesar** pelo falecimento do **Senhor António Correia Saraiva** com o seguinte teor: -----

“Voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Correia Saraiva, de 74 anos. -----

Ao longo da vida dedicou-se aos outros, principalmente aos mais desfavorecidos. -----

Íntegro e generoso, esteve sempre ligado a várias instituições e iniciativas nomeadamente as Conferências S. Vicente Paulo, o Banco Alimentar Contra a Fome da Cova da Beira de que foi impulsionador e dirigente e a Rádio Clube da Covilhã onde desempenhou vários cargos diretivos. -

A título de reconhecimento do valioso contributo que deu às causas sociais, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. ” -----

Grupo da Bancada do Partido Socialista (doc. 01) -----

“No passado dia 20 de Maio, a Covilhã ficou mais pobre, face ao falecimento do Sr. António Correia Saraiva. Pessoa séria, honesta, frontal e educada, fez dos outros a causa da sua vida. -----

*Dirigente de várias associações sediadas no concelho da Covilhã, nomeadamente, do Banco Alimentar da Cova da Beira, da Rádio Clube da Covilhã, NY Estudantes da Escola Campos Melo, das Conferências Vicentinas, quer a nível local, regional e nacional, onde assumiu **vários cargos e responsabilidades**. -----*

*Uma **peessoa de bem, que durante a sua vida sempre visou ajudar os outros** nomeadamente, dando conforto àqueles que mais necessitavam de apoio para poderem sobreviver. -----*

Calcorreou muitas estradas... casas... procurando ajudar os outros... a transmitir esperança... conforto... sempre com um sorriso, o seu habitual sorriso... a dar esperança a quem procurava...

Quis a doença que não lhe permitisse a sua presença na homenagem que o Município da Covilhã, muito justamente, lhe pretendia fazer. Contudo, esteja onde estiver, certamente, assistirá à homenagem que lhe vai ser realizada a título póstumo. -----

Senhor António Correia Saraiva, um homem de bem que marcou o seu tempo a ajudar e a aliviar o sofrimento de milhares de habitantes do concelho da Covilhã. Bem-haja por tudo o que fez pelos outros. -----

Assim, -----

*Propõe-se a esta Assembleia Municipal um **VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor António Correia Saraiva**. -----*

Caso seja aprovado, propõe-se um minuto de silêncio, em honra da sua memória. -----

Por fim, deve ser dado conhecimento à sua família, nomeadamente, a sua mulher e filhos. -----

Presidente do Grupo Parlamentar "De Novo Covilhã" (doc.02) -----

--- Colocados à votação os **Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor António Correia Saraiva**, foram **aprovados por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

--- Pediu a palavra o Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** referindo: "*antes de mais gostaria de dizer que este Voto de Pesar surgiu com o contributo e com a anuência do Movimento de Novo Covilhã, que o Dr. Luís Fiadeiro representa e como amigo pessoal do António Costa. E, em concordância de ambos resolvemos elaborar este Voto de Pesar e apresenta-lo eu, uma vez que lhe vou suceder na Mesa da Assembleia do Clube de Campismo*". -----

De seguida, o Senhor Dr. Nuno Pedro procedeu à leitura do **Voto de Pesar**, que se transcreve: **(doc.03)** -----

"VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO JOSÉ DA FONSECA COSTA -----

Faleceu no passado dia 11 de Junho António José da Fonseca Costa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube de Campismo e Caravanismo da Covilhã. -----

Nascido em 27 de Outubro de 1964, viria a ingressar na Marinha Portuguesa com 17 anos e aí permaneceria na defesa e representação da Pátria por mais de trinta anos, tendo passado à Reserva como Primeiro-Sargento antes de finalmente se aposentar. Cidadão empenhado, dotado de uma franqueza, sinceridade, honestidade e integridade raras, nunca deixou de estar empenhado em prosseguir uma vida profissional intensa e em contribuir para a sociedade onde se inseria. Sempre educado e correcto, era frontal e rígido como qualquer militar digno desse nome. -

Incapaz de estar parado, apesar da sua qualidade de aposentado, foi gerente da empresa Vaz, Lda. durante mais de 15 anos, teve ainda breves passagens por outras actividades. No Clube de Campismo e Caravanismo da Covilhã foi sempre empenhado e desempenhou diversos cargos de Direcção e na Assembleia Geral da qual era actualmente o seu Presidente. Com a honestidade, seriedade e integridade que sempre o caracterizaram, ajudou a resolver alguns dos problemas e situações mais difíceis que o Clube atravessou e é também por isso credor do reconhecimento dos associados do Clube de Campismo e Caravanismo da Covilhã. -----

O Clube e a Covilhã ficaram certamente mais pobres. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião de 25 de Junho de 2021 aprova um voto de pesar pelo falecimento de António José Fonseca Costa e endereça à sua esposa e filho as mais sentidas condolências pela sua perda. -----

Os Proponentes a Bancada do Partido Socialista e o De Novo Covilhã. -----
Obrigado" -----

--- Colocado à votação o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António José da Fonseca dos Santos Costa**, foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.**

--- Foi apresentado, pela Bancada do Partido Socialista, um Voto de Pesar pelo falecimento da Menina Esther Musa Samaila com o seguinte teor: (doc.04) -----

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ESTHER MUSA SAMAILA -----

Voto de pesar pelo falecimento de Esther Musa Samaila, de 8 anos, natural da Nigéria. -----

Frequentava uma das escolas da cidade da Covilhã e o seu falecimento, tão inesperado e prematuro, causou grande consternação na comunidade escolar e em toda a cidade. -----

A título de solidariedade, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

O Grupo da Bancada do Partido Socialista” -----

--- Colocado à votação o Voto de Pesar pelo falecimento da Menina Esther Musa Samaila, foi aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória. -----

--- Foi entregue à Mesa, pela Bancada do Partido Socialista, um Voto De Louvor pela Eleição do Senhor Dr. António José Gonçalves Marques como Presidente do Movimento Special Olympics Portugal que a seguir se transcreve: (doc.05) -----

“Voto de Louvor pela Eleição de António José Gonçalves Marques -----

No passado mês de Maio o Dr. António José Gonçalves Marques foi eleito Presidente do Movimento Special Olympics Portugal para o quadriénio 2021-2025. Natural de Lisboa, residente no Concelho do Fundão e Presidente da Junta de Freguesia do Casteleiro - Sabugal, é Fundador e Presidente da APPACDM da Covilhã desde a sua fundação em 2006 onde continua a desempenhar essas funções. -----

O movimento Special Olympics Internacional foi fundado em 1968 por Eunice Kennedy e o movimento Special Olympics Portugal foi fundado em 2001. Este movimento dedicado à promoção da prática desportiva mais do que da competição em cidadãos com deficiência, tem ainda uma forte preocupação com a inclusão destes cidadãos na sociedade e com a promoção da igualdade social e da saúde considerada de forma abrangente. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 25 de Junho de 2021, endereça ao Dr. António Marques as felicitações pela sua eleição formulando votos de reais concretizações para as muitas realizações que possam contribuir para esta causa tão justa.” -----

-- Colocado à votação o Voto de Louvor pela Eleição do Senhor Dr. António José Gonçalves Marques como Presidente do Movimento Special Olympics Portugal, foi aprovado por unanimidade. -----

--- O Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) propôs um Voto de Louvor a todos os Recenseadores que Colaboraram nos Censos 2021, extensivo a todos os Delegados Municipais e Regionais que a seguir se transcreve: (doc.06) -----

"VOTO DE LOUVOR"

Considerando:

- O trabalho de campo desenvolvido por todos, neste que foi o 16.º Recenseamento Geral da População e o 6.º Recenseamento Geral da Habitação,
- A sua intervenção técnica e muitas vezes humana, no contacto com as populações,
- A vontade e resiliência demonstradas na resolução dos problemas existentes e ainda,
- Que todo o trabalho foi realizado num contexto mundial de pandemia, o que obviamente o dificultou, mas que o valoriza ainda mais,

Venho, na qualidade de Presidente da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 25 de Junho de 2021, aprove um voto de louvor a todos os recenseadores que tão meritariamente colaboraram nos CENSOS 2021.

Proponho ainda que este louvor seja extensivo a todos os delegados municipais e regionais, que colaboraram também de forma fundamental para o sucesso de todo o processo.

O presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso

Carlos do Carmo Martins"

-- Colocado à votação o **Voto de Louvor a todos os Recenseadores que Colaboraram nos Censos 2021, extensivo a todos os Delegados Municipais e Regionais, foi aprovado por unanimidade.** --

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** apresentou uma Proposta para que seja convocado o Secretário Executivo da CIMBSE, que se dá por inteiramente reproduzida: **(doc.07)** --

"Assunto: Convocar o Secretário Executivo da CIMBSE para apreciação da atividade da CIM no âmbito do PART"

Proposta

O Programa de Apoio à Redução Tarifária (Part) tem por objetivo combater os efeitos negativos associados à mobilidade, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social.

Em 13 de Agosto de 2020 tivemos conhecimento, pela comunicação regional, que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) decidiu que, "a partir de Setembro, limitará o apoio à aquisição de passes de transporte a pessoas em situação de carência económica comprovada" e que "segundo as novas regras, que vigorarão para os passes com validade posterior a 1 de Setembro, o apoio a conceder será de 50% do preço, mas limitado a pessoas em situação de carência económica que terá de ser comprovada pela Câmara Municipal da residência".

Ora, sendo limitada, na área da CIMBSE, o Part apoiava em 40% a aquisição de passes normais e em 60% se o utente tivesse mais de 65 anos ou menos de 23.

O Decreto – Lei nº 1-A/2020, de 03 de Janeiro deu suporte jurídico ao Part, tendo verba específica no OE de 2021. -----

Recorde-se, ainda, que o PART, beneficia as populações, em outros concelhos e áreas metropolitanas, com um passe de 30€ no concelho e de 40€ na área metropolitana o CIM. -----

É do conhecimento público que os responsáveis da CIM afirmaram que a medida seria reposta em 1 de Janeiro de 2021, o que não veio a verificar-se. -----

Em 17 de Fevereiro de 2021 foi publicado o Despacho nº1824-A/2021 que determina os factores de distribuição das verbas do Part pelas áreas metropolitanas e pelas comunidades intermunicipais. Os factores de distribuição incidem sobre a verba de 138.600.000 € previstos no Orçamento de Estado para 2021. -----

Passados seis meses do início do ano de 2021 a redução tarifária não foi reposta mantendo-se a situação insustentável e sem sentido de inexistência de qualquer apoio, no âmbito do Part, aos jovens e aos trabalhadores que necessitam, por razões de frequência de estabelecimentos de ensino e de trabalho, deslocarem-se em transporte público. -----

Apesar da exigência desta Assembleia Municipal de que os nossos munícipes tenham o mesmo direito das populações residentes nas áreas metropolitanas. -----

Apesar da exigência da Assembleia da Comunidade intermunicipal da reposição do Part na área da CIMBSE. -----

A Redução tarifária não foi reposta. -----

Assim, no exercício das suas competências, previstas na alínea a), do número 5 do artigo 25º do RJAL, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal da Covilhã decide convocar o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela para responder perante os membros desta Assembleia sobre a atividade desenvolvida, nomeadamente a relacionada com a aplicação do Programa de Redução Tarifária. -----

Covilhã, 21 de Junho de 2021 -----

P'lo Grupo Municipal da CDU/PCP-PEV-----

Vitor Manuel Reis Silva" -----

--- Colocada à votação a **Proposta para convocar o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela** foi a mesma **aprovada por maioria, com 33 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP, PCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Orjais, Verdelhos, Barco e Coutada,) e 2 abstenções (Presidente da Junta/União de Freguesia de Tortosendo, Peso e Vales do Rio).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores Presidente de Junta/União de Freguesia de Ferro, Peraboa, Sobral de S. Miguel, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Vale Formoso e Aldeia do Souto. -----

--- O Senhor Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP) procedeu à leitura de uma proposta de Voto de Louvor ao ACeS Cova da Beira pela forma como tem organizado e gerido a vacinação na Cova da Beira que a seguir se transcreve: (doc.08) -----

"VOTO DE LOUVOR -----

A Covid-19 chegou de forma súbita e está para durar. -----

Transformou a vida dos seres humanos. Determinou sacrifícios. Implicou dor e sofrimento. Alterou o mundo. Mobilizou a comunidade científica em descoberta de uma vacina que o possa combater e evitar. -----

Após ter sido feito um esforço titânico, as vacinas apareceram. É necessário com a maior brevidade possível e de forma adequada vacinar as pessoas. Está em causa a vida e a sobrevivência das pessoas. Para o efeito, têm enorme peso os centros de vacinação que foram criados, certo que, todos dependemos deles para que em tempo possamos ser vacinados. -----

Nos concelhos da Covilhã, Belmonte e Fundão **foram criados centros de vacinação pelo ACeS Cova da Beira.** -----

Na presente data já foram vacinadas mais de 67.000 pessoas. -----

Têm funcionado muito bem, **com organização, disciplina, atendimento personalizado, onde perdura a simpatia e o carinho. Uma excelência de serviço.** -----

Num tempo em que o Serviço Nacional de Saúde padece de insuficiências, **devemos elogiar e realizar os bons serviços prestados no seu âmbito.** E logo aqui tão perto. -----

Está de **parabéns a equipa do ACeS Cova da Beira, responsável pela vacinação, nomeadamente, a sua direção executiva, direção clínica, bem como, todos os profissionais do referido Agrupamento, e ainda, os colaboradores das autarquias e das instituições colaborantes. É um exemplo a nível nacional.** -----

Num tempo em que não há tempo para a palavra, para o elogio, devemos realçar, por elementar justiça, os bons serviços que são prestados pelo ACeS Cova da Beira, no âmbito da vacinação. -----

Assim, propõe-se a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um **VOTO DE LOUVOR ao ACeS Cova da Beira, responsável pela vacinação dos concelhos da Covilhã, Belmonte e Fundão, pela forma como tem organizado e gerido a vacinação na Cova da Beira, com profissionalismo, simpatia e humanismo, prestando um serviço de excelência a todos aqueles que pretendem, de forma preventiva, combater a Covid-19.** -----

Caso seja aprovado, deve o referido voto ser remetido ao ACeS Cova da Beira, bem como, às autarquias da Covilhã, Belmonte e Fundão. " -----

--- Colocado à votação o **Voto de Louvor** ao ACeS Cova da Beira pela forma como tem organizado e gerido a vacinação na Cova da Beira foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

INTERVENÇÕES DE LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** antes de iniciar a intervenção procedeu à leitura do Requerimento que enviou à Assembleia Municipal e que se transcreve: **(Doc.09)** -----

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Assunto: Requerimentos apresentados e não respondidos. -----

De acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, (alínea d) do nº 2, do artigo 25º, do RJAL,) solicitar e receber informação, através da Mesa, e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores. -----

Ora, a alínea k) do nº 1, do artigo 29º do mesmo regime Jurídico, diz que compete à Mesa da Assembleia Municipal, comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da Câmara Municipal ou dos seus membros. -----

Como é do conhecimento desta Assembleia Municipal, e de V. Exª, tenho sinalizado a ausência de resposta da Câmara Municipal a diversos requerimentos efetuados pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV. -----

Porém, desconheço, e penso que toda a Assembleia não tem conhecimento, do número de requerimentos apresentados pelos seus membros a pedir informações ou documentos. -----

Assim como, não temos conhecimento do número de respostas dadas. -----

Levando em conta que a resposta a um requerimento na Administração Pública é de 10 dias úteis...e não estando definido prazos específicos de resposta no Regime Jurídico aplicável...aplica-se a Lei geral do direito à informação... -----

Levando em conta o exposto, o grupo municipal da CDU – PCP/PEV questiona o Senhor Presidente da Mesa quanto ao número de Requerimentos/Pedidos de informação apresentados por todos os grupos municipais e o número de respostas dadas pelo Executivo. -----

Covilhã, 25 de Junho de 2021 -----

P’lo Grupo Municipal da CDU/PCP-PEV -----

Vitor Reis Silva”-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva que o pedido foi registado perto das 2 da manhã e que os serviços vão providenciar para que lhe seja dada resposta. -----

“Agora, pode continuar com a intervenção, tem 4 minutos.” -----

- De seguida, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva fez a intervenção que se dá por integralmente reproduzida: **(doc.010)**. -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras - Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

No passado 23 de junho, foi votada na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela 29.ª vez, uma resolução que reclama pelo fim do bloqueio imposto pelos Estados Unidos da América contra a República de Cuba. -----

O criminoso bloqueio económico, comercial e financeiro imposto, há 62 anos, pelos EUA contra Cuba e o povo cubano constitui uma inaceitável medida coerciva contra um Estado soberano, adotada de modo unilateral e com carácter extraterritorial, e que afronta abertamente os princípios da Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional. -----

O bloqueio imposto pelos EUA atenta frontalmente contra a soberania de Cuba e agride os direitos do povo cubano, nomeadamente procurando impedir o desenvolvimento económico e social, incluindo o acesso a bens essenciais nos planos da saúde, alimentação, educação, desporto ou cultura, implicando pesados prejuízos e consequências para Cuba e o povo cubano. -----

É particularmente grave que a Administração Trump tenha intensificado cruelmente as medidas do bloqueio no contexto da pandemia e que a atual Administração Biden mantenha. -----

O PCP saúda o Partido Comunista de Cuba e o povo cubano pela sua resistência e determinação face à violenta política dos EUA, e reafirma a solidariedade para com a sua luta em defesa do direito a decidir soberanamente o seu caminho livre de quaisquer ingerências externas e a prosseguir a construção socialista. -----

A resolução foi aprovada pela 29.ª vez com 184 votos a favor, três abstenções e dois votos contrários – EUA e Israel. A votação na Organização das Nações Unidas (ONU) pode ter peso político, mas só o Congresso dos EUA pode anular o embargo de mais de 50 anos. -----

Vamos esperar que a Administração de Biden perceba que os EUA não podem continuar a impor a sua vontade e visão do mundo, os seus valores e o seu entendimento quanto a valores e direitos humanos. -----

A nível nacional salientamos as conclusões das jornadas parlamentares do PCP, nomeadamente a que conclui que: -----

- a atual situação epidemiológica exige a adoção de medidas de saúde pública para controlar a epidemia e para retomar em segurança as atividades económicas, sociais, culturais e desportivas, e não de medidas que restringem a liberdade e a mobilidade dos cidadãos. -----

Mais uma vez, o Governo faz a opção errada no combate à epidemia, centrando-a na restrição de atividades e direitos, em vez de dotar a estrutura de saúde pública e o Serviço Nacional de Saúde da capacidade de resposta necessária para garantir a retoma da normalidade da vida nacional. --

Rastrear, testar, vacinar e garantir os apoios sociais são as componentes da verdadeira solução para enfrentar a epidemia – dotar as equipas de saúde pública com capacidade para uma intervenção rápida e com eficácia no rastreamento de contactos, na identificação dos surtos e na quebra de cadeias de contágio; aumentar a testagem e acelerar a vacinação através do aumento de vacinas disponíveis, diversificando a sua aquisição, e do aumento de capacidade dos centros de vacinação com a contratação de enfermeiros e demais trabalhadores da saúde, que permitam vacinar e proteger a população mais rapidamente. -----

São evidentes as fragilidades das equipas de saúde pública e a desadequação da estrutura de saúde pública. -----

É prioritário o reforço da estrutura de saúde pública, com a dotação de meios financeiros, tecnológicos e humanos; -----

salvaguardando a autonomia e independência da autoridade de saúde pública no exercício das suas competências; -----

assegurando a articulação com os diversos níveis de cuidados, através de uma organização das estruturas de saúde pública numa base concelhia, de proximidade, em função das necessidades de saúde dos utentes, garantindo a humanização dos serviços e da prestação de cuidados e promovendo a participação democrática das populações. -----

Ainda no âmbito da Saúde saliente-se a necessidade de concretização das medidas já decididas para a criação do Laboratório Nacional do Medicamento a partir do Laboratório Militar, intervindo com especial enfoque na criação de condições para o reforço das capacidades científicas, tecnológicas e produtivas do Laboratório, capacidades únicas no âmbito do Estado e que devem contribuir para a capacidade produtiva soberana na área da produção farmacológica e medicamentosa e que exigem o necessário investimento e apetrechamento em meios técnicos e humanos, bem como para cumprimento das suas responsabilidades no âmbito da Reserva Estratégica de Medicamentos. -----

Na resposta à crise, no plano económico, o Governo continuou a privilegiar a obsessão pela redução acelerada do défice, em vez do necessário investimento público. -----

Basta ver o conjunto de problemas que se avolumam atingindo MPME, pequenos produtores e comerciantes, sectores como a cultura, o comércio, a hotelaria, restauração e turismo. -----

A resposta à grave situação económica foi em grande parte sustentada em moratórias bancárias, que têm hoje um peso em Portugal superior ao de outras economias. -----

Perante uma situação em que a normalidade na vida e na atividade económica ainda não foi recuperada, a perspectiva do fim abrupto das moratórias em setembro pode representar a entrada em incumprimento de milhares de famílias, no crédito à habitação, e de milhares de empresas que recorreram ao crédito bancário. -----

O PCP apresentou uma proposta que permitiria resolver esta situação urgente, prolongando todas as moratórias, sem deixar de considerar que a resolução dos problemas se faz com medidas de fundo que permitam a normalização e dinamização da atividade económica. -----

Esta resposta, aprovada na generalidade, foi depois alterada por PS e PSD, que limitaram o alcance do prolongamento proposto pelo PCP, excluindo o crédito à habitação e discriminando as empresas em função do CAE. -----

Pior, estes partidos decidiram sujeitar este prolongamento à autorização da Autoridade Bancária Europeia. -----

Ficando limitada no seu alcance e na possibilidade de vir a ter consequências práticas, a proposta aprovada, que resultou da iniciativa do PCP, coloca a exigência ao Governo e ao Banco de Portugal de, junto das autoridades europeias, removerem quaisquer obstáculos à resposta a uma situação que afeta particularmente o nosso país. -----

O PCP não desiste e voltará a **apresentar na Assembleia da República uma iniciativa legislativa relacionada com as moratórias bancárias** para evitar que, em setembro, as famílias e as pequenas empresas se vejam a braços com uma situação de fim abrupto das moratórias, sem que haja condições para começar o pagamento regular das prestações. -----

Nas medidas de apoio às empresas, é preciso reforçar os apoios e terminar com todas as discriminações, seja em função do CAE, de ter ou não trabalhadores, das dívidas a bancos, ou mesmo do tipo de contabilidade, tratando como foras-da-lei os MPME que legitimamente decidiram recorrer a regimes simplificados. -----

A dispensa do Pagamento por Conta, aprovada no OE 2021 por iniciativa do PCP, tem de ser aplicada sem subterfúgios. -----

Simultaneamente, sendo inoportáveis os aumentos dos preços dos combustíveis, do gás, da eletricidade, num contexto de grandes dificuldades para as famílias e para as MPME, e quando Portugal continua a registar uma das faturas energéticas mais elevadas da Europa, -----

o PCP apresentará uma iniciativa legislativa para a criação de um regime de margens máximas nos combustíveis, pela revisão e prolongamento do regime de preços máximos no gás de garrafa, e também uma iniciativa visando travar o aumento da tarifa regulada da eletricidade.

Quanto à área do trabalho -----

A precariedade é uma realidade que continua a marcar a vida de milhares de trabalhadores no nosso país. -----

O combate a todas as formas de precariedade, no sector público e no sector privado, tem de ser uma prioridade. -----

No entanto, o Governo PS insiste em opções que agravam e intensificam o quadro de exploração dos trabalhadores. -----

Um dos mais recentes exemplos é o chamado Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura. Apesar da proposta do Governo poder ainda vir a ser alterada na sequência da consulta pública, é inegável a matriz de manutenção e normalização da precariedade. -----

Continua a ser mais vantajoso para quem contrata a opção por recibos verdes, o equilíbrio da Segurança Social pode ser comprometido por via da constituição de um fundo autónomo sem garantias de autossustentabilidade e ainda são incluídas normas mais gravosas do que as que existem actualmente no Código do Trabalho. -----

O Estatuto não responde aos problemas principais que estão colocados aos trabalhadores das artes e da cultura. -----

O PCP defende que a valorização dos trabalhadores e do trabalho nas artes e na cultura, como noutras áreas e setores, exige o reconhecimento da existência de direitos, de contratos de trabalho, de salários dignos, da criação de condições para que os trabalhadores possam ser integrados e manter-se no sistema de Segurança Social. -----

O PCP vai intervir, dentro e fora da Assembleia da República, no sentido de concretizar as suas propostas em defesa da dignidade do trabalho na cultura, para valorizar a cultura enquanto pilar da democracia e fator decisivo de desenvolvimento e progresso. -----

A este exemplo, junta-se o recorrente recurso à externalização de serviços na Administração Pública, intensificando situações de precariedade, baixos salários e atropelo dos direitos dos trabalhadores por parte de empresas que prestam serviços ao Estado em vários sectores de atividade, como limpeza, vigilância ou alimentação, e que não respeitam os direitos mais elementares dos seus trabalhadores. -----

Esta situação assume especial gravidade por serem instituições e entidades do Estado a contratar estes serviços, sendo assim coniventes com os atropelos laborais praticados por essas empresas. -

Para o PCP, os serviços não devem ser externalizados e estes trabalhadores devem ter um vínculo laboral com as entidades e instituições da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado para as quais trabalham.” -----

*--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** fez a intervenção que se dá por integralmente reproduzida: -----*

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e demais elementos da Mesa -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores -----

Exmos Senhores e Senhoras Membros da Assembleia Municipal -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta -----

Público presente e Representantes dos Órgãos de Comunicação Social -----

Praticamente com 4 anos de Mandato decorridos estamos aqui naquela que se prevê venha a ser a última reunião de Assembleia deste Mandato, ordinária diga-se. -----

Gostava de poder dizer no final deste tempo que aquilo para que os Covilhanenses nos confiaram o seu voto foi cumprido, mas não. -----

Infelizmente tenho que admitir que não sinto que tenha sido concretizado aquilo a que me propus, quando em conjunto com as minhas colegas de Bancada nos apresentámos a sufrágio. -----

Acho que a reunião de hoje é um perfeito exemplo disso. Uma Ordem de Trabalhos tão extensa e com tantos assuntos de tão grande importância e impacto para o dia a dia dos nossos Municípios devia ter sido tratada de outra forma. -----

Falaremos hoje aqui de contas e perceberemos que facilmente não seria uma ou duas Sessões Ordinárias ou Extraordinárias deste Órgão que alterariam o resultado orçamental. Não sendo um problema orçamental que tipo de problema temos nós em que este Órgão se reúna de forma eficaz, resolvendo aqui os problemas dos nossos Concidãos? -----

Percebemos também pela Ordem de Trabalhos de hoje que não pretendemos aproximar este Órgão dos Municípios, com esta Ordem de Trabalhos... aqui eu vou fazer um parênteses porque esta situação foi alterada eu tinha previsto a Ordem de Trabalhos que nos foi enviada. Vou passar à frente porque efetivamente foi alterado o período de intervenção do Público, que é uma premissa que está nas mãos do Senhor Presidente da Mesa fazer, decidir se acontece no fim ou no início e sujeitar o Público a uma intervenção no final da Assembleia com uma Ordem de Trabalhos como esta, seria algo que seria afastar as pessoas e não aproximá-las. Portanto, aqui, reconhecer que a Assembleia esteve bem. -----

Não é só desta forma que afastamos os Municípios deste Órgão, durante 4 anos tentámos rever o Regimento desta Assembleia e não o conseguimos, não é que o Regimento seja uma ferramenta desatualizada ou descontextualizada. É necessário modernizá-la, traze-la para o Século XXI e quando nos apresentámos a sufrágio umas das propostas que tínhamos era a transmissão online destas reuniões, algo que em 4 anos não se conseguiu fazer, nesta Assembleia mas que por proposta do CDS numa Assembleia de Freguesia do Concelho se conseguiu por em prática. -----

Quanto às propostas que fomos apresentando ao longo deste Mandato, elas foram apresentadas sobre as mais variadas formas, seja como Recomendação seja como Moção, foram sempre caindo, muitas sem sequer chegarem a ser votadas, enroladas na discussão e reduzidas a minutos de debate infrutífero. -----

As saudações, os Votos de Pesar, os Votos de Louvor, como os que hoje aqui foram apresentados, são necessários mas aquilo que fazem é pura e simplesmente desfocar-nos daquilo que é essencial neste Órgão. -----

É por isso com sabor agridoce que aqui agora faço este balanço tendo a certeza que não foi pela nossa atividade neste Órgão, que os propósitos com que nos apresentámos a Eleições não foram cumpridos, porque não fomos nunca vencidos pelo cansaço, nem nos ausentámos do debate, sempre estivemos presentes e cumprimos com aquilo a que nos propusemos. -----

Tenho dito.” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que se dá por integralmente reproduzida: **(doc.11)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
 Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
 Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----
 Exmos. Deputados Municipais. -----
 Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----
 Senhores Cidadãos que estão a presenciar esta Assembleia. -----
 Comunicação Social. -----

Havia vários temas e assuntos que podiam merecer a nossa atenção e reflexão, quer em termos internacionais quer em termos nacionais. O mundo está em ebulição. As guerras regionais e/ ou étnicas perduram. A Comunidade Internacional não dá resposta atempada e adequada para combater as causas que levam milhares de pessoas a fugir dos seus países, procurando nos países industrializados, oportunidades de vida. -----

Por outro lado, não se percebe e muito menos se entende, que haja ministros a continuar a merecer a confiança do Senhor Primeiro Ministro, que estão em perfeito desnorte e em conflito com entidades e/ ou organizações. Veja-se o caso do Sr. Ministro da Administração Interna, que não supervisiona o SEF, não dialoga com os Bombeiros, não gere de forma adequada e eficaz a questão dos incêndios, tem conflitos com as Forças de Segurança... Enfim, uma tristeza. Já para não falar dos tristes episódios ocorridos na TAP preconizados por um Ministro que quer ser Primeiro-ministro, para além dos milhões de euros que estão a ser injetados em tal empresa. Quem paga? -

No entanto e pela sua importância, entendemos dedicar esta intervenção, ao lamentável episódio ocorrido na Câmara Municipal de Lisboa e relativo à remessa para as Embaixadas dos países visados em manifestações, dos dados pessoais dos seus promotores. Sinceramente passados mais de 47 anos do 25 de abril de 1974, nunca pensei que tal fosse possível em Portugal! -----

Custa acreditar. Fernando Medina desculpa-se da delação, dizendo que era habitual... E afirmando que foi um erro. Nada sobre direitos humanos, sobre a liberdade de manifestação, nada sobre a obrigação dos órgãos do Estado de Direito, ou seja, de proteger cidadãos livres de regimes autocráticos. Não, não é um erro, Fernando Medina, é um crime, vários pelos vistos. -----

Como é possível que tal tenha ocorrido em Portugal? Como é possível que tenham sido colocados em causa os direitos fundamentais de tantos cidadãos em Portugal? -----

Consideramos tal procedimento de uma gravidade atroz, que deve merecer a nossa atenção, e que certamente a proteção de dados não vai deixar passar. Na política faz falta a coerência e a assunção de responsabilidades. Depois não se queixem da evolução dos movimentos extremistas. -----

Fazem falta políticos como o falecido Jorge Coelho, que por causa da queda de uma ponte, se demitiu, ou de António Vitorino que por causa do não pagamento de um imposto de selo/ sucessório também se demitiu. Num tempo em que Portugal viu a Comunidade Internacional reconduzir António Guterres a um novo mandato na ONU como seu Secretário-geral – o que desde já se saúda – a culpa não pode morrer solteira, ou não pode ser imputada ao elo mais fraco “da cadeia”. Obviamente que o Sr. President6e da Câmara Municipal de Lisboa, devia ter pedido a demissão. Não o tendo feito, só contribuiu para o descrédito da política e dos políticos. -----

Por fim, não posso deixar de referir um ato que me deixou bastante perplexo. Espero que seja um lapso. Sei que em período eleitoral, há um frenesim de obras. É pena não haver eleições todos os anos. No entanto, há que preservar a memória do nosso passado. Um povo sem memória não é povo. Os símbolos, as placas, as lápides, devem perdurar no tempo, pois refletem a nossa história, a qual não podemos nem devemos ignorar. Tudo isto por causa do Sr. Artur de Almeida Campos, ilustre empresário hoteleiro que marcou a Covilhã na sua época. Havia uma placa alusiva à sua pessoa no antigo edifício Montalto, hoje a fazer parte do novo Teatro Municipal da Covilhã, tal placa, com a obra foi retirada do local. Com o termo da obra ainda não foi reposta. Espero que tal tenha sido um mero lapso, que ainda está a tempo de se corrigir. Desta forma, apelamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã para diligenciar no sentido de ser reposta a placa existente e alusiva ao Sr. Artur de Almeida Campos. É de elementar justiça. -----

Entretanto, tivemos também conhecimento que havia uma outra placa no Jardim, relativa ao anterior Presidente da Câmara Carlos Pinto, que também foi retirada. E, de facto, penso que aí terá sido eventualmente algum ato de vandalismo, mas contudo deverá merecer da parte do Executivo a adequada atenção, porque como eu disse a memória da história não pode ser assim apagada. --

Covilhã 2021/06/25 -----

O Presidente do Grupo Parlamentar "De Novo Covilhã" -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) iniciou a sua intervenção que se transcreve:

"Senhor Presidente da Assembleia e destinta Mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara e ilustre Vereação, -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Destintos Técnicos do Município, -----

Senhores da Comunicação Social, -----

Digníssimo Público, -----

Eu quero, também, neste período de intervenção da Liderança da Bancada e considerando aquilo que é a Assembleia que vivemos, porventura a última ou uma das últimas do nosso Mandato, faz sentido fazermos um balanço. -----

A minha intervenção é nesse sentido, procurando ser curto e garantidamente não tenho tempo para falar de tudo aquilo que foi o trabalho deste Órgão e deste Executivo Municipal. -----

Mas não podia deixar de dar aqui duas ou três notas relembrando de facto aquilo que aqui fizemos, que agora estamos a chegar ao fim e discordar porventura de algumas apreciações que já aqui foram feitas. Eu, pessoalmente e em nome da Bancada do Partido Socialista aprecio bastante bem o Mandato que aqui terminamos hoje, todos, enfim cada um falará de si. Já aqui ouvimos Deputados Municipais insatisfeitos com o trabalho - porventura também do seu próprio, porque disseram que este trabalho que aqui fizeram foi mau – eu pessoalmente considero que foi um trabalho muito positivo, incluindo da Oposição. Passo a explicar: -----

Nós fomos Eleitos há 4 anos, com o objetivo de governar os destinos do Concelho da Covilhã. Enfim, uns a governar outros a fazerem oposição. E, passo alguns episódios de circunstância, creio que conseguimos cumprir com aquilo que foi a nossa missão, conseguimos representar as pessoas e conseguimos resolver problemas. -----

Basta olhar em retrospectiva aquilo que aqui foram as decisões nesta Assembleia, basta pegarmos nas Ordens de Trabalhos e ver aquilo que nós aqui deliberamos, todos, uns votando contra uma vez, outros votando a favor, outros abstendo-se, mas votámos todos. E, portanto, acho que devemos ter orgulho. Naturalmente que há espaço de melhoria desta Assembleia, do funcionamento do Órgão. É sempre... por definição, é sempre possível melhorar, mas eu acho que nos devemos orgulhar do trabalho que aqui fizemos. -----

E, desde logo, devo lembrar um conjunto de ações que fizemos com impacto interno no Município da Covilhã. Isto é: nas condições de trabalho da Câmara Municipal, não podemos esquecer o processo de regularização de precários, não esqueçamos que vocês que aqui estão nesta sala foram responsáveis para resolver a estabilidade profissional de pessoas que andavam, algumas delas, há dezenas de anos numa situação de instabilidade. Tenham consciência daquilo que isto representa para essas pessoas e para essas famílias. Isto é fazer política, isto é cumprir a nossa missão! -----

Mas também fizemos o descongelamento das carreiras e a valorização dos recursos humanos do Município, mas para além disso fizemos também a requalificação do parque de máquinas e do parque automóvel. Nós dotamos as condições necessárias, do ponto de vista operacional, para hoje termos uma capacidade de resposta daquilo que tínhamos há 4 anos. Mas prosseguimos a estabilização financeira e sobretudo, também lançámos um novo desafio – que foi assumir as responsabilidades que o Governos nos lançou, assumindo as responsabilidades num conjunto de áreas muito importantes para a nossa Região e para o nosso Concelho. Isso é fazer política, isto é servir os nossos Concidadãos! Não podemos esquecer, isto faz parte deste Mandato e devemos ter orgulho nisso. Faz sentido falar nisto nesta Assembleia, mas sobretudo eu quero falar do impacto externo. Isto é: o que é que nós aqui decidimos com impacto nos nossos Concidadãos? -----

E vocês reparem que tomámos decisões, nesta Assembleia, que garantidamente vão impactar a Covilhã nas próximas décadas. Nós ao final de muitas décadas decidimos, nesta Assembleia, aprovámos nesta Assembleia o programa de concurso e de financiamento, por exemplo do Centro de Inovação Cultural da Covilhã, vai ser o projeto que vai devolver à Covilhã, uma cidade porventura das maiores do Interior, uma sala de espetáculos que não tinha há dezenas de anos, com dignidade. Portanto foi esta Assembleia que tomou essa decisão, foi esta Assembleia que aprovou a candidatura, foi esta Assembleia que aprovou o contrato de financiamento, fomos nós que tomámos essa decisão, mas fomos nós também aqui que decidimos sobre o Centro de Inovação Empresarial e sobre o Centro de Inclusão Social. Vamos ter três espaços no Centro da Cidade que vão não só, cada um na sua área, dinamizar o nosso Concelho e dar resposta aos nossos Cidadãos, mas sobretudo revitalizar o Centro Histórico. Um Centro Histórico creio que é comum reconhecermos que em 2013 não existia, mas que agora até, apesar de não se ter feito nada, já merece um gestor dedicado. E portanto eu acho que nós nesta Assembleia temos cumprido. -----

Nós começámos pela primeira vez se faz uma intervenção séria de valorização e de recuperação ambiental da Mina da Panasqueira; pela primeira vez estamos a fazer uma valorização do Rio Zêzere com projeto concreto; lançamos a candidatura da Covilhã a Cidade Criativa da UNESCO em Design, que é uma candidatura que independentemente do seu resultado terá um impacto

garantido nas próximas décadas no Concelho, porque é a aceitação que ele teve nas Instituições e transversal aos Partidos Políticos, garantidamente nos dá a certeza que será um projeto um plano de ação que vai ter impacto. -----

*Eu procurando cumprir o tempo e ajudando à condução dos trabalhos vou ficar por aqui. -----
Muito obrigado!" -----*

1.4 - PETIÇÃO «REDUÇÃO URGENTE DOS PREÇOS DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS NO CONCELHO DA COVILHÃ»

--- Foi presente à Assembleia a Petição «**Redução Urgente dos Preços da Água, Saneamento e Resíduos no Concelho da Covilhã**», documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o assunto à discussão e foram intervenientes: -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu: *“Nós durante 4 anos fomos criticando o valor da fatura de água, fomos discutindo se era a água que era cara, ou se era o saneamento, ou se eram os resíduos sólidos. -----*

Aquilo que se verifica neste momento é que a fatura de água é demasiado elevada, comparando com outros Concelhos vizinhos, comparando no contexto Distrital e também comparando no contexto Nacional. E, aquilo que a População vem exigindo e vem protestando ficou bem patente nesta petição, que obteve milhares de assinaturas, a exigir que a Câmara responda a esta grande necessidade que é de resolver o problema da fatura de água. -----

Há várias perspetivas, há quem defenda o alargamento dos escalões, para possibilitar no 1.º escalão, que abrange mais consumidores, um preço mais acessível ao consumidor; há esta questão da parceria público privada no âmbito do saneamento que dificulta todo o processo levando em conta que a parcela do saneamento tem um valor mais elevado do que o preço da água, esta é uma verdade. -----

Imaginem multiplicando o valor da fatura de cada um de nós, o valor médio, por 25 mil consumidores, ficamos talvez com a noção de quanto é que esta empresa Águas da Serra fatura mensalmente e fatura anualmente, com certeza que neste momento já remunerou o investimento que fez inicial. E que, neste momento, está a ter lucros que penso que são de forma gritante, de forma gritante... penalizam essencialmente as pessoas, as famílias que pagam este valor no saneamento. -----

Quanto aos resíduos - já protestamos aqui das taxas dos resíduos que o próprio Governo também impõe, o Ministério do Ambiente, são receitas do Ministério do Ambiente. Mas, penso que, será possível rever o preço tonelada ou exigir pelo menos que o preço tonelada seja visto como preço justo. Portanto dizer que nós apoiamos esta petição e consideramos que da discussão desta petição deverá sair daqui, no mínimo uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de uma análise profunda da fatura de água, sabendo nós as dificuldades que existem com os parceiros privados

quer na ADC, quer nas Águas da Serra, e também com a questão da REGIESTRELA. No sentido de conseguirmos esse grande objetivo que é baixar a fatura da água. -----

Assim como nós colocamos e a CDU/PCP coloca, aliás seguindo o exemplo daquilo que acontece no Mundo e daquilo que acontece também em Portugal que é o regresso da água à esfera pública. Ou seja, o regresso da água à gestão pública. A água enquanto valor económico, mas essencial para a vida, essencial para as pessoas e para a sua sobrevivência. -----

A água, enfim tem esse grande valor, tem um valor acrescentado, é muito apetecível todos nós sabemos e por essa razão também na defesa do ser humano, na defesa do valor do ser humano e das necessidades do próprio ser humano é importante que a água se mantenha na esfera pública para que seja e esteja ao serviço das pessoas e não ao serviço do lucro de, enfim, alguns capitalistas que apostam nesta área para obter, como é normal do próprio capitalismo e da sua natureza – a obtenção do lucro. -----

A água é essencial à vida e nós aqui sempre defendemos o trabalho que é necessário fazer, nos próximos anos, que é REMUNICIPALIZAR a água, ou seja retirar do processo o parceiro privado, os 49% de acordo enfim com os acordos parassociais, na altura assinados, penalizadores do Município e penalizadores das pessoas. -----

Hoje, o parceiro privado já remunerou, com certeza, aquilo que investiu. -----

Sabemos que é difícil, os acordos estão blindados, não é? Os acordos estão blindados. É difícil! ----

Os Tribunais Arbitrais, não é o Tribunal normal, é para um Tribunal Arbitral privado que aponta a resolução dos conflitos, mas o caminho é por aí e como eu disse há pouco existem exemplos a nível Mundial, existem exemplos a nível Nacional da decisão de a gestão da água voltar para a esfera pública. -----

Disse.” -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** informou que na presente intervenção irá abordar a situação relacionada com as três petições: -----

“Acho que aqui, com a presença destas petições, podemos observar aquilo que mencionei na minha Declaração Política, aquilo que foi a inoperância durante este Mandato, porque efetivamente as petições chegaram e não foram as primeiras a chegar a este Órgão, recordei uma apresentada pelos Elementos do PSD, na altura creio que sobre os limites de velocidade no Eixo TCT e nessa altura não houve reunião da Comissão das Petições, prevista no Regimento, com a chegada destas três petições houve efetivamente essa reunião, houve um pedido de elementos ao primeiro subscritor e ademais entidades relacionada com esta por exemplo da água, houve pedidos de esclarecimentos relacionadas com as outras petições e o trabalho que se devia ter produzido não se produziu. -----

Eu quando na minha primeira intervenção fiz o meu mea-culpa sobre aquilo que produzimos durante estes quatro anos também me referia a isto e não devo ser o único com o peso na consciência desta falta de ação, quando nós reduzimos a exigência connosco próprios para níveis perto do medíocre não podemos alcançar a excelência e quem votou em nós aquilo que nos exige é a excelência, porque é aquilo que os nossos Municípios precisam e nos pedem quando depositam em nós o seu voto. -----

Há aqui que considerar duas ou três coisas, na petição para a redução da tarifa da água e saneamento efetivamente ela é subscrita por cerca de mil peticionários, efetivamente quando

olhamos para os dados que nos enviou o primeiro subscritor as tarifas são as mais elevadas, praticamente, do nosso Distrito e aquilo que é necessário é que, tal como mencionou o Elemento da Bancada da CDU que me antecedeu, no mínimo se envie ao Executivo Municipal uma Recomendação para que estas tarifas sejam revistas. Eu não sei se enviaria uma recomendação, porque aquilo que nós vemos com as recomendações que aqui apresentámos neste Órgão é que elas pura e simplesmente caem em saco roto, não são votadas, não são discutidas, são apresentadas e são enviadas ao Executivo Municipal, praticamente sem ação. ----- Era a isso que me referia na altura em que disse que fomos inoperantes durante estes 4 anos.” ----

--- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) após apresentar cumprimentos disse: **(doc.12)** -----

“Em análise uma petição suscitada por um grupo de cidadãos e relativa à redução do preço da água, saneamentos e resíduos sólidos. -----

Primeiro que tudo, e conforme o também já proposto pelo Grupo Parlamentar ‘De Novo Covilhã’, entendemos que desde há anos que nada justifica a não redução da fatura da água. -----

E vamos mais à frente mostrar porquê. -----

Antes porém, importa salientar que havia razões e muito fortes para a Covilhã ter seguido o caminho que seguiu em 2008, sendo esta a única e a melhor solução para defender os interesses do Município e dos municípios. -----

Que alguém pergunte aos Municípios vizinhos e não vizinhos que integram o Sistema Multimunicipal se pudessem se não gostariam de estar como a Covilhã e fora do Sistema. -----

Em 2006/2007 havia duas soluções em cima da mesa. Aliás três. -----

Primeira, nada fazer quanto à constituição de uma empresa de águas não entrando capital e nada fazendo quanto às tarifas. -----

Consequências: a breve prazo os Serviços Municipalizados estariam inoperacionais falidos perante o caudal de recursos necessários para os investimentos obrigatórios. -----

Segunda solução. -----

Aderir ao sistema multimunicipal das águas do Zêzere e Coa. -----

Primeira exigência do governo. -----

Todo o património acumulado pelo Município em 60 anos de operação no sector seria nacionalizado sem contrapartidas. -----

Os cálculos apontavam para cerca de 40 milhões de euros, (que hoje vale o dobro e pagava, se vendido, duas vezes e meia o passivo do Município) que o Estado vinha incorporar na nova empresa sem contrapartida porque exigia que o valor fosse calculado sem atualização, pelo contrário depreciação pelo tempo de uso, ao tempo de incorporação no ativo da nova empresa. -----

Resultado e consequências que foram evitadas. -----

Hoje o Município da Covilhã praticava preços muito parecidos aos que pratica e tinha perdido o seu património de cerca de 80 milhões de euros. -----

Tinha perdido o controlo e a presidência da ADC e da ICOVI, salvaguardou a barragem do Viriato e tudo o resto. -----

Não faz parte do grupo de municípios do sistema multimunicipal que devem cerca de 100 milhões de euros às Águas de Portugal (Sistema municipal) (Todos devem (Guarda 35 milhões, Fundão 15

milhões etc...até ao dia em que o governo decida cativar verbas do OE). -----

Terceira solução e solução adoptada -----

1. Verticalizar o sistema com uma empresa em alta (ICOVI), uma empresa para distribuição (ADC) e outra para o saneamento (ADS); -----
2. Vender 49% da ADC, ganhando capital para os investimentos necessários no Concelho; ----
3. Venda com uma cláusula de Resolução: aos 10 anos a Câmara podia resgatar a venda, pagando o valor do capital nominal em condições a combinar, com o juro em curso do Banco de Portugal (BCE); -----
4. O Parceiro privado garantia o financiamento necessário na ADC; -----
5. Assim se assegurou a viabilidade económico-financeira da ADC – Águas da Covilhã que passaram a dar lucro; -----
6. Permitiu manter 80 milhões de euros de património da ADC – Águas da Covilhã e ICOVI; ---
7. Assegurou os postos de trabalho dos seus funcionários e colaboradores; -----
8. Possibilitou o investimento na rede de águas, que era necessário e urgente e que de outro modo não era possível; -----
9. Permitiu que a ADC – Águas da Covilhã seja hoje uma empresa sólida económica e financeiramente; -----
10. Permitiu que o concelho tenha 100% de água potável, 100% de recolha e tratamento de saneamento e águas residuais. Nem uma gota de água não tratada é lançada para o Zêzere. Isto desde 2008. -----

Diga-se que os preços praticados foram, sempre estabelecidos com o conhecimento da ERSAR, entidade reguladora, e que refletem os custos da gestão da água, o que não sucedeu noutros concelhos, nomeadamente, nos concelhos vizinhos, razão pela qual, os mesmos foram confrontados, passados alguns anos, com o aumento de preços e com uma dívida de 100 milhões de euros ao sistema municipal das águas do Zêzere. -----

AGORA CHEGAMOS AO PONTO FULCRAL DA QUESTÃO -----

As tarifas praticadas podiam ser mais reduzidas desde pelo menos há sete anos? -----

É evidente que sim e só o não foram porque a Câmara do PS resolveu fazer a caramunha do preço da água e ao mesmo tempo empachar os lucros do preço da água que nestes oito anos chegam aos 6 milhões de euros. -----

Durante estes dois mandatos andou a dizer que não podia baixar o preço da água, mas já podia ir à ADC buscar em média 750 mil euros de resultados positivos a cada ano correspondentes a 51% dos lucros obtidos, visto que só uma parte 49% correspondiam ao privado. -----

Então é preciso dizer o que a mentira tem perna curta. -----

Esta Câmara devia ter feito o que estava previsto quando da venda dos 49% e que consistia em devolver os lucros da parte municipal à ADC, sendo esta obrigada a reduzir em 35 % o custo da fatura da água por crédito a cada consumidor deste valor global do lucro recebido. -----

O Município da Covilhã cumpria assim as suas obrigações de reduzir o valor da fatura. -----

Esta Câmara preferiu outro caminho de mentira e hipocrisia. -----

Para o exterior e para as famílias e comércio dizia que nada podia fazer. -----

Ao mesmo tempo recebia os lucros da água que dizia estava cara. -----

E porque não queria fazer o que devia? -----

Porque queria aproveitar o lucro da água para gastar em pessoal e contratos que consumiram milhões nestes oito anos sem se ver obra feita no Concelho. -----

Podia e devia aplicar a sua parte do lucro na redução do tarifário da água. Com as consequências daí decorrentes. Razão pela qual estamos de acordo com a redução do preço da água. -----

*No tocante ao **Saneamento**, está o mesmo a ser gerido pelas Águas da Serra, da qual o Município da Covilhã tem 30% do seu capital. -----*

Foi realizado um investimento de 20 milhões de euros. Convém lembrar que em data anterior à construção das Águas da Serra, a Covilhã não tinha o saneamento tratado. Que o rio Zêzere estava poluído. -----

Que as empresas sediadas no concelho da Covilhã estavam regularmente a ser confrontadas com processos de contra-ordenação face à inexistência de tratamento dos seus efluentes. -----

Permitiu-se inclusive evitar que fossem aplicados tarifários às empresas que a suceder implicavam para muitas destas, o seu encerramento imediato. -----

A Covilhã e as suas freguesias têm hoje um sistema de esgotos renovado sem que esta Câmara tenha investido um euro. -----

Com a verticalização do sistema (águas/saneamento) permitiu que fosse possível obter 25 milhões de euros para a construção da conduta de água, destinada à nova barragem que esta Câmara perdeu. -----

O preço do saneamento também pode ser reduzido. -----

Assim haja vontade do executivo para negociar com o parceiro privado o tarifário, pois há condições para que tal suceda. -----

A este propósito coloco a seguinte questão: se hoje fosse possível aos municípios de Belmonte, Guarda e Fundão aderir ao sistema multimunicipal do Zêzere e Côa, qual a resposta? -----

A resposta seria não. -----

Em 8 anos de presidência socialista qual o investimento realizado em água e saneamento? -----

*No tocante aos **resíduos**, tal não depende diretamente do Município da Covilhã, mas sim da Resiestrela, que por sua vez, depende do governo. -----*

O que pode ser feitos pelos municípios aderentes ou utilizadores é pressão política, no sentido da descida dos preços. -----

Desconhecemos se tal é possível. -----

Desconhecemos também se a Câmara Municipal da Covilhã realizou alguma diligência nesse

sentido. -----

Contudo, verificamos que o preço pelo tratamento de resíduos é muito elevado. -----

E como tal deve ser reduzido. Assim haja vontade política para a concretização de tal desiderato. -

Em síntese estamos de acordo com a redução do preço da água. -----

E essa redução pode ser feita já no imediato. -----

Basta que o Município dia à ADC que quer converter a sua parte nos lucros em crédito na fatura da água. -----

A petição que aqui vem aproveita para defender sempre a nacionalização e rejeitar sempre a privatização. -----

Até na água aproveitam para impor a ideologia. -----

Viu-se a que conduziu países onde tudo era público. -----

Discordamos assim do texto da petição que tem uma carga ideológica e política muito acentuada e porque é uma evidência que hoje a Covilhã é o único município que discute nas Assembleia o que quer fazer na água e no saneamento enquanto os outros municípios vão à Assembleia das Águas de Portugal em Lisboa dizer a uma voz só o que pensam. -----

Era a isto que conduzia se não tivéssemos optado pelo caminho correto. -----

Deste modo **caso o texto não seja alterado e posto de acordo com o que aqui defendemos, votaremos contra.** -----

Mas sem embargo de trazermos aqui a solução prática para baixa imediata do custo da fatura da água, que deve ser adotada por esta Assembleia. -----

O presidente do Grupo Parlamentar 'De Novo Covilhã' -----

(Luís Manuel Carreira Fiadeiro) " -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) referiu: -----

"Senhor Presidente, sobre este assunto eu começaria por fazer, talvez em complemento ao exercício do Senhor Deputado que me antecedeu, um exercício de memória para percebermos como é que aqui chegámos. E eu compreendo a dificuldade que a direita tem de defender e de discutir este assunto. -----

O Senhor Deputado, que me antecedeu, vem no fundo fazer a sua história sobre a circunstância que nos trouxe até aqui, em que temos um sistema municipal de águas, em que a água é privatizada em 49%, em que o saneamento é privatizado em 70% e o Senhor Deputado vem-nos aqui dizer que essa foi a melhor solução e a melhor solução trouxe-nos ao caminho em que estamos hoje. Parece-me que também comungará da nossa opinião que é uma situação insustentável. Isto é, o custo que a fatura da água tem no Município da Covilhã não é sustentável e não é condizente com aquilo que são as necessidades dos nossos Municípios. Mas isso tem uma razão e tem uma razão exatamente no sistema que se montou. E é preciso voltar atrás Senhor Deputado e eu creio que o Senhor Deputado também lá estava, pelo menos também estava na Assembleia Municipal

em que isto foi decidido, em que vergonhosamente deixamos pessoas à porta com o apoio da GNR, em que limitamos a participação do público nessa discussão e em que o Partido Socialista se opôs e se opôs exatamente por considerar que a água é um bem essencial, mas o problema não é da água porque quando nós desagregamos a fatura da água nós percebemos que estamos na média, ou abaixo da média até, a nível Nacional. O custo da água na nossa terra é baixo, o que encarece substancialmente o custo da fatura é o saneamento. O saneamento encarece o custo da fatura porque foi privatizado, foi entregue a uma empresa, às Águas da Serra como o Senhor Deputado diz e muito bem, que aproveitou os fundos comunitários que a Câmara poderia ter aproveitado para construir as tais ETARS e Conduitas que o Senhor Deputado aqui lembrou e é verdade, mas fomos entregar ao privado de mão beijada esse financiamento quando podíamos ter nós aproveitado. E fomos entregar ao privado a antecipação dos lucros dos 30 anos do saneamento, com encaixe financeiro imediato e fizemos ainda um projeto financeiro para esse saneamento em que se perspectivava que a Covilhã iria crescer qualquer coisa como mil consumidores por ano. Em 2005 ou 2007 quando isto aconteceu nós já estávamos em crise demográfica, portanto já ninguém esperava, não havia nenhum boom demográfico e portanto já todos estávamos a viver nomeadamente no Interior o problema da demografia e aquilo que o Senhor Deputado aqui veio fazer, eu compreendo, foi um exercício difícil de contorcionismo, tentar explicar o inexplicável, mas é preciso dizer com estas letras objectivamente o Partido Socialista sempre se opôs a esta solução; objectivamente o Partido Socialista enquanto governou sempre tentou reduzir o custo da fatura, conseguimos-lo no primeiro mandato reduzindo a fatura da água e tentando agora no segundo mandato reduzir a fatura do saneamento. E portanto eu espero naturalmente como todos, creio, com a expectativa que o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo nos vá dando, como tem feito nesta Assembleia, informações a este respeito, mas que ninguém se iluda, nem a Oposição nem nenhum Covilhanense. O Partido Socialista esta solução que hoje vigora e com que o Partido Socialista é obrigado a governar, não é da nossa autoria, tem um autor, que é a direita. Aliás eu não sei se era Vice-Presidente mas talvez já fizesse parte aquele que é hoje o Candidato da Direita à Câmara Municipal, nesta decisão e portanto se calhar valerá a pena explicarem aos Covilhanenses como é que tomaram esta decisão que hoje nos voltaram a dizer que foi a melhor que podiam ter tomado e o resultado desta solução é aquilo que hoje temos, que é um custo exorbitante, inaceitável da água e do saneamento. -----

E portanto Senhor Presidente eu quero dizer aos peticionários, independentemente também de não me rever totalmente no texto que foi trazido à petição, mas quero-vos dizer que no essencial nós concordamos e estamos ao vosso lado, aliás sempre estivemos e quero-vos dizer que temos feito sempre de tudo, desde que estamos no Executivo Municipal, para baixar naturalmente essa responsabilidade financeira que recai sobre os Municípios. Infelizmente vivemos em regras, a Câmara Municipal da Covilhã é uma pessoa de bem rege-se em um Estado de Direito Democrático, portanto temo que cumprir os preceitos legais e administrativos, mas eu confio que o Senhor Presidente da Câmara tem condições e terá condições para cumprir a promessa que nos fez., que é de facto resolver e alterar esta situação que acontece, reduzindo o preço da água em negociação com o privado ou outra solução que esteja ao nosso alcance. Porque eu não tenho dúvida da vontade que o Partido Socialista e, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara, tem em baixar o custo da fatura. E é isto que eu quero dizer em nome da Bancada do Partido Socialista, é que nós estamos com a vossa causa independentemente do desacordo eventual com preciosismos do texto,

aquilo que nos move é exatamente a defesa da redução da fatura da água no Município da Covilhã e a criação de condições para que os nossos Concidãos não tenham uma sobrecarga de custos no seu orçamento familiar, por essa via. -----

Muito obrigado. -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, com a aprovação dos restantes Membros da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor **Dr. Jorge Fael**, inscrito no **Período de Intervenção do Público**. -----

Assim, o Senhor Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael disse: “Eu queria em primeiro lugar valorizar o direito de petição, que está inscrito no Regimento da Assembleia Municipal, creio que são as primeiras petições que eu tenho memória que chegam à Assembleia Municipal, não sei se outras petições já chegaram alguma vez à Assembleia Municipal, mas queria valorizar esse direito. ----- O processo de elaboração do relatório, enfim o surgimento da pandemia complicou muito o processo. Eu não fui ouvido, apenas me solicitaram alguns elementos e eu enviei-os. Agradeço a oportunidade de estar aqui, embora aproveitando o facto de o Público poder intervir, agradeço essa oportunidade. -----

Em relação à petição, ela foi subscrita por 1 239 pessoas, praticamente 5 vezes mais do que aquilo que o Regimento contempla, que são 250 assinaturas, parece-me um facto importante. E, relativamente à petição em si, eu creio que hoje é unanime na sociedade Covilhanense e até na sociedade política que a fatura da água e saneamento e resíduos no Concelho é um pesadelo para a maioria das famílias e das empresas, sobretudo das mais pequenas. Este pesadelo foi agravado em cenário de pandemia, como é evidente mais tempo em casa, mais consumo, as faturas dispararam. O Concelho da Covilhã é um dos Concelhos em que saltando dos 120m³ /ano para os 180m³ /ano que mais cobra, na fatura da água e do saneamento e resíduos; nós temos a fatura mais cara do Distrito, eu fiz as contas estão disponíveis posso enviara quem quiser e elas são públicas; temos uma das águas mais caras, uma das faturas também mais caras do País, a mais cara do Distrito; o saneamento é mesmo o mais caro do País, o saneamento em Alta, praticado pelas Águas da Serra é o mais caro do País; a água é a segunda mais cara do Distrito. Alguém perguntava aqui quanto é que fatura as Águas da Serra, as contas são simples 15,44€/mês vezes 25 mil consumidores, mais coisa menos coisa, dá 386 mil euros/ mês, estou a falar apenas em consumidores domésticos, multiplicando por 12 meses estamos a falar em 4 milhões e 600mil euros/ ano só nos consumidores domésticos para as Águas da Serra. É na ordem destes valores que estamos a falar só para consumidores domésticos. -----

Os motivos pelos quais aqui estamos são conhecidos, privatizou-se o saneamento por concessão com uma parceria público privada – Águas da Serra. -----

Recuperando um pouquinho a história é preciso lembrar que o PS votou a favor dessa concessão, na minha opinião quando se faz história é preciso ser preciso naquilo que aconteceu e o PS votou a favor dessa concessão, erradamente como hoje se comprova, na altura era a maioria PSD e o CDS também apoiou, era a maioria PSD que estava na Câmara. -----

Em relação às Águas da Covilhã o processo também é conhecido, 49% pelos vistos valeram e ainda valem mais do que 51%. Porque é que não baixa a fatura? Bem essa é a pergunta que os Covilhanenses fazem há muitos anos e sobretudo quando recebem mensalmente a fatura. -----

Na nossa opinião há condições, tem de haver condições, tem de haver vontade política e firmeza

política para baixar aquilo que é hoje um custo de contexto social e economicamente inaceitável, que é a fatura da água e o saneamento e resíduos. -----

Nós podemos produzir energia a distribuir água, quando muitos concelhos um dos custos mais significativos na distribuição da água é a energia e nós temos. Nem sequer entrámos no sistema multimunicipal que pratica preços, como nós sabemos muito mais elevados do que os Concelhos que gerem o ciclo integral urbano da água. -----

Portanto na nossa opinião falta vontade política, não serei eu a acusar o Senhor Presidente de eleitoralismo se até ao final do Mandato conseguir reduzir a fatura. Nem eu, nem creio que a esmagadora maioria dos Covilhanenses. -----

Aquilo que nós queremos, aquilo que os peticionários de facto subscreveram é a urgência em baixar os preços desta fatura que é, em alguns meses, de facto incomportável e vem o Verão e as pessoas consomem, obviamente mais água. Já aqui foram aventadas várias soluções. -----

Estamos num período pandémico ainda muito difícil, com uma crise económica e social tremenda. Ainda assim as Águas da Covilhã registaram mais um lucro de quase 300 mil euros, em 2020. É evidente que houve uma quebra significativa, mas ainda assim registaram um lucro que não é despiendo. -----

Em termos de acessibilidade económica quer a ERSAR, quer fazendo as contas, se nós fizermos as contas à fatura da água do saneamento e resíduos tendo em conta a remuneração base média mensal no Concelho da Covilhã estamos a falar em 793€/ mês se multiplicarmos este valor por dois, vezes 14 meses, isto dá 26 mil euros, à volta disso, se dividirmos estes 26 mil euros por uma fatura de água, nós concluímos que a acessibilidade económica para estes agregados e já nem falo para os agregados que ganham o salário mínimo nacional, a acessibilidade económica está mesmo em causa. Há privação porque de facto as pessoas não conseguem pagar uma fatura que é elevadíssima. -----

Soluções: -----

*Já aqui foram ditas. Há várias. A responsabilidade obviamente é da Câmara, não vão ser os Cidadãos a propô-la. Estamos disponíveis para propor algumas soluções e em relação ao saneamento eu creio que a Câmara não pode fugir a uma questão que é central. A Câmara tem de avaliar, neste momento, reponderar a concessão e avaliar a possibilidade de resgatar a concessão. Em Portugal - Mafra resgatou a concessão, fez as contas e concluiu que mesmo que tendo que pedir um empréstimo de vinte e tal milhões de euros era mais barato terminar já com a concessão do que prolongá-la por mais 15 ou 20 anos; Santo Tirso e Paredes, que são Municípios PS, estão neste momento num processo de resgate da concessão, porque é uma concessão altamente gravosa, altamente penalizadora para os Cidadãos. Portanto, reponderar e avaliar a viabilidade de resgatar a concessão tem que estar em cima da mesa. Até, na nossa perspetiva, para pressionar o operador privado que não pode continuar a praticar estes preços que são obscenos. -----
Muito obrigado.” -----*

1.5 - PETIÇÃO "POR UM PLANO DE INVESTIMENTO MUNICIPAL NA REQUALIFICAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS NO CONCELHO DE COVILHÃ"

--- Foi presente à Assembleia a Petição "Por um Plano de Investimento Municipal na Requalificação das Vias Municipais no Concelho de Covilhã", documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o assunto à discussão e foram intervenientes: -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** disse: "Esta petição aborda uma temática que, também nós aqui, na Assembleia Municipal, já discutimos várias vezes. ----- Chegámos a sugerir, à Câmara Municipal, um plano de requalificação das vias Municipais durante o Mandato. -----

O Senhor Presidente da Câmara até disse que tinha um plano, mas afinal de contas parece que o plano só funciona em 2021, esqueceu-se de colocá-lo em funcionamento em 2020, em 2019 e em 2018. -----

Em 2021, pelas razões que a gente conhece, fica sempre bem pintar um pouco as ruas em períodos próximos dos atos eleitorais, porque enfim as ruas ficam mais limpas e as pessoas ficam também mais satisfeitas. -----

E temos colocado a questão porque quer no Norte do Concelho, quer a Sul do Concelho a rede viária carece de intervenção. Mas, também, todos nós reconhecemos que não é num ano que se consegue fazer essa intervenção e que isto carece de uma planificação, uma priorização, por parte da Câmara Municipal, das intervenções a realizar anualmente, com o suporte do Orçamento como é evidente, no sentido de em três, quatro, cinco anos se resolver este problema. -----

Recordo aqui que temos estradas que se iniciaram e não se concluíram: do Ourondo à Parada, nunca foi concluída, falta a camada de desgaste, que nunca foi aplicada, falta a sinalização horizontal, vertical e os rails de proteção. -----

Bom, diz o Senhor Presidente da Câmara: Oh, mas do Zêzere até à Barroca conseguimos fazer. --- Claro, conseguiram pavimentar, pavimentou-se e muito bem. -----

Mas é necessário que esse troço também seja pavimentado, seja concluído, no fundo é concluir. Bom, 8 anos, possivelmente está por concluir há 10 anos. Ainda há dias passei lá e as valetas estão cheias de pedras, que vão ficando na valeta e outras vão para dentro da via. Assim como a limpeza dos taludes, a tal massa que devia ser cortada e não é cortada. -----

E que dizer do Ourondinho ao Ourondo, Casegas, Sobral de S. Miguel? É que aquilo de facto é uma desgraça e para quem fala em despovoamento temos aqui uma das razões porque é que as pessoas de Casegas, do Sobral... os casais jovens preferem, apesar de trabalharem na Covilhã, residir na Covilhã, porque não estão para passar este martírio diário, de fazer 20Km com uma estrada completamente degradada. -----

No Norte do Concelho acontece a mesma coisa. A ligação do Aeródromo ao cruzamento de Peraboa-Ferro também é uma urgência. É uma via muito utilizada pelas pessoas que residem por

ali. -----

A petição não nos surpreende, tem o nosso apoio, porque corresponde de facto àquilo que nós sempre defendemos, aqui, nesta Assembleia Municipal e àquilo que foi a nossa proposta, a par de outros Grupos, à Câmara Municipal. -----

Parece que, finalmente o troço de Vales do Rio-Peso vai ser resolvido. Mas lembro que foi, digamos, motivo de alguma brincadeira, da nossa parte, quando questionávamos o Senhor Presidente da Câmara quanto à necessidade de concluir aquela obra, naquela via. -----

Disse. -----

--- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) referiu: **(doc.13)** -----

“Eu, há pouco, queria também realçar o seguinte – independentemente de não concordarmos com o texto, concordamos com o princípio. Saudamos a existência de petições, acho que isto é salutar para a Democracia. -----

Relativamente aos autores, terei sempre que elogiar esse tipo de participação e cidadania. Aliás, como acontece com esta petição. -----

Está a Assembleia Municipal a analisar uma petição subordinada “Por um plano de investimento Municipal na Requalificação das Vias Municipais no Concelho da Covilhã”. -----

Com a referida petição, cujos subscritores são cidadãos das freguesias do Tortosendo, Sobral de S. Miguel, Casegas, Ourondo e Ferro, pretende-se que “haja um plano plurianual com intervenções definidas e priorizadas, calendarização e financiamento assegurado pelo Orçamento Municipal de forma a abranger todas as vias municipais, nomeadamente nas ligações aos concelhos vizinhos”. - É este, de facto, o tema que estamos aqui a analisar e eventualmente a aferir, aprovando ou não. Primeiro que tudo, saudar os autores desta iniciativa. É bom para a democracia a participação dos cidadãos na causa pública. -----

A cidadania deve ser uma bandeira de todo e qualquer país democrático. Por isso, todo e qualquer ato de cidadania como este, tal como sucedeu com o anterior, deve merecer da nossa parte o nosso aplauso. Bem-haja aos autores desta petição por este ato. -----

Dizer que a questão da falta ou ausência, de conservação das estradas no nosso concelho sempre mereceu do Grupo Parlamentar do “De Novo Covilhã” uma preocupação e atenção nesta Assembleia Municipal. -----

Conforme se pode constatar nas atas anteriores a esta Assembleia Municipal, já realizámos várias intervenções sobre tal temática chamando a atenção não só para o estado de degradação das referidas estradas, bem como da necessidade da sua reparação, pois não podemos nem devemos ter um concelho a duas velocidades: a Covilhã cidade e as localidades do interior do concelho. -----

Apelamos também para a necessidade dos recursos financeiros serem otimizados, estabelecendo prioridades. E a reparação das vias terrestres deve ser uma prioridade para qualquer executivo. -- Daí estarmos **em total concordância com o teor da referida petição**, a qual **não merece de nossa parte qualquer reparo**. -----

Reiteramos que para **criticarmos o poder central na temática das desigualdades entre o interior e o litoral** não podemos dar este exemplo no nosso concelho, ou seja, não cuidarmos do seu interior. E a questão da construção/ manutenção/ reparação das estradas **é fundamental para que haja um desenvolvimento harmonioso do concelho da Covilhã**. -----

*Daí apelarmos às forças políticas concorrentes no próximo ato eleitoral para estabelecer como prioridade esta temática. Para bem do concelho. -----
O Presidente do Grupo Parlamentar 'De Novo Covilhã'-----
(Luís Manuel Carreira Fiadeiro)" -----*

*--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) disse: -----
"Cumprimentar, antes de mais, os peticionários e saudar a petição. Todas as iniciativas de participação na vida pública são de louvar e feitas, sobretudo, com este nível de responsabilidade, são de saudar. -----*

A matéria em questão, a petição e o assunto das rodovias também não é um assunto novo, como já aqui foi dito. É um assunto que já mereceu, nesta e noutras Assembleias deste Mandato e outros, reparos que resultam, do meu ponto de vista, de um conjunto de circunstâncias e de decisões erradas no passado. -----

Durante muitos anos, com toda a legitimidade, o Município da Covilhã entendeu que a estratégia correta de governação seria desqualificar e desvalorizar os serviços do Município e contratar serviços. Isto é – eu em vez de ter um jardineiro para me cortar a relva, contrato um jardineiro para me cortar a relva e tudo isto é muito bonito até eu ter dinheiro. E, de facto, foi onde chegámos a dada altura, do Município da Covilhã, em que fomos paulatinamente, ao longo dos anos, desmantelando aquilo que eram digníssimos e competentíssimos serviços municipais, bem equipados com maquinaria, com pessoal dedicado, para contratar externamente os serviços. Chegando ao ponto em que deixando de ter dinheiro, enfim é sabido a situação financeira em que o Município se encontrava em 2013, com o resultado prático de, não tendo dinheiro e não tendo meios, não conseguimos intervir. -----

E volto a referir, aquilo que já aqui falei nesta Assembleia, valorizar aquilo que foi feito, já neste Executivo Municipal, em termos de qualificação do parque de máquinas e automóvel, qualificação e reforço dos recursos humanos e a aquisição de competências e capacidade operativa para intervir. -----

Infelizmente, a dimensão do problema é demasiado grande e não é possível fazer tudo de um momento para o outro. -----

Já foi apresentado, nesta Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara, um plano de trabalhos identificando as estradas e as rodovias degradadas que era preciso pavimentar ou requalificar, têm sido feitas, ao longo do tempo, há medida que vai sendo possível. -----

Mas não posso terminar sem dar outro destaque que me parece importante, o Partido Socialista e o Presidente da Câmara da Covilhã, nesta Assembleia, foi o único (aliás, desafiando até a própria Assembleia e a Oposição) que quando o Governo chamou os Portugueses, todos nós, a participar da discussão pública de como é que haveríamos de aplicar o dinheiro que vinha de Bruxelas, foi o único que aqui veio dizer e identificar no Governo que, de facto, fazia-nos falta dinheiro para as estradas. -----

Esta preocupação, é uma preocupação dos nossos Concidãos, mas é também uma preocupação nossa, do Partido Socialista e, desde logo, do Senhor Presidente da Câmara. -----

Dizer-vos que é para nós, também, um problema que está em cima da mesa, mas temos uma estratégia para o resolver e estamos a resolvê-lo. -----

Infelizmente, não se consegue resolver da manhã para a tarde, do dia para a noite. Naturalmente,

*já fizemos algumas e vamos continuar se assim merecermos a confiança dos Covilhanenses no próximo Ato Eleitoral. -----
Muito Obrigado.” -----*

*--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** referiu: -----
“Senhor Presidente, eu efetivamente disse que a minha intervenção seria única, na intervenção anterior. Mas, com os problemas do direto, foquei-me unicamente na petição anterior e não me referi nem a esta, nem à do Sítio da Marinheira. -----
Queria só recordar que, efetivamente, esta petição é uma petição com um tema premente, que temos debatido por várias vezes, neste Órgão e no Executivo Municipal, temos exigido intervenção neste sentido. -----
E recordar que, tal como agora fomos aqui acusados, pela intervenção anterior, de os únicos que se preocuparam com a intervenção nas estradas, na altura da elaboração do PRR foram os Senhores do Partido Socialista. Recordá-los que, nesta Assembleia, foram eles que assumiram e votaram para assumir as competências nesta área. -----*

*Portanto, se assumiram as competências nesta área, aquilo que previram é que teriam condições para atuar nesta área. -----
Foi dito aqui, por um Deputado do Partido Socialista, que preferia ter a competência, ainda que não tivesse dinheiro para intervir. -----
Ter a competência no Município, ainda que não tivesse depois condições para a cumprir. Alertámos, nessa altura, que essa não seria a melhor maneira. E aquilo que vemos hoje é que, efetivamente tínhamos razão.” -----*

*- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, com a aprovação dos restantes Membros da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor **Dr. Casimiro Santos**, inscrito no **Período de Intervenção do Público**. -----*

*- O Senhor **Dr. Casimiro Santos**, após apresentar cumprimentos referiu: **(doc.14)** -----
“Como primeiro subscritor, venho apresentar e defender a necessidade de uma petição dos cidadãos; esta intervenção inclui o texto da própria subscrição que penso que é importante ser lido por mim para dar conhecimento a todos os elementos desta assembleia e aos cidadãos aqui presentes. -----*

O direito de petição dos cidadãos (individual e coletiva) está consagrado no Regulamento de Funcionamento da Assembleia Municipal da Covilhã na sua secção IV, artigo 62º. A petição subscrita, de acordo com o nº 7 daquele artigo “por um mínimo de 250 cidadãos é obrigatoriamente inscrita na “Ordem de Trabalhos” de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal”. Tal foi feito, e bem. Independentemente da preocupação, anunciada aos munícipes e assumida em programa, há razões para que os munícipes se antecipassem a algumas intervenções, infelizmente ainda muito insatisfatórias e insuficientes. Na verdade: -----

Os munícipes covilhanenses assistem à degradação progressiva das estradas e caminhos municipais deste concelho, sem que a Câmara Municipal atue de forma competente e adequada

para resolver a situação perigosa para a circulação de pessoas e mercadorias em todo o concelho. Ao longo de centenas de quilómetros, em todas as freguesias, quer no espaço limítrofe da cidade, quer no sudoeste e norte, onde não há estradas nacionais, os perigos para a circulação são enormes, quer pela degradação do piso, quer por aluimentos e desmoronamentos, mas também pela ausência de rails de proteção na região montanhosa, com precipícios à beira do Zêzere ou de ribeiras caudalosas. -----

Os cidadãos residentes no concelho e outros que até cá se deslocam, exigem que os recursos financeiros colocados à disposição do município pelo pagamento dos impostos (IUC,IMI) e por transferência do Estado, sejam utilizados para manutenção e melhoria da rede viária municipal. --

Conscientes de que é difícil a intervenção num ano, o Plano deverá ser plurianual com as intervenções definidas e priorizadas, com calendarização e financiamento assegurado pelo Orçamento Municipal, podendo o executivo, de forma supletiva, socorrer-se de outras fontes de financiamento, e deverá abranger todas as vias municipais, nomeadamente as que nos ligam a concelhos vizinhos. O referido Plano deverá ser aprovado em Assembleia Municipal. -----

Passam das 3 centenas (335) os subscritores desta petição, naturais ou residentes, na sua maioria, das zonas periféricas do concelho: o sudoeste e o nordeste, e não são mais, porque muitos não têm acesso à internet e não sabem lidar com as novas tecnologias que lhes permitiria assinar on-line. São eles que sofrem a sua condição de periféricos que lhes dificulta a vida e os obriga a percorrer estas estradas e a estar tantas vezes off-line, ou em info-exclusão. -----

É pois com a sensação do cumprimento de um imperativo cívico que assumo a representação ativa destes cidadãos que assinaram e doutros mais que, não o fazendo, por motivos diversos, acabamos representando através deste instrumento que é a petição, cujo carácter democrático de intervenção é indubitável e está consagrado no regimento deste órgão. -----

Tenho dito. -----

Casimiro Santos” -----

1.6 - PETIÇÃO “SÍTIO DA MARINHEIRA, PAUL”

--- Foi presente à Assembleia a Petição “**Sítio da Marinheira, Paul**”, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o assunto à discussão e foram intervenientes: -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** informou que nesta petição, enquanto Membro da Bancada CDU/PCP/PEV, nesta Assembleia, na Comissão de Análise de Petições assumiu a responsabilidade da elaboração do Relatório, que passou a ler: **(doc.15)** -----

"ASSUNTO - Petição – Sítio da Marinheira, Paul -----**Relatório -----**

1. Em 30 de Junho de 2020, na Assembleia Municipal, foi criada a Comissão de Análise de Petições, nos termos do nº7, do artigo 62º do Regimento Interno; -----
2. A primeira reunião da Comissão de Análise de Petições teve lugar em 16 de Setembro de 2020 e decidiu nomear o deputado municipal Vítor Reis Silva, representante da CDU/PCP para a elaboração do Relatório da Petição – Sítio da Marinheira, Paul e para a Petição sobre a "Redução urgente dos preços da água, saneamento e resíduos no Concelho da Covilhã" foi nomeado o deputado municipal João Vasco, representante do CDS/PP. -----
3. A 17 de Setembro de 2020 foram pedidos elementos relativos às duas Petições a diversas entidades, entre as quais a Câmara Municipal. -----
4. Na ausência de resposta da Câmara Municipal ao pedido de informações sobre a Petição – Sítio da Marinheira, Paul, à data do presente documento, decidiu o relator nomeado elaborar o relatório verificando no terreno a situação existente e ouvindo os primeiros peticionários. -----

Assim, verifica-se que a Petição deu entrada na Assembleia Municipal em 29 de Junho de 2020, dando conta os peticionários que tinha sido enviada para a Câmara Municipal em 07/08/2019, sublinhando, ainda, que já tinham denunciado a situação ao longo dos anos, exigindo a intervenção dos serviços municipais. -----

A Petição visava a " Colocação de semáforos/lombas redutoras de velocidade e sinalização adequada" e tem a assinatura de 62 peticionários com o número de identificação pessoal. -----

São primeiros signatários a Dª Maria Luísa Vicente P. Guerra, o Sr António Pereira Pacheco e a D. Carla Madeira. -----

5. Da situação existente foi possível identificar que após a data da entrada da petição na Assembleia Municipal (seguem fotos em anexo): -----
 - a) Foram colocados painéis informativos da existência de um local com forte incidência de acidentes rodoviários; -----
 - b) Foi pintado em todo o troço da Rua da Ramila e Sítio da Marinheira um traço contínuo que impede as ultrapassagens; -----
 - c) Foram colocadas placas de proibição de circulação a velocidade superior a 50 km/hora; -----
 - d) Foram pintadas faixas sonoras para induzir a redução de velocidade; -----
 - e) Foram colocados espelhos refletores nos cruzamentos; -----
 - f) Foram colocadas placas de aviso de aproximação de zona escolar. -----
6. Ouvidos os peticionários declararam os mesmos que a sinalização horizontal e vertical colocada é útil enquanto ação de sensibilização e informação aos condutores. Já quanto à velocidade dos veículos tudo continua na mesma, mantêm a convicção, enquanto conhecedores privilegiados do comportamento dos condutores naquele troço da Estrada Municipal, que: -----

- a) *O problema só tem resolução eficaz com a colocação de semáforos ou de lombas redutoras da velocidade quer junto da Escola do 1º CEB e Jardim de Infância e Extensão do Centro de Saúde quer no Sítio da Marinheira e que;* -----
- b) *A proteção das pessoas que se movimentam entre o Sítio da Marinheira e a Rua da Ramila quer pelo acesso aos serviços de educação e saúde quer nas caminhadas em atividade de lazer só é possível com a construção de um passeio (possível pela existência de espaço na berma) no lado esquerdo no sentido descendente da Rua da Ramila e Sítio da Marinheira* -----

O relator, enquanto residente na mesma via, confirma que a sinalética instalada avisa e sensibiliza, contudo, também verifica que os condutores não respeitam a velocidade estabelecida. -----

Por outro lado, a existência de veículos agrícolas que transitam na via com traço contínuo (cerca de 2 Km) leva o condutor a “arriscar” a ultrapassagem. -----

Face ao exposto recomenda-se à Câmara Municipal a colocação de lombas redutoras nos locais indicados em 6 – a) e a construção do passeio no lado esquerdo do sentido da via Rua da Ramila-Sítio da Marinheira, sendo possível, ainda, mais tarde e numa 2ª Fase, a colocação de passeio no lado direito da mesma via até ao cruzamento com a Estrada para Casegas. -----

O Relator -----
Vitor Manuel Reis Silva, deputado municipal, grupo CDU/PCP” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** após apresentar cumprimentos disse: **(doc.16)** -----

“1.6. Petição sítio da Marinheira Paul -----

A petição é pertinente. Conhecemos o local e um pouco do histórico da sinistralidade que ali teve lugar, quer quanto ao número de acidentes quer quanto à gravidade dos mesmos. -----

Por outro lado, depois do último acidente grave e da petição levada a efeito pelos moradores, salientamos o trabalho ali feito para prevenir futuras ocorrências. -----

Porém, sendo a segurança o melhor indicador da qualidade de vida de qualquer povo civilizado, não só apoiamos a recomendação constante na petição, colocar passeios e semáforos, como exortamos todas as pessoas a tornarem público qualquer situação que, em seu entender, possa por em causa a segurança de pessoas e bens. -----

Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** apresentou cumprimentos e disse: -----

“Relativamente a esta petição o Partido Socialista entende que o Município deve prosseguir no caminho da solução do problema, já está a diligenciar no sentido de o resolver, e porventura tratar também da questão das lombas e do passeio. -----

Assim seja também do ponto de vista legal, não conhecemos qual é o ponto de vista urbanístico,

se é possível fazer o passeio, se os terrenos pertencem ou não ao Município. Mas podendo naturalmente deverá diligenciar, como sempre, na prossecução dos interesses legítimos das Populações. -----

Obrigado” -----

--- O Senhor **Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul)** informou que tem acompanhado de perto esta situação e que muito antes de ser Presidente de Junta houve um acidente na zona da Marinheira.

Situação que o levou, logo que tomou posse na Junta de Freguesia, a começar a trabalhar no sentido de minimizar o problema que causou a tragédia ocorrida dois ou três anos antes. -----

Concorda com a petição - *“é bom que se faça alguma coisa nestes locais críticos”*. -----

De seguida referiu: *“A petição, para já, não veio alterar nada porque, a sinalização que está colocada pode não ser suficiente, também concordo, mas já melhorou significativamente e vem no sentido de sensibilizar quem ali passa.* -----

Agora a petição não veio alterar, porque todo o trabalho que foi feito naquele local da Marinheira, foi feito anteriormente. -----

Tenho dito. -----

Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** usou da palavra e disse: -----

“Senhor Presidente, obrigado. -----

Relativamente à Rua Conde José Calheiros - fazer um pequenino histórico: o alvará daquela urbanização data do ano de 1996, vão 25 anos, um espaço público que ficou ao abandono, um vazio urbano, aliás existem muitos nos vários loteamentos que acabam por não ter utilidade absolutamente nenhuma e ficando ao mato, às ervas infestantes, etc.; em novembro de 2017 os moradores fizeram um abaixo-assinado; em dezembro de 2017 foram a uma reunião da Câmara Municipal; em setembro de 2018 o Senhor Eng.º Vieira Diretor do Departamento de Obras informou que o projeto para alteração ao alvará estava a ser elaborado pelos Serviços Camarários e enviou o estudo prévio. -----

A Junta de Freguesia realizou uma reunião comunitária com os moradores no sentido de sugerirem alterações, enviou para a Câmara Municipal essas alterações, que foram acolhidas. Em agosto de 2020 foi fechado o projeto, com a inclusão de algumas das propostas dos moradores e, em setembro de 2020, o Senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso de que isto seria feito até final do Mandato, inclusivamente apontando a data de março de 2021 (para a realização de uma obra, que espera há 25 anos, para requalificar um espaço público, que está ao abandono, num loteamento urbano) e a pergunta é muito concreta – vai ou não a Câmara Municipal assumir o compromisso até final do Mandato? -----

Obrigado” -----

--- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes, agradeceu aos peticionantes a exposição das suas preocupações e informou: -----

No que diz respeito às petições – dar uma nota que se impõe, elas são espontaneamente organizadas pelo Partido Comunista e bem. Mas venham do Partido Comunista, ou de outro Partido qualquer, a espontaneidade ou a ausência dela é sempre bem-vinda em democracia. -----

Água ou melhor saneamento, é que recorrentemente trazemos aqui este assunto indevidamente denominado, nós não estamos a falar na fatura da água, nem da água. Nós estamos a falar no saneamento independentemente de depois se discutir problemas também relacionados com a água, que existem motivos para o discutirmos. -----

Mas, em bom rigor, a questão é uma questão relacionada com o saneamento. O cenário que aqui encontramos foi a concessão de saneamento em alta até 2035 e uma parceria público privada em que 51% são da ICOVI e 49% da Águas da Serra e no abastecimento e saneamento em baixa. -----

E, portanto, de 2014 até 2016, não se registou qualquer aumento, tendo havido uma redução aproximadamente de 7% em 2017, de 2018 até 2021, até à presente data não se registou qualquer alteração do tarifário. Portanto esta nota era importante que aqui fosse dada, porque sendo certo que o saneamento tem um preço exorbitante, a verdade é que não podemos dizer o mesmo da água. A água é mais barata do que no Fundão, mais barata do que na Guarda, a título de exemplo, e tem uns pozinhos acima de Castelo Branco. Portanto, estamos a falar é do saneamento que é, eu já o aqui disse, é escandalosamente caro, estamos todos de acordo quanto a isso. -----

Agora o problema é, eu oiço falar aqui a muitas vias e ouvi aqui um Senhor Deputado Municipal a falar em três vias até me parecia que estava a ouvir falar o Tony Blair, havia uma quarta via. É que a quarta via foi quando em 2005 se fez esta parceria, não é para recriminar ninguém, não é para apontar o dedo a ninguém é apenas para dizer que havia alternativas e uma das alternativas era termos ido ver de fundos comunitários e fazer aquilo que o parceiro privado fez. -----

O parceiro privado contruiu ETARS com dinheiros que arranjou, até presumo que nem foi à Europa, era tão vantajoso o negócio que nem precisaram, julgo eu, de ir buscar dinheiros comunitários. E a verdade é que havia ao dispor do Município da Covilhã, isto tem que ser dito sempre em abono da verdade, havia dinheiros da União Europeia para fazer estas obras de saneamento com vistas à construção das ETARS e escusávamos hoje de estar aqui a discutir isto. -----

Disse-se aqui também, e eu concordo, que é melhor discutirmos nesta Assembleia, as questões da água e do saneamento do que irmos discuti-las a Lisboa ou a outros sítios do País, também estamos de acordo nisso, julgo eu que não foi errada a decisão de não termos aderido ao sistema das Águas do Zêzere e Côa e digo-o com todo o desprendimento, porque nunca tive uma opinião muito rígida a esse propósito, como também, já agora também, não posso deixar passar em claro se é certo e isto não é nenhuma invetiva, nem nenhuma discordância de fundo, no que diz respeito aos princípios de orientação política, só demonstra efetivamente que há liberdade de voto no Partido Socialista. Eu, enquanto Vereador da Oposição, votei contra estas concessões, alegando inclusive

ilegalidade, que veio a ser confirmada e está a ser confirmada por doutos especialistas na matéria, embora tendo tido apenas menos de 24 horas para analisar uma pilha de papeis, descobri o sitio onde isso estava, e constatei que era ilegal o negócio e tanto assim é que declarei para a ata e consta da ata, para memória futura, porque para o bem e para o mal as atas farão a história sempre das nossas intervenções nestas e noutras Instituições. -----

E dito isto, é importante que se diga e eu não quero perder tempo com a forma, quero sobretudo ir ao conteúdo ou, como dizem os Espanhóis *al grano*. Dizer que não podia estar mais de acordo, independentemente dos considerandos de natureza ideológica, há uma questão na qual estamos de acordo, seja ela ideológica ou de outra índole, é que efetivamente eu entendo que esta água, melhor dizendo que a questão do saneamento, bem como a água, não devem sair do domínio público só em última instância, mas isto é a minha opinião e julgo que é a opinião dominante dos Socialistas em geral. -----

Isto para dizer que, no que diz respeito ao saneamento que é aquilo que encarece a fatura, porque quanto mais água se consumir mais saneamento se paga. Esta é a realidade das coisas. Porque temos uma tarifa que não é a mais cara a nível Nacional, mas é a 6.ª mais cara do País. Fosse a 1.ª ou fosse a 6.ª ela é muito cara e é incomportável para o bolso dos nossos Concidãos. -----

É verdade que, para os mais desfavorecidos, existe o Cartão Social Mais e não são atingidos tão gravosamente por esta fatura, também existe a fatura social. Mas a mim preocupa-me a classe média, preocupam-me todos, mas o grosso da coluna dos afetados, por esta fatura elevadíssima é a classe média, isso está muito claro, julgo eu, para todos. -----

Para vos dizer que, na sequência do negócio que foi celebrado em 2005 e foi por escritura pública e na sequência de um concurso público e de um contrato de concessão dos serviços de saneamento em alta, foi como já aqui referi por um período de 30 anos, essa escritura consta, do nosso arquivo. -----

Volvidos todos estes anos, desde a data da celebração, foram obtidos dados relevantes sobre as vicissitudes relativas à execução desta concessão. Elementos que levaram o Município e a mim próprio, como o responsável máximo, a encetar contactos com a Concessionária com vista ao reequilíbrio financeiro ou modificação, numa base que entendi que fosse justa e equilibrada. Entre esses elementos encontra-se um conjunto de pressupostos assentes em variáveis, variáveis onde existem desvios face à situação inicialmente prevista, a qual também não é alheia a evolução legislativa entretanto ocorrida ao longo dos anos. -----

Ponderadas as alternativas que melhor defendessem os interesses de ambas as partes, mas principalmente sem descurar o interesse público, que cabe ao Município defender em primeira linha e a mim em particular, apontaram-se caminhos e caminhos negociais sem que fosse encontrada uma solução consensual com as partes. E acreditem e quem me conhece sabe que gosto de fazer pontes, gosto de levar ao limite a capacidade de entabular conversações e negociações que cheguem a bom porto, mas como não ignoramos estamos a lidar com um grupo económico. Esta é a resposta que eu sempre oiço do outro lado, esta é apenas uma empresa. Mas esta empresa faz parte de um grupo, só parte de um grupo que tem um volume de negócios superior ao PIB de Portugal. Não estamos a negociar com uma empresa qualquer, em termos de

força, em termos de capacidade de afirmação das nossas convicções por mais justas que elas sejam. -----

Isto para dizer que, em causa o que está neste momento, isto é que é o essencial da nossa discussão, é a sustentabilidade da concessão e, designadamente no que respeita aos valores tarifários. E a verdade, como já aqui disse, coloca o Município da Covilhã a praticar algumas das tarifas mais altas do País. -----

Aponta-se desde logo a base da legalidade, e temos aqui questões nas vicissitudes encontradas... ah, começamos logo com uma que é a ausência da submissão da fiscalização prévia do Tribunal Constitucional, talvez muitos Covilhanenses não saibam e muitos dos Senhores Deputados Municipais não saibam, este negócio não foi chancelado, não foi fiscalizado pelo Tribunal de Contas, é preciso que isto também fique aqui muito claro. Não estou a imputar responsabilidades a ninguém. É um facto, não foi! -----

Acresce ainda, e esta é outra questão, que o modelo financeiro tem que ser revisto e tem que ser revisto face ao histórico da concessão. Aliás, já um dos Senhores Deputados, ou vários quase todos eles disseram, há aqui a questão a considerar que não é despicienda dos lucros quem têm sido obtidos. Embora, também a verdade seja dita, temos que reconhecer que lucros\ são lucros e cada empresa tem a sua finalidade. -----

Encontra-se ainda em execução um contrato, temos muitas dúvidas para não vos dizer a certeza de que esse contrato não deve continuar, que é um contrato de consultoria, que é uma forma de contornar algumas situações que existem. Há o problema da comissão de acompanhamento, que nunca funcionou, a aplicação do código da contratação pública em matéria de aquisição de serviços e juntam-se também situações que conferem alguma, para não dizer muita, opacidade à execução da concessão. A ausência de apresentação de relatório, ao Município, quer semestral, quer anual, bem como da atividade social da empresa e outras vicissitudes que só uma maior análise se encarregará de demonstrar. -----

Dito isto e desta forma serena, temos que ser duros, incisivos, claros e objectivos relativamente a esta matéria. Eu entendo, é o meu entendimento e gostava... já sei que a Bancada do Partido Comunista foi clara neste domínio. Mas depois, quando chegar a hora, quero ver qual é que é a vontade, a expressão e o voto das restantes forças políticas com assento nesta Assembleia. -----

O que eu proponho é que, de facto, devemos rever globalmente todos os pressupostos deste modelo financeiro, em face ao histórico da concessão, como já vos disse. Implica da nossa parte, apontar, para além da modificação unilateral do contrato, a extinção da concessão através da rescisão ou resgate. Eu entendo que esta é, a única linguagem que os nossos parceiros conhecem, é a da força. E é a força da Lei, a força da razão, a força social e a força de quem defende efetivamente os interesses dos nossos Concidãos. -----

O que eu entendo, é que usando da prerrogativa que nos é concedida pelo Orçamento de Estado, que prevê mecanismos de apoio financeiro à reversão das relações contratuais no âmbito de contratos de concessão de exploração, que em rigor proponho. Embora entenda que esta não é, propriamente, a melhor altura para nós tomarmos esta decisão, porque estamos em final de Mandato e devemos respeitar a vontade do Povo e o Povo ditará quem quer à frente do Município

e o que fazer a este propósito. No entanto, devemos desde já trabalhar e eu próprio já tomei a dianteira de dar instruções, há um Escritório de Advogados especializado nesta matéria, que esteve por trás de algumas destas reversões, que já foram aqui referenciadas por um dos oradores que me antecedeu, no fundo para a possibilidade de rescisão ou resgate da concessão do serviço de saneamento em alta, do Concelho da Covilhã, com as Águas da Serra, SA. É o grande desafio que deixo a quem quer defender, pugnar pelo interesse dos nossos Concidadãos, das nossas Empresas, das nossas Instituições, das Famílias que habitam no Concelho da Covilhã. E portanto este é um desafio que está aqui feito para todos nós. -----

É verdade que há outras questões que podemos acompanhar relativamente às Águas da Covilhã, é outro tipo de parceria que julgo que poderá ser incluída neste pacote de reversão. Mas isto, como digo, não obstante o trabalho que já possa vir a ser feito, depois será aproveitado ou não em função dos protagonistas que assumirem o comando dos destinos do Município. A verdade é que eu entendo que não devemos continuar nesta senda e aproveito para vos dizer que as negociações terminaram há relativamente pouco tempo. Eu podia estar aqui hoje a anunciar-vos uma redução do tarifário que era muito simpática, em vésperas de eleições, era muito simpática, mas não resolvia o problema da sustentabilidade da concessão nem resolve os problemas do futuro. E eu entre os votos e entre o interesse do futuro do Concelho da Covilhã opto sempre pelo futuro do Concelho da Covilhã e dos interesses dos Covilhanenses. Esse é o repto que aqui fica. --

Sendo certo que já temos parceria assegurada por parte dos peticionantes, agora resta-me ouvir aquilo que as outras forças políticas aqui presentes poderão. Ou seja, revogação desta parceria, rescisão unilateral, devemos esgotar a possibilidade de negociar esta situação, sempre tendo em vista o resgate, seja ele à força, seja negociado, tem que regressar ao domínio público, porque é efetivamente isso que se impõe. -----

Petição sobre o plano de investimento na requalificação das vias de comunicação – como sabem o Concelho da Covilhã possui uma área territorial muito extensa, de grande dimensão, com núcleos urbanos posicionados em todo o território, o que origina uma malha de rede rodoviária Municipal muito extensa, muito grande, para não vos dizer excessiva, porque excessiva nunca é na medida em que os nossos Concidadãos têm que se mover de um lado para o outro. A verdade é que abandonado que foi aquele sistema, no passado, que era o sistema dos cantões e dos cantoneiros, as estradas e a manutenção das estradas entrou, aqui e noutras paragens e noutros sítios, numa situação em que a ausência do tratamento das estradas por cantões veio contribuir decisivamente para o agravamento da degradação das nossas estradas. -----

O País investiu durante muitos anos, foi uma prioridade política a nível Nacional, em rodovias estruturantes e a verdade é que falta-nos apenas aqui, para falar apenas no Concelho da Covilhã porque podemos falar noutras vias que são estruturantes para a Região, mas concluído que esteja o IC6 temos as vias estruturantes perfeitamente estabelecidas e estabilizadas. Falta-nos, como já me conhecem a expressão, é a capilaridade Municipal, e a capilaridade Municipal é uma realidade que carece de uma intervenção a grande escala, conservação e esse é um investimento muito caro. Já me ouviram falar aqui no número, não é meu é dos serviços, foi o Senhor Eng.º Vieira e a sua equipa que fizeram a avaliação, e ele não é 100% rigoroso na medida em que eu estou absolutamente convencido é um pouco mais caro do que aquilo que ele diz, falam em cerca de 11

milhões de euros, poderá ser muito mais. A verdade é que o PRR vai ser uma oportunidade para nós conseguirmos requalificar aquilo que nos resta para requalificar em termos de vias de comunicação. Fui um dos Autarcas do País que lutei, com todas as forças, para que o nosso Primeiro-Ministro reivindicasse em Bruxelas mais dinheiro para vias públicas. É público e sabido que Bruxelas não queria adiantar nem mais um tostão para esse efeito, porque entendeu que no passado malbaratou-se a possibilidade de fazer o que agora ainda está por fazer a nível nacional, a este nível de escala municipal e a verdade é que nós temos que aproveitar essas oportunidades e por isso logo que vi consagrado no PRR a possibilidade de haver financiamento para estradas, os nossos serviços estão a trabalhar a todo o vapor na construção, na criação de projetos para aquelas estradas mais complicadas, alterando até o traçado de muitas outras no sentido de poderem essas vias de comunicação ser contempladas e nós podemos candidatá-las logo que o PRR, nesse sentido abra o respetivo aviso. Até lá, estamos a trabalhar e está aí à vista, com Eleições, sem Eleições, com COVID, sem COVID, com as dificuldades da mais variada índole e natureza a verdade é que começamos. E, portanto, não aceito lições de que defendemos uma coisa em Lisboa e defendemos aqui outra. Não, comecei o meu primeiro Mandato a fazer uma estrada no Sul do Concelho, onde há pouca gente e, é preciso que lá haja mais gente, é preciso que lá tenham os mesmos direitos e circulem com o mesmo conforto, comodidade e segurança com que circulam os do Norte, onde há mais gente. Portanto, numa altura, com muitas dificuldades financeiras dispendemos cerca de 1 milhão de euros a construir uma estrada e estamos a terminar e vamos terminar este Mandato com uma estrada no Sul do Concelho, ansiada há mais de 40 anos, que é a estrada do Porsim, dentro de poucos dias começará o alcatroamento, que a primeira fase já está feita. Isto para dizer que não aceito lições de que há duas velocidades no Concelho. Não, há velocidades para todos. -----

Obviamente que, havendo aqui na zona Norte mais estradas degradadas, do ponto de vista daquilo que é a exigência do tráfego, que é maior, também damos especial prioridade a algumas. Sendo certo que não nos esquecemos do Sul do Concelho. Aliás, foi referida aqui a ligação do Ourondo até à Parada e a verdade é que já não é dos meus Mandatos, é anterior, mas assumo-a como tendo sido encetada nestes Mandatos em que tenho tido o privilégio de Presidir e como sabem falta uma camada de desgaste, não se pode colocar sinalização horizontal, nem vertical numa estrada onde ainda falta a camada de desgaste que está prevista e irá ser colocada. Estamos aí com intervenções, tínhamos há mais de 30 anos uma estrada que ligava Belmonte ao Fundão e a Peraboa, num estado calamitoso, está lá para todos verem, como deve ser, como as normas exigem, vamos tentar ainda por mais uma recarga de alcatrão entre Peraboa e o Ferro, que é uma estrada que também pelo seu desgaste, tem muito tráfego, precisa de um cuidado especial. -----

Já lançámos o concurso e não demorará muito o início das obras que ligam o Sobral de S. Miguel às Pedras Lavradas; estamos com um projeto de alteração do traçado da ligação da Barroca à Pampilhosa da Serra, outra estrada que está muito degradada; iremos prosseguir com outras dentro de poucos dias, talvez já para a semana, começa a reparação da estrada entre o Teixoso e o Canhoso, como também nos próximos 15 dias começarão as almejadas obras de reparação entre o Peso e o Dominguiço, ou entre o Dominguiço e o Peso. -----

Para concluir, neste ponto, dizer que estamos a fazer tudo o que é possível. Agora, compreenderão que não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Recuperar financeiramente a Câmara; fazer obras

em todas as frentes, no domínio social, no domínio cultural, no domínio económico, fazer as estradas e fazer tudo, não é possível. Tudo ao mesmo tempo ninguém consegue fazer. E, portanto, não vão exigir que se faça em 8 anos aquilo que não se fez, em alguns casos, em 80, em 40 ou em 20. Vamos fazendo com a velocidade que nos é possível e com a mobilização dos meios que temos à nossa disposição, sejam eles financeiros, sejam técnicos. -----

Sítio da Marinheira – na sequência de acidentes graves, mais concretamente no cruzamento do caminho rural – Paul-Casegas e por solicitação da Junta de Freguesia, que fique aqui muito claro, desde o início que o Senhor Presidente da Junta Gabriel Gouveia reivindicou e pugnou para que este cruzamento fosse objeto de uma atenção especial para evitar acidentes e nós usando das competências que temos, das quais saliento o ordenamento do trânsito, aprovámos as medidas de trânsito consideradas adequadas, das quais se salienta: a clarificação das regras de prioridade, que estão lá mais claras; a proibição de ultrapassagem; a instalação de bandas cromáticas; a redução do limite máximo de velocidade instantânea para 50Km/hora; a instalação de sinalização avisadora de aproximação do local de elevada sinistralidade. Mas a verdade é que estas medidas foram implementadas a petição considera-as insuficientes e sou levado a crer que em parte têm razão, porque na outra parte é mais uma questão de civismo, de bom senso, de consciência por parte de quem ali passa e não respeita as regras do trânsito. A verdade julgo eu, é que só porventura e não vai resolver o problema em definitivo, mas irá minorar é a colocação de semáforos comandados por sensores de velocidade e mesmo assim tenho dúvidas que o problema se resolva definitivamente porque, como digo, a questão é sobretudo uma questão de civismo, para além do cumprimento das mais elementares regras de segurança. -----

Sendo certo que, aqui fica em resumo, água – muito claramente reversão negociada, numa primeira fase, se não for possível negociar, paciência. Utilizamos o mecanismo legal a partir do dia 21 de abril de 2023, quer eles queiram quer não, é irreversível. Até lá, só nos resta a possibilidade de contenciosamente o fazermos no Tribunal. Mas há, de facto, esta perspetiva e estamos aqui todos e quero ver depois a posição de todos e de cada um relativamente a isso. -----

Estradas – estamos a trabalhar e queremos que as coisas corram a contento de todos. -----

INTERVENÇÕES

--- A Senhora Eng.^a **Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu: -----

“Em primeiro lugar, eu gostaria de começar esta minha intervenção, até porque eu acho que deve constar, efetivamente na ata a ausência do PSD neste Plenário. -----

Estamos num período pré campanha eleitoral, onde se fala muito nas redes sociais, toda a gente opina, toda a gente tem opiniões, mas é na Casa da Democracia que efetivamente devemos discutir as questões do Município e dos nossos Concidãos. -----

Obviamente que ficaria sempre em ata, por omissão, não haver intervenções de alguém da Bancada do PSD, mas acho que deve ficar escrito que, efetivamente o PSD, numa das últimas Assembleias Municipais do Concelho da Covilhã, esteve ausente, não teve opinião, nas quis participar. -----

Passando àquilo que efetivamente preparei para vos trazer e, até, porque estamos na Assembleia Municipal, onde existem representantes das várias Bancadas, numa série de Comissões, fazendo eu parte da Comissão Municipal de Toponímia, venho trazer-vos o Relatório que passo a ler: **(doc.17)** -----

Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia -----

Este órgão consultivo da Câmara Municipal, cujo mandato tem a duração coincidente com o mandato do executivo municipal, o qual foi constituído por despacho do Senhor Presidente tendo tomado posse a 13 de junho de 2018. -----

Durante o quadriénio 2017/2021 presidiu a Comissão António Paulo Pereira Ranito, Adjunto do Senhor Presidente da Câmara e em sua representação, Dr. José Armando Serra dos Reis Vereador em Permanência, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia Vereadora em Permanência, Dr.ª Patricia Pinto Chefe da Divisão de Cultura, Dr. José Armando dos Reis Chefe da Divisão de Urbanismo, Eng.ª Júlio Manuel Leitão Dinis - cidadão com conhecimentos em história I filologia I arqueologia e Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes Representante da Assembleia Municipal da Covilhã. O funcionamento da Comissão de Toponímia foi assegurado por um colaborador do Serviço de Expediente Geral e Arquivo Documental. -----

Ao longo deste mandato além do tratamento da correspondência corrente, destaca-se a instrução de processos, a análise e emissão de pareceres técnicos sobre possíveis designações toponímicas, a instrução de processos de compra de placas bem como a sua entrega nas juntas de freguesia e/ou a sua colocação e a notificação de 24 instituições nacionais e locais sobre as novas denominações e alterações aprovadas, através de ofício e elaboração de editais. -----

Tiveram lugar várias reuniões com Presidentes de Juntas de Freguesias quer no edifício dos Paços do Concelho quer nas Freguesias a que presidem, a quem foi prestado apoio na elaboração das fichas de dados instrutórios, um trabalho realizado em estreita colaboração com o SIG-Serviço de Informação Geográfica da Autarquia. -----

Ao longo deste mandato, o órgão reuniu 3 vezes por ano e até à data de hoje, foram aprovados 284 topónimos: -----

Freguesia	2018	2019	2020	2021
Aldeia de São Francisco de Assis				
Barco e Coutada	25			
Boidobra	4	4	12	
Centar Gala e Vila do Carvalho	1			1
Casegas e Ourondo	14			
Cortes do Meio	7	2	1	
Covilhã e Canhoso	20	6	3	2

Dominguizo			1	
Erada	2			
Ferro	1	5	7	8
Orjais	2	1	11	
Paul	6			
Peraboa		1	13	
Peso e Vales do Rio	3		1	
São Jorge da Beira		42		
Sobral de São Miguel				
Teixoso e Sarzedo	14	18	5	
Tortosendo	16	15	2	1
Unhais da Serra	1			
Vale Formoso e Aldeia de Souto				1
Verdelhos	5			
Sub Total...	121	94	56	13
Total de topónimos aprovados...	284			

*Em média, por ano, foram georreferenciados cerca de 90 arruamentos. -----
 Foi solicitada a codificação e/ou recodificação de cerca de 300 topónimos junto do Departamento de informação Geográfica dos CTT. -----
 Entre 2018 e 2020 foram identificadas mais de 300 vias/largos/praças e neste momento, dado a adjudicação da aquisição contínua de placas toponímicas, aguarda-se a entrega de uma remessa de 148 placas que irão identificar novas denominações toponímicas e substituir as placas degradadas em vários locais.” -----*

--- A Senhora **Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)** apresentou uma Moção e Recomendação com o seguinte teor: **(doc.18)** -----

“Moção e Recomendação -----

Floresta – Arborizações/Rearborizações e limpeza de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) ----

1 – Tendo em conta que Território do Município da Covilhã, tem uma extensão de 555,6 Km² e uma área florestal de 25928 Ha; -----

2 – Considerando que uma floresta ordenada e resiliente é fundamental para protecção do meio ambiente, defesa de pessoas e bens e consequente elevação da qualidade de vida das populações e de todos os que nos visitam e sabendo que uma floresta resiliente depende fundamentalmente das espécies florestais que a compõem. Propõe-se qua a Assembleia Municipal da Covilhã delibere para que os Serviços Florestais do Município, em colaboração com todas as OPF’s, baldios e ICNF,

*procedam de modo a que as ações de arborização e/ou re-arborização sejam feitas apenas com espécies autóctones ou outras amigas do ambiente e mais resilientes à propagação do fogo. -----
Em conformidade com os fundamentos e proposta apresentada propõe-se ainda que os Serviços Florestais do Município emitam parecer desfavorável para todas as ações de arborização e/ou re-arborização que tenham por base todas e quaisquer espécies de eucalipto e/ou outras espécies invasoras, inimigas do ambiente e propícias à rápida e fácil propagação do fogo. -----*

Que a Assembleia Municipal aprove também uma recomendação à Câmara Municipal e a todos os proprietários e organizações florestais para que procedam à limpeza das Faixas de Gestão de Combustível, no respeito e cumprimento da lei e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.” -----

--- Colocada à votação a **Moção e Recomendação Floresta – Arborizações/Rearborizações e limpeza de Faixas de Gestão de Combustível (FGC)** foi a mesma **aprovada por maioria com 33 votos a favor (PS, DNC, CDS-PP, PCP e 1 abstenção (Senhor Fausto Herculano Branco Baptista)**

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** após cumprimentar todos os presentes disse: -----

“ Senhor Presidente, três coisas – Começar pela solicitação da Deputada Catarina sobre o ficar em ata, quem não está. Também devia ficar em ata, quem aqui chega e passados dez minutos ou um quarto de hora se ausenta definitivamente, assina e vai-se embora e nós continuamos aqui até ao fim. -----

Sobre as petições, acrescentar o incumprimento da ADS, é que há localidades que não têm saneamento: Pereiro, Vale de Cerdeira e Casal de Santa Teresinha, a Panasqueira tem uma ETAR que não funciona e há casas que podem ter saneamento e não o têm e é um direito ter saneamento público. Estou disponível para dizer daquilo que sei, quando quiser. -----

As petições devem ser mais abrangentes, até na questão de recolha de assinaturas, podem ir para além do Concelho. As assinaturas de uma petição podem ir para além do Concelho, quando o interesse é comum, quem vive em uma Freguesia ou Localidade limítrofe do Concelho e usa as nossas estradas, também pode assinar e eu estaria completamente de acordo, porque as petições, eu respeito-as e são salutares, são sempre bem-vindas quando são o mais abrangente possível às necessidades do Concelho. -----

Temos o caso da Freguesia de São Jorge da Beira com estradas, como o Senhor Presidente referiu, a concluir e outras que são ligação ao Concelho da Pampilhosa, em dois lados. Temos a ligação, dentro da Freguesia ao Casal de Santa Teresinha e a Freguesia de São Jorge da Beira é englobada no Concelho, mas em questão de alargamento à petição, que eu saiba ninguém teve conhecimento na Freguesia. -----

*Sabemos que a questão de online, a internet não chega a toda a gente, mas se houver alguém dentro das Localidades que informe e que divulgue, as pessoas já têm conhecimento. -----
Tenho dito.” -----*

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu: *(doc.19)* -----

“Telegraficamente, pois o tempo urge -----

1.º *À semelhança de sessões recentes quero, em primeiro lugar e mais uma vez, saudar todos os profissionais do setor da saúde, indiferente ao País e à área onde exercem a sua atividade profissional e incentivá-los a continuar o bom trabalho que têm feito. -----*

Nas sessões anteriores lembrei os profissionais que trabalham nos hospitais, centros de saúde, lares e também recordei os bombeiros. Hoje, pretendo dar realce a um grupo socio profissional de quem muitas vezes nos esquecemos mas que são fundamentais para o normal funcionamento das instituições de saúde dando um contributo, inestimável, para o bem-estar de quem recorre aqueles serviços. -----

Falo da segurança feita pela GNR, PSP e Empresas Privadas. Para eles o meu agradecimento enquanto cidadão, enquanto eleito e enquanto consumidor de cuidados de saúde. -----

2.º *Manifestar, publicamente e em nome dos proprietários das casas do Covão da Mulher, Freguesia de Unhais da Serra, o nosso regozijo pelo facto da Câmara Municipal da Covilhã ter dado o passo em frente no sentido de proceder à legalização de todas as casas das Penhas da Saúde, bem como as que se situam no Covão da Mulher. -----*

3.º *Por fim e mais uma vez, lembrar o asfaltamento da estrada que liga as Cortes do Meio ao Sanatório, a estrada que liga Unhais da Serra à Nave de Santo António, a necessidade da construção do IC6 e do teleférico Unhais da Serra/Torre, projetos que, não só desenvolverão o sul do concelho, como o próprio concelho e não deixarão de ser elementos catalisadores e agregadores do combate à desertificação e despovoamento de todo o Interior Beirão. -----*

Disse” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** disse: “É aqui suscitado se hoje é o não a última Assembleia Municipal deste Mandato e eu à cautela não podia, nem ficava bem com a minha consciência dizer algumas palavras sobre aquilo que eu entendo que foi a atuação do Movimento do De Novo Covilhã.

O Movimento De Novo Covilhã, como sabem é um Movimento Independente contrariamente ao que aqui já foi dito, não é um Movimento de Direita nem é um Movimento de Esquerda, é um Movimento de Pessoas que se uniram em torno de um projeto. E, convém referir, para quem esteja mais distraído, que no Movimento De Novo Covilhã, há pessoas dos vários quadrantes partidários, desde pessoas ligadas ao CDS, até inclusive pessoas ligadas à CDU, ao PCP, houve pessoas que votaram no De Novo Covilhã, assim se justifica os votos que se obtiveram.

Convém também relembrar que na primeira Sessão que aqui tivemos, dissemos o seguinte: Não vimos para aqui criticar por criticar, dizer mal por dizer mal, vamos tentar fazer uma Oposição construtiva e de facto posso estar descansado, a minha consciência está perfeitamente tranquila e a do meu Grupo Parlamentar, porque foi aquilo que fizemos, nós elogiámos quando devíamos ter elogiado. Aliás, não vejo aqui, de nenhuma Bancada, algum elogio que tenha sido feito ao

Executivo Camarário, ou a algumas pessoas que compõe o Executivo Camarário como nós fizemos, recorde, nomeadamente assim de repente, dois Vereadores – da Cultura e o da Área do Desporto, porque de facto quando as coisas são bem-feitas e merecem a nossa atenção e o nosso elogio, nós elogiámos e naturalmente criticámos quando devíamos criticar, mas criticámos com lisura, criticámos com educação e criticámos também com respeito pelo outro, porque isso é importante.

Hoje em dia não se pode criticar por criticar, a dizer mal, a utilizar uma adjetivação inadequada, isso do nosso ponto de vista é errado. Aquilo que nós fizemos foi uma Oposição construtiva.

Nem toda a gente percebe esta questão dos Movimentos Independentes, eles devem ser acarinhados e eu sinceramente, que haja mais Movimentos Independentes, para a Câmara ou para a Assembleia ou para as Juntas no futuro, porque conforme eu aqui disse, a propósito da apresentação das petições, a existência dos Movimentos Independentes significa que a nossa Democracia está mais rica e está mais preparada para ter pessoas sem grandes vínculos partidários entendem participar de uma forma mais ativa em prol de bem comum.

Convém também aqui dizer que ao longo deste Mandato do Movimento De Novo Covilhã, é bom que se diga que sem os meios que os Partidos tradicionais têm, não temos os meios nem os apoios dos Partidos Tradicionais, tudo isto foi possível graças ao trabalho e ao esforço das pessoas que compõe, ao longo destes quatro anos, o Grupo Parlamentar, mas foi possível realizar aqui nesta sede mais de uma centena de intervenções, com votos de louvor, com recomendações, com protestos, também infelizmente com votos de pesar e fizemos isto em áreas muitíssimo diversas e abrangentes relativamente às várias temáticas.

Recorde que houve aqui a questão da habitação social, que para nós como as vias viárias, foram sempre um tema candente prioritário, como também a construção dos Postos de GNR do Tortosendo, de Unhais e do Paul, estes na vertente da sua reconstrução, foram sempre situações que mereceram da nossa parte o adequado cuidado e atenção, como também a Barragem da Covilhã continua a merecer do nosso ponto de vista uma intervenção, como a questão das limpezas das Ribeiras, dos apoios que deviam e devem ser dados às Empresas.

Aqui convém dizer e é bom que se diga, é bom que fique registado quando foi no tempo da pandemia tivemos o cuidado, o Senhor Presidente da Câmara não pode desmentir isso, de endereçar um requerimento, através da Assembleia, ao Senhor Presidente propondo um conjunto de soluções para as situações candentes na época e verificamos que algumas delas até foram adotadas e portanto ficamos bastantes satisfeitos com essa temática.

Diga-se também que nas reuniões preparatórias, na questão do Orçamento, levámos propostas concretas, podem ser discutíveis, não interessa mas levámos propostas concretas, de linhas de ação, de prioridades, nomeadamente nesta última a nossa prioridade era a questão social, porque a pandemia foi transversal, afetou empresas e afetou as pessoas e de que maneira, quem anda no dia-a-dia e quem lida com as pessoas desde São Jorge da Beira até Verdelhos, sabe perfeitamente que isto foi transversal e daí nós termos estabelecido independentemente de todas as demais prioridades a questão social devia merecer e houve algumas situações, temos que reconhecer isso, também, uma atenção por parte do Executivo.

E mais, aqui internamente, isso também ninguém nos pode negar, tivemos sempre uma, enfim,

insistimos e participámos na história do novo regulamento da Assembleia.

Eu, como não serei candidato ao que quer seja nas próximas eleições, estou perfeitamente à vontade para lançar o repto a quem venha a seguir. Esta Assembleia precisa de um novo regulamento, porque a não existência desse novo regulamento, constringe, seria até uma forma, relativamente até à questão que estamos aqui hoje a debater disto não ocorrer. Ou seja na existência do novo regulamento, caso seja esse o entendimento de quem vier a seguir, há possibilidades de fazer reuniões temáticas, Assembleias temáticas. Esta questão da água que tem uma importância candente, o Senhor Presidente levantou aqui questões (que evidentemente não vou responder, porque são questões do ponto de vista jurídico), que merecem todo o cuidado. E, como se sabe nessas questões, se há um Gabinete de Advogados que diz de uma maneira, provavelmente haverá outro que diz de outra maneira, tem que se ter um cuidado extremo na sua análise, na decisão que se vier a tomar, porque está em causa um bem público.

A existência das reuniões temáticas, esse é o repto que eu lanço, é uma questão importante e não digam aqueles que não têm a experiência de passar aqui, por estas funções, que a existência de um regulamento não é uma coisa importante. É, é necessariamente uma questão importante, porque nos permitia até agilizar a forma de funcionamento destas Assembleias.

Dizer, também e dar uma palavra aos Colegas dos diversos Partidos Políticos, foi sempre um prazer lidar e tratar, com todos, todas as questões - houve respeito mútuo; houve aquilo que é importante na Democracia, o facto de não estarmos a pensar da mesma forma não significa que possamos estar a excluir quem quer que seja; debatemos ideias; fizemos reuniões, nomeadamente numa das rádios locais, como sabem houve a possibilidade de se fazer um programa semanal onde estivemos todos.

Por fim, uma palavra também ao Senhor Presidente e restante Mesa da Assembleia – sabem que da nossa parte houve sempre, uma coisa que acho importante também na política, lealdade. Ou seja, nunca houve qualquer tipo de intervenção ou de atividade que pudesse de alguma forma ser desprestigiante, pelo contrário fomos sempre colaboradores e tivemos sempre a preocupação do respeito mútuo.

Na liderança da Assembleia Municipal é preciso que haja o respeito mútuo, há sempre o lado da maioria e também do lado da minoria, e o Senhor Presidente teve sempre esse respeito e esse respeito foi recíproco. Havendo a lisura de comportamentos, lealdade e compreensão quem fica a ganhar são as pessoas que votam em nós. Portanto Senhor Presidente, durante estes quatro anos tivemos esta postura e desejo-lhe a si e às pessoas que compõe a Mesa as maiores felicidades.

Ao Senhor Presidente da Câmara, apesar de termos tido aqui algumas situações de uma forma mais exaltada, estivemos em polos opostos, mas há uma coisa que é importante na política o facto de pensarmos de forma diferente não significa que não nos possamos respeitar uns aos outros. Desejo-lhe as maiores felicidades.”

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia respeito e lealdade acho que tem sido um princípio que todos temos seguido aqui.

--- O Senhor Eng.^o Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) disse:

Muito obrigado, Senhor Presidente, vou procurar ser muito breve e começava pela questão da votação das petições, que dois oradores que me antecederam falaram, eu creio que as petições não são votadas e creio que certamente terá sido um lapso de língua que levou a isso.

Eu vim a este púlpito para fazer duas notas, para me associar-se, pessoalmente e em nome da Bancada, à homenagem feita aos profissionais de saúde e a todos aqueles que têm ajudado a combater a pandemia. E, permitam-me a imodéstia de incluir esta Assembleia e o Executivo Municipal e também do grupo Câmara Municipal, com os seus trabalhadores.

Acho que temos sido, em muitas áreas, um exemplo, com todas as insuficiências que temos tido, todas as falhas, evidentemente. Mas creio que o Município, colectivamente, tem estado à altura, juntamente com as Forças de Socorro e Segurança, com as Instituições de Saúde, com o Grupo da Câmara Municipal, para conseguir manter dentro do possível a nossa População em segurança.

E, portanto naturalmente associarmo-nos a essa homenagem que aqui foi feita.

Depois, também porque me parece justo e foi tema durante muitas Sessões nesta Assembleia, a questão das portagens. Nós estamos a poucos dias de chegar ao momento em que vamos pagar menos 50% das portagens na A23. E, porque este assunto foi motivo de discussão, debate e Moções várias dentro desta Assembleia, parece-me justo e legítimo vir agora assinalar essa redução de 50%, 75% para os carros elétricos, 50% para os carros a gasóleo e combustíveis fósseis. Trata-se de uma medida por Portaria, Despacho do Governo, enfim inscrita no Orçamento de Estado, não vamos discutir novamente esse assunto. Importa dizer, do meu ponto de vista, nesta Assembleia saudar essa redução e dizer que continuaremos a nossa luta pela abolição das portagens, até que em certa medida o nosso índice de desenvolvimento esteja ao nível daquilo que é a média Nacional.

Concluo, muito brevemente, para lembrar ou para retomar aquilo que disse na minha intervenção e secundar aquilo que o Senhor Deputado Luís Fiadeiro nos disse aqui antes da minha intervenção. Eu de facto também avalio muito positivamente o nosso Mandato, de todos, da Posição e da Oposição, creio que independentemente de concordarmos ou não com as posições, creio e reconheço que todos tiveram de princípio e boa-fé nas propostas que fizeram com vista a melhorar a qualidade de vida dos Covilhanenses e por isso é que eu, de facto, tenho dificuldade em acompanhar as posições e as opiniões que criticam, quer o funcionamento, ou desmerecem, ou tenta minorizar o trabalho que nós aqui desempenhamos. Não vou lembrar a lista, nem voltar a falar na lista de execuções e das deliberações que nós aqui aprovámos, mas de facto dizer que o Partido Socialista avalia e aprecia muito bem o resultado deste Mandato Autárquico, não só e apenas em termos de obras de execução, de conseguimentos da Governação, mas também da própria vivência democrática e da discussão que se foi gerando no ambiente político do Município, que parece hoje mais desafogado e desanuviado do que já tivemos em tempos. Isso é de saudar.”

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.20)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Mais uma informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, sobre a atividade financeira do Município. -----

Mais uma informação adstrita à Gestão corrente. Mais uma informação que não é sustentada numa estratégia para o concelho. Mais uma informação em que não se perspetiva o presente e se delinea o futuro. Gestão corrente. -----

Regista-se os vários protocolos celebrados junto das Freguesias e/ou Uniões de Freguesias, bem como Associações diversas, tais como ANIL, ASTA, TEATRUBI e a CASA DO MENINO JESUS, entre outras. -----

Contudo face à ausência de informação solicitamos os seguintes esclarecimentos: -----

1. *Questão do amianto nas escolas. O que foi, ou está a ser feito? Quais as diligências realizadas? Quando é que as nossas escolas se livram do amianto? -----*
2. *Bairros Sociais: O que está a ser feito? Quais as intervenções realizadas? Quais as intervenções perspetivadas? Foi estabelecido algum programa que permita delinear estas intervenções? -----*
3. *Construção da Albufeira. Aquando de uma visita da Sra. Ministrada da Agricultura, foi por esta prometida a construção de uma albufeira para a zona do regadio, em local e custo que são desconhecidos. Em que fase está este processo? -----*

4. *Construção da Barragem da Covilhã. Apesar das sucessivas interpelações sobre este assunto, continuamos sem resposta. O assunto é da ICOVI, da qual o Município da Covilhã é o único acionista. Como tal, reiteramos: Em que fase está o processo? O que foi feito nos últimos tempos? A construção da barragem é prioridade para este executivo? -----*
Reiteramos que o futuro se perspectiva hoje e como tal, deve ser garantida uma política que permita o armazenamento da água, pois esta, vai ser o petróleo do futuro. -----
5. *Limpeza das ribeiras da Carpinteira e Degoldra. Como é possível não se proceder à limpeza das ribeiras? Que triste cartão-de-visita para quem visita a nossa cidade. Qual o motivo por que não se procede à limpeza das referidas ribeiras? Está programada a sua limpeza? -----*
Por fim uma sugestão relativa aos resíduos sólidos. Verificamos que não há nenhum local que permita aos habitantes do concelho colocar os resíduos que se pretendem desfazer, nomeadamente mesas, cadeiras, eletrodomésticos e outras coisas sem utilização. Assim sendo e a bem do ambiente, não seria adequado em local de fácil acesso, proceder-se à construção de um ecoponto que permita o depósito de tais inertes por parte das pessoas? Entendemos que sim. Fica a nossa sugestão. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar 'De Novo Covilhã'-----
(Luís Manuel Carreira Fiadeiro) " -----

- Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP) fez a intervenção que se transcreve: (Doc.21)

"Senhor Presidente da Câmara, -----
A democracia enquanto regime político não está isenta de falhas e fraquezas. E cingindo-me, exclusivamente, às autarquias onde, por regra, de 4 em 4 anos vamos a votos para escolher aqueles que nos vão governar no mandato seguinte. O perverso, neste caso, é que, quase todos os autarcas, indiferente à cor política ou partidária, fazem uma gestão de modo a guardar para o último ano de mandato atividades e ações que possam influenciar mais a opinião dos eleitores, sejam eles na sua forma de simples cidadão ou integrantes de coletividades, associações e outras formas de organização social. -----

Da informação que recebemos relativa à atividade do município também nos parece subjacente a preocupação de, numa linha de partida que ainda vai ser riscada lá mais para diante, estar-se já a dar uns passos no sentido de garantir um melhor resultado. -----

Não terá sido obra do acaso, pelo menos eu faço essa leitura, que na informação, agora em análise, apareça a assinatura de 47 protocolos com associações do concelho (muito poucas terão ficado de fora); -----

- Protocolos para apoiar 25 organizações em investimento e equipamento; -----

- Protocolos com 29 organizações ligadas à solidariedade social; -----

Abro aqui o primeiro parêntesis para dar opinião relativamente ao protocolo de 100.000 euros com a freguesia de Casegas e de 50.000 euros com a freguesia de Verdelhos. Relativamente a Casegas, e poderia ser qualquer outra freguesia rural do nosso concelho, mas é de Casegas que falamos, tinha em 1950 uma população que rondava os 1000 habitantes, hoje e o próximo censos dirá, terá pouco mais de 200 talvez 300 habitantes. -----

A questão que deixo é a de, em vez de gastarmos 100.000 euros num museu, no arranjo do cemitério e no arranjo urbanístico da aldeia, não seria melhor gastar metade nessas obras e a outra metade apoiar jovens casais para se fixarem na aldeia. Talvez daqui a dez anos Casegas tivesse retorno em termos demográficos. Infelizmente, continuamos a investir na construção de Torres de Babel que vamos deixar como legado a gerações que nunca vão chegar. -----

Verdelhos, em 1950, tinha, aproximadamente, 1000 habitantes, hoje certamente não terá metade. Não seria aconselhável investir só metade dos cinquenta mil euros destinados à recuperação de uma capela e investir o restante como incentivo também à fixação de jovens casais. Será que o retorno não seria, com o tempo, mais profícuo e efetivo para Verdelhos? -----

Fechamos o parêntesis e continuamos. – Assinatura de 20 contratos programa com organizações de índole social; -----

- Assinatura de 46 despachos tendo como objeto as mais variadas finalidades, incluindo o fornecimento de blocos, areia e cimento; -----

- Atribuição de 18 habitações; -----

- Celebração de contratos de arrendamento; -----

- Realização de 45 atos administrativos sendo a maioria referente à aprovação de projetos; -----

- Atribuição de 15 topónimos. Aqui abro outro parêntesis para, pessoalmente e enquanto eleito, lhe solicitar que clarifique o topónimo da praia de Unhais da Serra. Inaugurada num dos meus mandatos, enquanto presidente de junta e pelo seu antecessor, foi-lhe atribuído o topónimo de “Prainha”, simbolizando uma praia pequena, acolhedora e bem tratada. Foi com alguma perplexidade que constatei que aparece agora, o topónimo de “praia dos covões”, podendo o mesmo ser confirmado no site da junta de freguesia. Certamente, que o senhor presidente ficaria incomodado se o seu sucessor, que um dia vai chegar, atribuir outro topónimo, por exemplo ao miradouro da varanda dos carquejais ou do alto dos livros. -----

E continuando: -----

- Ampliação de rede elétrica em 5 iluminações públicas; -----

- Mais de 200 sei lá, 300 decisões relacionadas com sinalização e trânsito. -----

Em conclusão: pensamos que a preocupação com a qualidade de vida dos cidadãos deve ser uma constante durante o mandato e não apenas no seu final, não só para esta autarquia como para as outras. -----

Disse” -----

- **Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP)** após apresentar cumprimentos disse: -----

“Segundo os dados presentes na PORDATA, a População residente na Covilhã baixou de 2010 a 2019 de 52 mil para 46 mil, mais ou menos. -----

Dos atuais residentes a População Idosa aumentou percentualmente, como é obvio, e a População Jovem caiu. Os Jovens com menos de 15 anos passaram de 12,9%, para 10,4%. -----

Começa a tornar-se imperativo tentar atrair gente nova, com filhos, para a Região. Temos dito isso ao longo deste Mandato, curiosamente. -----

Um dos itens que nos é perguntado sempre, quando pedimos professores novos que venham para a Faculdade é: como é que é a qualidade das escolas do Concelho? -----

Com a publicação dos rankings Nacionais sabemos que estamos bem colocados na Região, mas a nível Nacional temos uma escola secundária nos primeiros 100 lugares, em um universo de 620 escolas, e duas escolas não estão bem colocadas. E estas duas escolas têm dirigentes de qualidades excecionais e sabemos que estão a fazer o melhor trabalho que podem. -----

Sabemos que não são estes rankings que definem a qualidade das escolas, mas são estes rankings que são vistos e que são falados. E se a escola é um elevador social, precisamos de colocar, rapidamente as escolas do Concelho, nos pontos principais destes mesmos rankings. -----

Assim, a minha pergunta para o Senhor presidente é: qual é o plano que têm de excelência educativa para as escolas do Concelho e, o que é que têm feito em relação às necessidades das escolas e, quais são as possibilidades que têm dado às escolas de colmatar os deficits que estão a fazer com que não estejam todas nos primeiros rankings nacionais? -----

A escola é, de facto, um elevador social e nós temos obrigação de deixar às gerações futuras umas escolas de qualidade que lhes permitam ter, a nível nacional, o futuro que merecem. -----

Para além disso corremos o risco, se não conseguirmos atrair mais gente e, as escolas são um factor importante, estamos a falar do vazio, nas próximas gerações, porque não vai cá estar ninguém. --

Muito obrigada” -----

- **Prof. Vítor Manuel dos Reis Silva (PCP)** da leitura da informação escrita salientou: -----

“- Apoio a obras propostas por algumas Juntas de Freguesia, a cinco meses do Mandato. Vamos esperar que a capacidade operativa das Juntas possibilite a sua conclusão num regime de execução de obra por administração direta ou por contratação pública; -----

- Apoio ao Movimento Associativo Popular, possibilitando a abertura de algumas atividades por eles desenvolvidas, o que é sempre positivo; -----

- A informação do acordo com a instalação do Tribunal de Trabalho na Casa dos Magistrados - numa outra informação, tivemos conhecimento do regime de comodato de 20 anos. Agora, ficamos a saber que é o Gabinete de Gestão Financeira dos Equipamentos da Justiça que irá pagar

a luz e a água. Mas, oh Senhor Presidente quando é que está previsto o normal funcionamento do Tribunal de Trabalho, nas novas instalações? -----

Depois, questionar se a Câmara está a pagar ou não, pelo que parece não está, o suplemento de penosidade e insalubridade, que ainda não foi pago aos Coveiros. -----

E na ADC, que tem os trabalhadores dos resíduos e águas, também esses trabalhadores têm que ser abrangidos, quer os que têm vínculo público, quer os que têm vínculo privado. A ADC tem que negociar com os trabalhadores, uma proposta, o quanto antes. Afinal de contas, são trabalhadores de serviços essenciais, que como o demonstrou o tempo em que vivemos de pandemia, e já nesta Assembleia se fez o elogio e bem de outros trabalhadores, também estes são de serviços essenciais. Faça-se justiça, porque não basta elogiar os trabalhadores, é necessário e fundamental também valorizar e renumerar os mesmos, de acordo com aquilo a que têm direito; -----

Quanto à vacinação - o Senhor Presidente da Câmara respondeu, na última Assembleia, que o apoio nos transportes está a ser dado. Acredito, se o Senhor Presidente disse que dá, ou que está a ser dado, o problema é que a População desconhece a sua existência. Portanto, tem que rever os canais de comunicação e de informação para que cheguem à População; -----

No âmbito dos Auxílios Económicos no 1.º Ciclo e levando em conta que estamos no final do ano letivo – pode, o Senhor Presidente, informar quantos alunos constam do escalão um e dois do abono de família no Concelho e quantos alunos e encarregados de educação beneficiaram dos auxílios económicos? -----

Quanto à situação financeira do Município – não percebo estes números no Mapa que foi enviado. Diz-se em março de 2021, dívida total em 1-1-2021 - 38 milhões 860 mil 832 euros; em abril de 2021, na informação, dívida total em 1-1-2021 - 34 milhões 109 mil e 990 euros; em junho de 2021, consta novamente, dívida total em 1-1-2021 - 35 milhões 091 mil 755 euros. Possivelmente a informação de julho ou de setembro será diferente, por este caminho. É que eu não entendo como é que a dívida total em 1-1-2021 é em março uma, em abril outra e junho outra... deve haver uma explicação para isto; -----

Assim como, na mesma informação, o endividamento relevante em 1-1-2021, também altera de mês para mês. Deve haver aqui algumas variantes que eu não consigo identificar, para que a dívida total em 1-1-2021, se altere de mês para mês, em meses diferentes, mas referentes a 1-1-2021; --

Quanto à questão da degradação das vias de acesso às habitações na Serra, na zona da Piscina, a conservação já foi feita, ou quando prevê fazer essa conservação? -----

Depois, o espanto da abertura dos portões de garagem, na Rua João Alves da Silva, que altera substancialmente a urbanização e cria ali um precedente, as garagens e a pintura do pavimento pelo particular. Segundo parece, o Município vendeu o logradouro e emitiu licença, na nossa opinião, para uma aberração urbanística. Bom, já estou a ver os estacionamento, que ali existem, a desaparecerem, se todos os moradores seguirem aquele exemplo. -----

Chegou-nos a informação de que o Bairro da Alegria foi vendido, que um particular o adquiriu, possivelmente, para ali fazer algo a nível urbanístico, talvez mais umas residências particulares para estudantes. Queria saber se o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento, ou se já tem

conhecimento, de alguma intenção daquilo que ali se pretende construir. -----
 Mas a preocupação é das famílias que ainda ali estão residentes, à volta de 10 famílias que, neste momento não sabem a quem podem pagar a renda e, um dia destes, ou um mês destes podem ser acusados de não pagarem a renda e sofrer uma ação de despejo, ou coisa parecida. Penso que os Serviços Sociais, da Câmara Municipal, deveriam ter este assunto em atenção e acompanhá-lo para não caírem, estas dez famílias, um dia destes, no regaço ou no colo do Senhor Presidente da Câmara. -----

Fiquei admirado com a transferência de 78 mil 427 euros e 78 cêntimos, para os serviços essenciais de transporte, uma transferência da Câmara para a CIM. Delegamos as competências e depois ainda pagamos, continuamos a pagar, só delegamos as competências. Mas se a Câmara transfere para a CIM para os serviços essenciais, porque é que também não transfere, não decidem as Câmaras transferir para os passes sociais, para que seja possível a sua aplicação? Ou seja, paga-se aos operadores de transporte, mas não se dá apoio às pessoas, aos trabalhadores e aos jovens.

Por último, gostei da resposta que deu ao requerimento em relação à pavimentação do Largo dos Emigrantes no Paul, ficamos a saber que os serviços consideraram e bem e com justiça, que é uma intervenção prioritária a levar a efeito, pelos serviços do Município. Mas, informa o Senhor Presidente da Câmara - uma intervenção prioritária no correr do presente ano. Espero que esta priorização, dos serviços, se mantenha para além do próximo ato eleitoral, independentemente do seu resultado. -----

Obrigado." -----

- Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** começou por referir a existência de um erro na paginação da Informação Escrita, supondo que será um mero erro informático. ----

De seguida, colocou questões sobre: -----

Postos da Guarda Nacional Republicana, nas Vilas de Unhais da Serra, Paul e Tortosendo, qual a situação em que se encontram, porque a resposta de que estão em Lisboa, já a ouviram bastantes vezes e o que esperam é haja ação. -----

"Também, em relação à situação da Guarda Nacional Republicana, queria saber se está a par de um procedimento concursal para as funções de Cabo, que poderá ter impactos significativos naquilo que é o efetivo da Região. É algo com que nós nos preocupamos, não só com as condições que estes Militares têm para o exercício das suas funções, mas também o efetivo que presta serviço no Concelho e que garante às Populações um policiamento de proximidade, que acho essencial para que nos possamos todos sentir seguros. -----

E questiona-lo também sobre a situação em que se encontram as obras de requalificação no Bairro da Alâmpada." -----

- Senhor **César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo)** após cumprimentar todos os presentes, usou da palavra para prestar esclarecimentos, sobre a Freguesia a que Preside: -----

“Antes de mais, queria aconselhar o Deputado António João a consultar os CENSOS, Casegas em 1950 tinha 1890 pessoas e não cerca de mil como refere. -----

Depois, queria-lhe dizer que os defuntos de Casegas merecem uma última morada, tão digna como os de Unhais da Serra, da Covilhã, enfim... o Cemitério está degradado, não vamos andar a fazer floreados nem a fazer festas. -----

*Sobre aquela casa quero-lhe dizer, que é uma casa que é da Junta de Freguesia há muitos anos, que está em ruína e vamos adapta-la para o conceito de **coworking** que é aquilo que o Senhor quer – que se chamem pessoas para trabalhar nas Aldeias. -----*

Quero-lhe dizer ainda, que a passagem pedonal é uma passagem que visa facilitar a mobilidade numa zona inclinada. -----

Depois quero-lhe dizer que Casegas não está morta. Não está morta porque ainda tem alojamento local, tem 30 camas em alojamento local; tem um posto de abastecimento de combustíveis; tem um posto de Farmácia; três cafés; dois Museus, o Museu Monsenhor Alves Brás e o Museu de Arte Sacra; tem uma Casa de Santa Zita; tem uma IPSS e tem uma Casa do Povo que por sinal foi das primeiras a ser fundadas no País em 1934. -----

Muito honestamente não estava à espera que alguém viesse questionar, enfim, o protocolo que foi feito.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores: -----

- Deputado João Vasco Caldeira – há uma coisa em que a gente ainda não manda, que é o Ministério da Administração Interna, nem nos serviços competentes que tratam dos projetos e da validação. Aquilo que nós fizemos e fizemos a tempo e horas, enviámos para lá a tempos e horas. Se estão bem ou mal feitos, se é preciso alguma adaptação ou alguma alteração é algo que nos ultrapassa. Apesar de nenhum de nós, aqui estar mais empenhado nisso do que os outros. Estamos todos preocupados, todos queremos melhores condições, mais conforto para os Senhores Militares da Guarda Nacional Republicana, maior cobertura territorial, enfim tudo para os Postos, mas a bola não está do nosso lado; -----

- Deputado Vítor Reis Silva – o Tribunal de Trabalho, disponibilizamos a casa de função dos Senhores Magistrados, ao lado do Tribunal e há apenas *um quid pro quo* que tem a ver com o facto de o Ministério agora ter vindo a pedir toda a casa, quando há três anos dizia que apenas uma fração era mais do que suficiente. A verdade é que também a Delegação da Ordem dos Advogados da Covilhã tem direito a ter um espaço condigno e digno para se reunir, com comodidade, recato, sigilo poderem tratar dos assuntos relacionados com a sua profissão. Salvaguardando um espaço que seja autónomo e independente para os Senhores Advogados, todo o restante edifício poderá ser utilizado para o Tribunal de Trabalho. Havia um projeto, há três anos, mas parece que já não querem esse projeto, é algo que nos transcende nós não superintendemos os projetos do Ministério da Justiça. Sendo certo que estamos disponíveis para colaborar e é o que estamos a fazer e temos feito; -----

O Bairro da Alegria, aqui não é uma questão de alegria ou de tristeza, é privado. -----

O programa PART já aqui contámos, várias vezes, estamos num impasse. Estamos a pagar serviços essenciais e ainda não chegou a verba para pagar aquilo que vai além dos 50%, para que os nossos Concidãos estejam em pé de igualdade com os do Litoral. Já exortei o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela para conversar e concertar-se com os seus colegas das outras Comunidades Intermunicipais do Interior de Portugal para que em conjunto, de forma veemente, faça ver ao Governo que nós não devemos estar a pagar os passes dos Cidadãos de Lisboa; -----

A dívida – o Partido Comunista deixou de estar atento às mudanças legislativas, por isso é que não entende que tenha havido conversões, alterações, que foram efetuadas na transição do POCAL, para o SNC AP, que é outro sistema de contabilidade. -----

A explicação para os valores da dívida, há um afinamento que tem que ser feito e esse afinamento vai sendo feito ao longo do tempo, não é abrupto, daí as leituras diferentes e os resultados diferentes que acontecem; -----

Abono de insalubridade – já foi deliberado na última reunião de Câmara. As Águas da Covilhã não podiam deliberar sem que houvesse essa deliberação prévia do Executivo Municipal; -----

- Deputada Assunção Vaz Patto - os Municípios, incluindo aqueles que como nós aceitaram a transferência de competências, não temos competência do ponto de vista do uso do nosso trabalho, da nossa influência, da nossa função, não temos interferência no conteúdo pedagógico, é algo que nos ultrapassa. -----

Sendo certo, e a sua questão é o ensejo para lhes dizer que, no que diz respeito ao 1.º Ciclo, temos em curso um projeto de intervenção sócio educativa na componente de apoio à família, que visa o desenvolvimento integral dos nossos alunos. Mas é uma questão que, embora tenha algum conteúdo pedagógico, não tem a ver com a autonomia. Nós não podemos interferir na autonomia das nossas escolas. -----

Por isso a crítica, que pensava que vinha endereçada à Câmara, está a fazê-la aos directores das escolas e aos Senhores Professores, porque nós rejeitamos e enjeitamos essa crítica. Não somos responsáveis pelos rankings, por bons ou maus resultados, a não ser no que diz respeito às condições que temos vindo, revolucionariamente, a fazer no Concelho da Covilhã. Já vamos com cerca de 8 milhões de euros de investimento, em requalificação de edifícios, em material didático, em mobiliário e toda uma panóplia de intervenções que fazemos e que estamos a fazer em todas as escolas, mas esse é o nosso contributo, não temos interferência na vertente pedagógica; -----

O Dr. Luís Fiadeiro colocou uma questão interessante, que tem a ver com o **Ecocentro** - nós vamos e queremos levar a efeito a criação de um **Ecocentro** que visa o depósito de resíduos de construção e demolição, para obras não sujeitas a licenciamento, ou aquelas que não têm planos de gestão de resíduos, não pode ser para amianto, há legislação muito apertada e rigorosa em defesa das questões de natureza ambiental. -----

Todas as remoções do amianto estão em andamento. -----

Placas - é reconhecida a importância que o Senhor Artur Campos teve, no desenvolvimento da atividade na indústria hoteleira e na restauração, no nosso Concelho, que foi a todos os títulos, singular e muito impressiva. -----

Cuidarei de saber o que se passa com a placa do Jardim, relativamente ao meu Ilustre antecessor.

Faço questão de que todas as placas sejam colocadas no sítio; -----

Bairros Sociais – há uma empresa que está a realizar obras na Alâmpada, quem têm a ver com eficiência energética, colocação de capoto, painéis solares, etc. que quer ceder a posição contratual, significa que está com dificuldades – como infelizmente muitas outras empresas no âmbito desta crise que nos assolou veio provocar – portanto pediu para ceder a posição contratual e atrasou aqui um pouco a execução dessas obras. -----

Incentivos à fixação de casais – já se ensaiaram pelo País diversos modelos, que não têm surtido o efeito pretendido. Este é um problema transversal a todo o Interior e o nosso grande desafio, o magno desafio que temos todos, a breve trecho, é conseguirmos fixar pessoas no nosso território.

2.2 – RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES 2020 DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de maio de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do ofício n.º 3154 de 2021.05.31 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor *Dr. José Paulo Pina Simão* pediu a palavra *para comunicar que se vai ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.* -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** informou que a intervenção serve para os dois pontos, **ponto 2.2 e ponto 2.3.** -----

“Analisamos hoje o Relatório de Gestão das Contas do Município e as Contas Consolidadas do Grupo Municipal, que integra várias Empresas Municipais. -----

Assinalamos a melhoria de informação, relativa às Contas da CMC e a diminuição da qualidade de informação das Contas Consolidadas. -----

Analisamos que, na Câmara Municipal, em termos de ativo ele se cifra nos 262 milhões de euros, em termos do património 215, estando com um passivo de 46 milhões de euros. -----

Relativamente às Contas Consolidadas, esse passivo passa de 46 para 63.5 milhões de euros, o que significa que no fundo, aquilo que foi os títulos de jornais, relativamente ao Senhor Presidente sair do Mandato com 43 ou 45 milhões de euros, eles se transformam - porque o Senhor Presidente da Câmara é responsável, pela dívida da Câmara Municipal da Covilhã, mas também é responsável pela dívida que as suas participadas (PARKURBIS, ICOVI, ADC, ADS, que não entra nestas contas consolidadas e que acabamos por não saber quais é que são as contas, mas pelos vistos é uma empresa rentável, curiosamente aquela que é rentável é aquela que não aparece nas constas consolidadas, ainda está por explicar aquela participação de 30% se está ou não escriturada). Relativamente à demonstração de resultados, apresentam-se 36 milhões de euros de rendimentos e 46 milhões de euros de gastos, gerando um resultado líquido negativo de 10 milhões de euros, ainda que explicado pelas depreciações e pelas amortizações e relativamente ao Orçamento, gera-se um saldo de 5 milhões de euros (que já tínhamos aqui visto na Assembleia de abril, já tinha sido feita a primeira revisão orçamental, através da demonstração dos fluxos de caixa para que pudesse ser começado a utilizar rapidamente). -----

A análise orçamental, nos quadros que aparecem, está claramente sobrevalorizada, através das dotações corrigidas que foram feitas ao longo do ano através das alterações orçamentais. -----

Preocupam-nos alguns números que verificámos, nomeadamente o quase meio milhão de euros, 470 mil euros de pagamentos em atraso das rendas de habitação social. E, aí, queríamos perguntar o que é que pensa o Município fazer, relativamente a esta dívida, como é que nós vamos resolver este problema e como é que estamos a atuar no presente, relativamente a estas questões, porque estamos a falar numa questão muito sensível e que um pequeno atraso pode transformar, aliás está transformado em praticamente meio milhão de euros e, é preciso atuar, é preciso começarmos a pensar sobre essa questão. -----

Relativamente às dívidas a terceiros de curto prazo 347 mil euros ainda que residual, naturalmente, mas de médio e longo prazo 31 milhões de euros. Curiosamente não aparecem, depois, nenhuma dívidas em atraso naquela declaração que nos aparece. -----

Não temos muito mais a dizer relativamente à apresentação das contas, tanto da Câmara Municipal como das Contas Consolidadas, já o tínhamos feito na Assembleia de abril, quando dissemos que aquilo que se nota, a evolução que se nota desde 2017 ou 2018 para cá, foi exatamente, foi a gestão do saldo orçamental para fazer face ao último ano de Mandato e que podiam ter sido libertados meios. Dei exemplos concretos para a Freguesia da Boidobra, podiam ter sido libertados meios, mais rapidamente, conforme as necessidades. Aliás, está-se a ver pelos protocolos que são aprovados agora, no último ano de Mandato, para as Freguesias. Podiam ter sido libertados no ano 2020 e mais rapidamente podiam ter sido colocados ao serviço das Populações e das Freguesias." -----

De seguida, sobre a intervenção do Público disse: -----

"Senhor Presidente da Assembleia permita-me uma nota relativamente aquilo que se passou há bocado, é um aparte que eu faço. -----

Eu fui ter com os moradores da Freguesia, lá fora, e aquilo que eles me disseram é que isto tinha sido uma falta de respeito – uma resposta de um minuto, fizeram-nos aqui estar uma tarde inteira.

Isto é a reflexão que fica da nossa relação com a População, com o Povo e com o Público que participa no Órgão. Eu acho que é possível agilizar, a Câmara já o faz, ao início faz a pergunta, a pessoa fica com a questão resolvida ou não e continuam os trabalhos do Órgão. E, nós devemos ter isto em conta, para não estarmos a gerar na População, este sentimento da falta de respeito dos Eleitos para com as Pessoas. -----

Obrigado” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre o descontentamento manifestado, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra, pelos Senhores Municípes, esclareceu: ----

“Não houve falta de respeito nenhuma, pelo contrário, há uma desvalorização do trabalho que a gente está aqui a fazer. -----

É bom que assistam, é muito bom que assistam. -----

Este é um trabalho para a Comunidade e vir aqui despejar e ir embora, não é bem assim. -----

É preciso respeito, também, por quem está aqui. -----

E mais, assim ficaram esclarecidos de todo o processo, viram e ouviram as três Petições e ficaram muito mais esclarecidos. E, se tiverem que dizer, eu agradeço que me o digam a mim, pessoalmente, porque aí eu terei argumentos, não ficarei passivamente a ouvir o que eles me disserem. -----

O Senhor devia ter tido o cuidado de os esclarecer do que é uma Assembleia Municipal. -----

Mais, a Assembleia Municipal alterou o seu procedimento normal para os ouvir, não os fez estar aqui até às tantas. -----

Isto é tudo uma questão relativa, não é preciso me darem lições sobre isso, tenho a humildade de reconhecer quando as coisas estão bem ou estão mal. Mas é bom que nós também sejamos pedagógicos e que digamos às pessoas o trabalho que estamos aqui a fazer. -----

Eu tenho muito orgulho no trabalho que faço aqui! Como nos outros! -----

Desde que o faça com honestidade e com o respeito por toda a gente, tenho muito orgulho no trabalho que faço. Posso não ter muitas vezes os resultados que quero, mas que me esforço por isso, esforço. -----

E aqueles Senhores que estiveram aqui têm todo o direito de manifestarem a sua opinião. Eu sou o primeiro a querer falar com eles para lhes explicar isso. E isso é que é importante, nós temos que explicar às pessoas que não é uma perda de tempo vir aqui. -----

Nós somos um órgão muito importante, somos um órgão muito importante no Concelho. -----

Sei muito bem o que são as manifestações de desagrado, mas nós temos que ser pedagógicos para as pessoas, temos essa obrigação.” -----

- Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS) disse: (doc.22) -----

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhora e Senhores Vereadores -----

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas ou Uniões de Freguesia -----

Senhoras e Senhores da Comunicação Social -----

Senhoras e Senhores do Staff Municipal -----

Senhoras e Senhores deputados -----

Num ano fortemente marcado pela crise pandémica causada pelo COVID-19, também o Município da Covilhã vê a sua atividade e contas afetadas pela mesma. É natural, por isso, que a aquisição de alguns bens e serviços tenham sido redirecionados relativamente aos inicialmente previstos bem como alguns investimentos em execução tenham tido a sua conclusão protelada para lá do previsto. É, o caso de algumas obras emblemáticas deste executivo cuja conclusão estava prevista em 2020, mas que, por tal apenas foram concluídas em 2021, como o Centro de Inclusão Social da Covilhã, o Centro de Inovação Empresarial da Covilhã e do Centro de Inovação Cultural da Covilhã. Contudo e por mais que custe a alguns, a atividade do Município é, inegavelmente imensa, e bastante pertinente aos olhos dos covilhanenses, uma vez que destrói pela prova a estratégia de argumentar de imobilismo este executivo, ou da que nada foi feito nestes últimos anos, como alguns já propalam por aí. Mas estes, que se desenganem, pois não querendo enxergar a exata realidade, o que apenas fazem é, sistematicamente apoucar a Covilhã e o orgulho dos que deveras se sentem covilhanenses. -----

Uma análise mais atenta à Gestão do Município patenteia as preocupações deste executivo com a economia, com as empresas, com o investimento e com a preocupação de dotar o Concelho de infraestruturas que o preparem para o futuro. Para uma análise à atividade devemos, antes de mais, olhar as despesas e as receitas, o que nos permite perceber a atividade, mas, mais do que isso, a forma como essa atividade é financiada. As receitas correntes foram de 33,7 M de euros e as despesas correntes de 22,4 M de euros, verificando-se assim um Saldo corrente de 11,3 M de euros. Mais uma vez o argumento do despesismo tomba por terra. Aliás, deste saldo cerca de 5 M de euros foram mesmo aplicados em despesas de Capital, isto é, uma parte significativa do Investimento é acomodada pelas receitas correntes, não ficando por aí, como uma pesada herança para as futuras gerações. O distintivo deste executivo, foi, tem e será, o de fazer e pagar! As receitas de Capital têm um resultado negativo, que como vimos foi coberta por receitas correntes, mas convém não esquecer, o forte impacto pelo atraso no recebimento de fundos comunitários do qual a situação pandémica não é alheia. Merecem ainda uma nota as despesas com pessoal. Uma nota muito pertinente que os covilhanenses têm de conhecer, por mais que incomode e custe a alguns. Com a recente transferência de competências na área da educação, o Município incorporou custos de 3,5 M de euros, que paralelamente às progressões de carreira também tiveram um impacto relevante no aumento dos custos com pessoal. No entanto, os custos tiveram um aumento, pasme-se de 2,9 M de euros! Pelo que, não fossem as transferências de competências, e mesmo considerando as progressões nas carreiras haveria uma poupança de mais de 500 mil euros. Se por um lado este facto faz cair o argumento de que se está a engordar o Município com

empregos para amigos, é também verdade que representa uma menor capacitação do Município em termos de Recursos Humanos que entendemos dever ser corrigido. -----

Como deverão também já ter percebido a alteração do normativo contabilístico teve também os seus impactos, nomeadamente no que diz respeito às amortizações que tiveram um grande aumento, mas que na realidade pela atividade do município e na sua capacidade de atuar não demonstra grande relevância. No que diz respeito ao balanço, importa aqui verificar a diminuição do passivo, mesmo considerando o aumento de provisões em cerca de 7 M de euros, mas, mais uma vez instigada pela alteração ao normativo contabilístico. Mais, a alteração ao normativo contabilístico, isto é, a passagem do POCAL para o SNC-AP, levou a que a antecipação das rendas da habitação social, antes definidas como diferimentos passassem a financiamentos obtidos, pelo que, não fosse este o caso, a rubrica financiamentos obtidos teria diminuído em mais de 2 M de euros. -----

Fazer e pagar! -----

Outra constatação, o tempo médio de pagamento a fornecedores continua a diminuir, bem distante dos tempos em que o Município para pagar empréstimos tinha que se financiar nos seus fornecedores. Fazer e pagar! Em tempos de recessão, com o PIB a diminuir drasticamente por impacto da pandemia, este facto assume ainda maior relevância para o Município mas sobretudo para os agentes económicos que têm relações com o Município. Este executivo vem pois revelando uma grande preocupação com a economia, a de cumprir com as suas obrigações. Fazer e pagar! -

Há, ainda, como já foi sublinhado, uma preocupação com os Recursos Humanos. O exemplo da aquisição de recursos materiais e técnicos que o Município fez, e bem, pois importa conjuntamente dotar o Município dos Recursos Humanos que permitam a utilização desses equipamentos de forma integral e intensiva de forma a tornar mais célere a resposta aos problemas que são colocados todos os dias e que, por definição, nunca estarão integralmente resolvidos, é prova disso.

Assim face ao exposto e por a bancada do Partido Socialista, se rever nas políticas adotadas pelo executivo liderado pelo Senhor Presidente, Dr. Vítor Pereira, votará favoravelmente o Relatório de Gestão e Atividades 2020 do Município da Covilhã." -----

- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP) disse: -----

"A análise deste relatório de gestão, basicamente resume-se àquilo que foi o resultado, quer orçamental que ronda os 5,3 milhões de euros, ou de tesouraria de 1,3 milhões de euros. -----

Como bem disse o Deputado Marco Gabriel já tínhamos falado sobre este resultado, em Sessões anteriores. Mas, aquilo que fica deste resultado, num ano a todos os modos excecional, é que havia verba para se poder fazer diferente, havia verba para se poder fazer mais. E, preocupa-nos que, num ano a todos os títulos excecional, a Câmara Municipal seja gerida como se de uma empresa se trate, unicamente preocupada com resultados financeiros, porque se a situação fosse essa, se a Câmara Municipal fosse uma empresa, tinha agora todos os seus acionistas bastante satisfeitos com este exercício. Mas, isto significa que havia condições para se fazer mais, pelos nossos Municípios, se apoiar mais as empresas do Concelho e se fazer de outra forma. -----

Portanto, mais uma vez, iremos votar contra este relatório de gestão." -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** disse: **(doc.23)** -----

"Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Em análise o Relatório de Gestão e Atividade de 2020 do Município da Covilhã. -----

Tal documento obedece aos requisitos que a lei impõe e como tal, não é documento que possamos votar contra. -----

O Relatório em apreço, é uma cronologia da vida de cada sector do Município. É um balanço do que foi feito em cada sector. -----

Regista-se, que não há referência sobre investimentos, nomeadamente sobre empresas, o que se lamenta. -----

Assim e atento ao supra indicado o "De Novo Covilhã" irá abster-se." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Relatório de Gestão e Atividades 2020 do Município da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 20 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto), 06 votos contra (CDS-PP e PCP) e 3 abstenções (DNCCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiço, Erada, Ferro, Peraboa, Tortosendo, Covilhã e Canhoso, Vale Formoso e Aldeia do Souto e o Dr. José Paulo Pina Simão (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

2.3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2020

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do ofício n.º 3455 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor *Dr. José Paulo Pina Simão* pediu a palavra *para comunicar que se vai ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.* -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** disse: **(doc.24)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Em análise a prestação das contas consolidadas em 2020. -----

Afinal o que são CONTAS CONSOLIDADAS? -----

Segundo a Portaria 474/2010, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de Orientações Genéricas relativas à consolidação de Contas no âmbito do sector público administrativo, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios. -----

Esta ferramenta de gestão, tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns. -----

As contas consolidadas são uma agregação do perímetro municipal e empresarial. -----

São uma fotografia em grande plano do Município. -----

Ora este documento esqueceu-se de tudo o que está subjacente a constas consolidadas vertido na portaria supra referida. -----

Não está nas contas o contributo de cada setor do Município. -----

Não está neste documento o contributo de cada empresa municipal para as contas consolidadas?

Não consta. -----

Quanto vale a ICOVI? E a ADC-Águas da Covilhã? Não há registo. -----

Por outro lado, outra questão se impõe: Qual o valor dos ativos acrescentados nos dois mandatos de Presidência do Partido Socialista? -----

Nada é dito, porque se estimam próximo do nada. -----

Que ativos trouxeram para a Câmara Municipal da Covilhã? -----

Que investimentos foram realizados durante estes dois mandatos de governação do Partido Socialista? -----

Tirando as condutas a partir da barragem do Viriato que receberam do executivo anterior com projeto e financiamento assegurado e mesmo assim desperdiçando a nova barragem, nada mais se conhece. -----

Mas é muito fácil perceber-se pelos números globais o fracasso destes dois mandatos. -----

De Novembro 2013 a Maio 2021, entraram nos cofres do Município por transferência do Orçamento do Estado cerca de 100,3 milhões de euros. -----

Entraram de IMI e IMT mais a Derrama cerca de 39,7 milhões de euros. -----

No total são cerca de 141 milhões de euros que passaram pelos cofres da Câmara. -----

Neste período, de 2014 a 2021, de 65 milhões de dívida amortizou-se 30 milhões. -----

Ficam 110 milhões de euros. -----

As despesas com pessoal subiram exponencialmente já que hoje existe praticamente o dobro do pessoal que havia em Outubro de 2013. -----

Gastam-se cerca de 40 milhões de euros, em pessoal a uma média de 5 milhões/ano. Ficam 70 milhões de euros. -----

Onde está a obra dos 70 milhões restantes que aqui não encontram explicação? -----

Porque não pagaram toda a dívida existente? -----

Porque andaram a endividar-se no Silo-Auto quando podiam ter pago com estes recursos? -----

Onde está a vossa obra, visto que recursos não faltaram? -----

Nas ciclovias fantasma e nas bicicletas invisíveis, na requalificação das vias que foram destruídas com as ciclovias não se encontra razão para este despautério. -----

É verdade que os elevadores estiveram quase sempre parados e também deram o seu contributo poupando energia visto que não saiam do ponto de partida meses e meses. -----

As Contas consolidadas são assim contas furadas. -----

Não foram realizados investimentos... não foi feita a barragem... Onde está o valor de 70 milhões de euros após ter sido amortizado o passivo? -----

*São estas as contas arrumadinhas de que fala o presidente da Câmara e que a realidade desmente.-
Podia ter pago toda a dívida e não o fez. -----
Podia fazer e não fez tanta obra precisa no Concelho. -----
Estas Contas têm uma coisa positiva: mostrar a incompetência política e de gestão desta Câmara.
Assim e pelas razões supra indicadas entendemos que estas contas merecem o chumbo e o nosso
VOTO CONTRA." -----*

- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP) disse: -----

"Das empresas relevantes do perímetro Municipal, apenas uma disponibiliza o Relatório de Contas de 2020 no site, referimo-nos à ADC que apresenta um resultado líquido de exercício de, aproximadamente 298 mil euros. -----

Estranha-se que, aquilo que consta do Relatório do ROC da ADC, não esteja plasmado nestas Contas Consolidadas, que refere compensações indemnizatórias, que continuam perigosa e assustadoramente a aumentar, gastos em consultadoria e assessoria que rondam os 4,4 milhões de euros, dos quais metade serão para ser compensados com pagamentos do Município e que se encontram sem documentação de suporte. -----

Depois, aparecem também, nestas Contas Consolidadas, um total de 7,5 milhões de interesses que não se controlam. Quando é que isto se discute, afirmativamente e claramente nesta Assembleia, acerca destas empresas municipais? -----

Das Contas da ICOVI e da PARKURBIS, outras empresas do Grupo Municipal, continua a haver um apagão sobre esta informação e tinham obrigação de publicitar essas contas no seu site. -----

Oito anos com a governação deste PS e oito anos a reclamar por esta situação. -----

No entanto, temos notícia que estas empresas apresentam prejuízos, porque a Câmara teve que efetuar transferências para o seu equilíbrio financeiro. PARKURBIS, a transferência que foi feita pelo Município, 234 mil euros. E a ICOVI, este ano apresenta um resultado negativo, creio que será a primeira vez que tal acontece. -----

Efetivamente há um resultado, como falamos há pouco, que é positivo. E aquilo que nós achamos é que quanto mais saldo se acumula na Câmara pior se vive na Covilhã. -----

Como disse há pouco, se isto fosse uma empresa os sócios estariam a esfregar as mãos, mas em vez disso, aquilo que estamos a fazer é a piorar as condições que colocamos ao dispor dos Municípios do Concelho e, efetivamente não podemos por isso aprovar estas Contas Consolidadas."

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS)** disse: *(doc.25)* -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhora e Senhores Vereadores -----

Senhor Provedor do Município -----

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia -----

Senhoras e Senhores da Comunicação Social -----

Senhoras e Senhores do Staff Municipal -----

Senhoras e Senhores deputados -----

A consolidação de contas surgiu historicamente da necessidade imperiosa de fornecer informação económica e financeira às figuras centrais do mundo económico atual, os grupos de sociedades privadas. A transposição para o Estado das ferramentas e regras de gestão do sector privado obedece à mesma lógica de mercado. A lógica que permite aos mais diversos agentes políticos controlar com facilidade os gastos e a gestão, no caso as autarquias. -----

O chamado Estado eficiente das contas consolidadas é hoje um modelo que leva à entrada, na administração pública, de uma gestão de tipo empresarial e a uma maior tendência para orientar a atuação administrativa de acordo com os valores do sector privado -----

As contas consolidadas, no caso refletem o património e a atividade do Município considerando integralmente, mediante, sobretudo, na observação das respetivas demonstrações financeiras. ---

Estamos hoje, no ponto 2.3 desta sessão ordinária, uma vez mais a apreciar e votar os documentos de prestação de contas consolidadas, do grupo autárquico, respeitantes ao ano 2020. As demonstrações financeiras consolidadas, isto é, o balanço consolidado, os mapas de execução orçamental consolidados e demonstração dos resultados consolidada, apresentam a posição financeira do campo autárquico, o resultado das operações e o relato da execução orçamental. ---

Recordo que no caso do nosso Município o perímetro da consolidação é composto pela Câmara Municipal da Covilhã, pela ICOVI, E.M. pela ADC, Águas da Covilhã, pela PARKURBIS e pela Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., sendo a entidade mãe (entidade consolidante) a Câmara municipal da Covilhã. -----

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados -----

No que diz respeito ao património do Município, patente no balanço, revela a diminuição do ativo em cerca de 10,5 M de Euros, que se comparado com os gastos de depreciação e amortização de mais de 24 M de Euros nos leva à conclusão que o Município teve aquisições de ativos bastante relevantes, mais de 13 M de Euros no ano de 2020! Olhando para o Passivo, importa ressaltar a diminuição dos financiamentos obtidos em mais de 4,3 M de Euros que mais não é do que o

continuar da trajetória encetada por obrigação imperativa em 2013, mas assumida como prioridade para não hipotecar o futuro. Fazer e pagar! -----

De registar o ligeiro aumento no montante de dívidas a fornecedores que, considerando a intensa atividade do Município, bem patente nas aquisições de ativos mencionadas, revela mesmo uma diminuição no tempo médio de pagamentos aos fornecedores. -----

A atividade do Município, patente na demonstração de Resultados, e indo para lá do que dissemos no ponto anterior no que respeita a gastos com pessoal, à cobertura de parte do investimento por parte das receitas correntes, importa olhar para o enorme aumento das amortizações de mais de 9,5 M de Euros, que se manterá nos próximos anos certamente por via da alteração para o SNC-AP mas que ainda assim representou um aumento dos resultados negativos em 8,7 M de Euros, o que indica que nas restantes rúbricas houve mesmo um saldo comparativo positivo de cerca de 800 mil Euros. Fazer e pagar! -----

No entendimento da bancada do PS este é o caminho que deve continuar a perseguir, apelando mesmo à intensificação, pois tendo em conta os tempos de grande incerteza económica, provocados pela crise do COVID 19, é fundamental garantir liquidez em todos agentes económicos, em especial os do nosso concelho. -----

Antes de terminar, e por esta, porventura, ser a última sessão deste mandato, mas também por ser merecida, deixar (como já o tinha feito ano passado) uma palavra de agradecimento para com os senhores Presidentes de Junta ou Uniões de Freguesia, que deram um importante contributo, com seu o trabalho, que de forma abnegada têm vindo a desenvolver, contrariando o que outrora, tantas e tantas vezes vinham fazendo, muito com pouco, diria melhor, tantas e tantas vezes fazendo muito com nada, sem nunca terem virado as costas aos seus fregueses. -----

O resultado deste esforço, evidente, nas contas agora apresentadas, deve-se pois a muitos: desde logo nas freguesias como anteriormente refiro, mas ainda a todos os funcionários do município, muitos em tele trabalho, que ajustaram o seu nível de operação, tendo em conta a gestão parcimoniosa dos recursos disponíveis, mas também, como é evidente, pela ação de todo o executivo que está de parabéns, sobretudo o Senhor Presidente que recordemos tem o Pelouro financeiro na CMC, sendo ele o principal responsável político mas também operativo pelo caminho traçado. -----

Assim, face ao exposto e tendo ainda em conta a auditoria por entidades certificadas e de idoneidade indiscutível, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente e com agrado as Contas apresentadas nesta assembleia.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - *Prestação de Contas Consolidadas 2020* foi a mesma *aprovada por maioria, com 21 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 09 votos contra (DNCCP, CDS-PP e PCP). -----*

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, Tortosendo, Covilhã e Canhoso, Vale Formoso e Aldeia do Souto e o Dr. José Paulo Pina Simão

(PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

2.4 – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DA CONCESSÃO DO SISTEMA DE MOBILIDADE DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3461 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor *Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro* pediu a palavra *para comunicar que se vai ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.* -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** *“Muito se falou deste concurso, neste Mandato, nesta Assembleia.* -----

Numa fase inicial dissemos que nos parecia algo que não seria realizável, na primeira fase em que ele foi apresentado, a alteração dos valores, porque depois ele foi apresentado e colocado a concurso, revelou que tínhamos razão. -----

Aquilo que me espanta é que, numa altura em que dois terços dos autocarros do nosso País se encontram paralisados por força da crise pandémica, numa altura em que as empresas do sector atravessam fases difícilimas não haja capacidade negocial para se conseguir um melhor acordo. Aqui, em relação a esta fase do processo, chegamos a uma conclusão que a diferença entre um operador e o outro, quando se falou em oito operadores concorrentes, há três que nem sequer o documento europeu único para a contratação pública possuíam, foram automaticamente excluídos, de oito ficámos reduzidos a dois, a diferença foram as bicicletas elétricas e as trotinetes que apresentam. -----

Estamos a falar de uma pontuação que, quando se analisa, é de 50 pontos para um concorrente e de 96 para outro, mas a diferença reside toda na alínea c) da classificação do Júri. Estamos a falar de um peso de 15%, aquilo que difere uma oferta da outra é o número de bicicletas e de trotinetes que vão colocar à disposição da População. Espero que depois esse número se venha a verificar. Tenho dito.” -----

- **Eng.^a Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** *“Bem, este ponto vem mostrar aos céticos, aos críticos deste projeto de mobilidade, que houve interessados em concorrerem e que de certa forma se consegue ou se conseguirá por em prática o Plano de Mobilidade aqui traçado, que traz modernidade, traz uma perspetiva de futuro e traz uma perspetiva de integração dos vários meios de transporte na cidade, não de uma forma concorrencial, mas de uma forma complementar. -----*

Relativamente às afirmações do meu antecessor, que refere que uma revisão afetava muito o valor. Nós entrámos num estado pandémico Senhor Deputado, houve a necessidade de rever a questão contratual e a questão negocial para com o prestador de serviços que, obviamente não está para perder dinheiro. -----

O modelo do negócio, ao nível dos transportes, não foi exclusivamente aqui no Concelho da Covilhã que teve que ser revisto, mas em todos os outros concursos que estavam a decorrer ao nível do País. -----

Termos tido este número de concorrentes e termos aqui, neste momento, esta proposta de adjudicação parece-me, efetivamente, uma vitória. Este Executivo conseguiu demonstrar que a visão é concretizável e será com certeza uma mais-valia em termos de mobilidade na nossa Cidade.

Referir, ainda, que traz uma perspetiva interessante, ao nível do turismo, porque vai criar a possibilidade de haver um meio de transporte entre o Centro da Cidade e as Penhas da Saúde, que vem potenciar esta via e este aspeto económico. -----

E, também, dizer que este projeto teve discussão, nós chamámos os Membros da Oposição para participar, para discutir, teve validade por parte das Autoridades Nacionais, ao nível do transporte e com certeza terá também o parecer positivo por parte do Tribunal de Contas na finalização deste procedimento. E, por este motivo, obviamente que o Partido Socialista irá votar favoravelmente neste ponto. Muito obrigada.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** *“A Câmara Municipal aprovou e propõe, a esta Assembleia Municipal, uma parceria público privada na mobilidade urbana, com exploração por um parceiro privado de tudo o que é mobilidade dos Covilhanenses. -----*

A empresa privada vai explorar o serviço de mobilidade e tudo aquilo que lhe é acessório: rede de transportes públicos; abrigos de passageiros; elevadores e funiculares; bicicletas e trotinetes; os silos do Pelourinho, Mercado Municipal, Estação, Sporting e o estacionamento à superfície. -----

É uma parceria público privada abrangente, onde o público paga e a empresa não pode ter prejuízo, à semelhança de outras no País, criadas desde Cavaco Silva: a Lusoponte, que administra a Vasco da Gama, 25 de Abril; as parcerias público privadas rodoviárias as das portagens; as parcerias público privadas na saúde e na educação que canaliza para o sector privado milhões de euros do Estado. -----

Afirmava, em 24 de novembro, o meu Camarada Rui Braga, no âmbito das concessões dos transportes a privados, que entre outros Grupos a Multinacional TRANSDEV, afirmação de 2018, reduzem sistematicamente a oferta e cortam serviços tendo apenas como critério não a satisfação

das necessidades de mobilidade das Populações, mas a maximização do lucro, deixando apenas uma única opção, o recurso ao transporte privado. -----

As parcerias público privadas, na área dos transportes, exigência da União Europeia na concessão de serviço público, criou esta situação pérfida de monopólio de uma empresa francesa, a TRANSDEV, que destrói a concorrência na nossa Região. -----

Não tivesse a Autoridade da Concorrência colocado algumas dúvidas quanto à aquisição da Auto Transportes do Fundão, pela TRANSDEV, e hoje estávamos dependentes das condições exigidas por esta Empresa Transnacional que traduz e objetiva os desígnios do grande capital na área dos transportes de passageiros. -----

O que a União Europeia sempre desejou, e vai impondo é a abertura dos Mercados Nacionais aos monopólios Europeus. Em vez do apoio às empresas que operam no País, abrem-se as portas aos operadores que procuram novos mercados. Pois é. Pois, é a lei do mercado, dizem alguns. Sim, é o grande a comer o pequeno, dizem outros. É a livre concorrência. É o capitalismo a funcionar. -----

E, quando o grande dominar o mercado, impõe as suas regras, os seus preços, as suas exigências, os seus valores, a sua democracia e os seus direitos humanos. -----

No nosso caso, estamos perante um concurso que esteve deserto, porque não era apetecível, nem vantajoso nas condições que apresentava, no seu lançamento. Voltou-se ao início e acrescentou-se um milhão de euros. Claro, tornou-se interessante na perspectiva empresarial. -----

Mas lembro-me, que com este valor, no estudo apresentado no início do processo, era viável uma iniciativa pública com a criação de uma empresa municipal. É este o caminho que continuamos a defender, criar uma empresa pública municipal de mobilidade. -----

Neste processo a maioria do PS, na Câmara Municipal, optou pelo mais fácil. Avançar com a concessão a um privado, em vez de caminhar para uma estrutura de gestão pública municipal. ----

Uma concessão e um concurso que teve oito concorrentes, com seis empresas excluídas que sinalizaram várias desconformidades no processo de concurso e no processo de audição prévia e que prometem continuar com a contestação do concurso. -----

A Câmara Municipal decidiu aprovar a proposta de concessão à empresa TRANSDEV, que beneficiou na majoração dos critérios por apresentar, no item da mobilidade suave, maior número de bicicletas elétricas, trezentas e setenta, e de trotinetas, duzentas. Quando as outras empresas, talvez mais de acordo com a realidade, apresentaram propostas – 150 bicicletas e 50 trotinetas. -

Já não bastava a telenovela das ciclovias, agora juntam-se as bicicletas e as trotinetas a condicionar um concurso de transportes públicos. Disse.” -----

- Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) referiu: “Nós, contrariamente ao meu ilustre precedente, o Prof. Reis Silva, nada temos contra o privado. -----

E mais, fazendo as devidas comparações, estamos com o mesmo espírito e com a mesma posição de quando foi o sistema das águas, porque não se recorreu aos Fundos, ou outro tipo de financiamento. -----

Entendemos que o sistema dos transportes devia ser alterado, quem anda diariamente em transportes públicos, certamente assim o analisa. Eu ando ocasionalmente, mas por aquilo que vou conversando com outras pessoas, de facto, os transportes mereciam uma alteração.

***Temos algumas dúvidas:** sendo uma Cidade de Montanha como é que as ciclovias irão ser estruturadas, delineadas, como é que irão funcionar e a questão das próprias bicicletas elétricas. -*

*Depois não vejo, outra coisa importantíssima, **o estudo do tráfego da própria Cidade**, não podemos descurar a sua articulação com os demais transportes que servem as localidades do Concelho. -----*

Não temos nada contra a concessão, não vejo aqui nada onde possa vir alguém a suscitar aquilo quer que seja sobre legalidade, pelo menos estou a falar em 2021, no dia de hoje. -----

Fico sem saber como é a questão do pagamento dos aparcamentos, se a Cidade fica toda com as zonas de estacionamento a pagar, é uma questão que não consegui resolver, na análise que fiz. Mas, considerando que, de facto, a situação na sua essência é positiva, nós iremos abster-nos. ----

- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** disse: "eu, de facto, às vezes fico estupefacto com algumas intervenções que vejo aqui, sobretudo de uma direita dita responsável, estou-me a referir ao Partido do Táxi ou da Bicicleta, como se este assunto que estamos aqui a tratar fosse um negócio de sardinhas – estão aí umas latas de sardinhas, que com a pandemia estão paradas, então vamos lá a tratar dessas sardinhas e comprar sardinhas a preço da chuva. -----

Temos que tratar isto com seriedade intelectual e, pelo menos, fazer o trabalho de casa. Nestas coisas a gente quando não sabe não fala, para dizer asneiras dessas... depois há apagões, então não há de haver apagões? Quando não se sabe, o apagão vem e cilindra-nos. -----

Nós estamos a falar de uma concessão a 10 anos, estamos a falar de uma concessão abrangente, não estamos a falar de uma concessão de meros autocarros, como era até aqui. -----

Isto para dizer que esta concessão contempla, o estacionamento à superfície e em subterrâneo, os funiculares, os elevadores, os abrigos de passageiros, para além da mobilidade suave, que já aqui foi falada e sempre com algum sorriso de desdém por parte de algumas pessoas (que às segundas, quartas e sextas, são amigos do ambiente, nos intervalos destes dias são contra a mobilidade suave e contra estas coisas todas, é a chamada coerência ambiental). Não posso ficar calado quando oiço estas, desculpem-me, barbaridades, não pode ser outro termo, discordando sempre, com o devido respeito e não querendo com isso ofender ninguém, mas há coisas que não podem passar em claro. -----

E, depois, não nos podemos esquecer que esta concessão não é só para autocarros. É que, com o preço que antes se andava de autocarro, agora temos estacionamento gratuito para os residentes, temos passes gratuitos para todos os alunos até ao 12.º ano, temos passes para os Ubianos

recenseados na Covilhã (aí está uma medida para fixar jovens casais e pessoas na Covilhã, esta mobilidade também serve para isso). -----

Um jovem estudante que vem de Lisboa, ou de outra zona do País, ao chegar à estação de caminhos-de-ferro, apanha uma bicicleta elétrica, com a sua mochila às costas e com a malinha que facilmente põe atrás, dirige-se ao primeiro funicular que encontra junto da Universidade, deixa ali a bicicleta vai às aulas, retoma a outra bicicleta na parte de cima e vai para casa. No dia seguinte, apetece-lhe ir para a Universidade de trotinete, vai de trotinete, coisa perfeitamente normal (vejo que muita gente acha muita piada a isto, isto é motivo de grande chacota, de grande risada, como se não estivéssemos a falar de coisas importantes, mas depois no dia seguinte fazem juras eternas ao ambiente e à sustentabilidade ambiental – um Município que não é amigo do ambiente e não sei quantas mais). -----

Bom isto... é por estas e por outras, mas o Povo é que julga e não sou eu. -----

O passe, obviamente, inclui a gratuidade de tudo quanto é meio de funicular e elevador, tem também descontos para as bicicletas e para as trotinetes para os nossos Concidãos, têm internet no autocarro, vão ter informação eletrónica com o atraso, o sítio onde está o autocarro, para saber se devem ou não devem esperar pelo autocarro e podem apanhar uma boleia do vizinho, ou esperar ou não esperar. Tudo isto é relevante, tudo isto é importante, não estamos a pagar esta quantia por umas viagensinhas de autocarro, não estamos a falar disso. Estamos a falar de uma questão bem mais abrangente e bem mais integrada. -----

E, portanto, este também é o ensejo para vos relembrar, por diversas ocasiões já falei, que o nosso Plano de Mobilidade tem a ver com os passeios, com a mobilidade de todo o Concelho, das Freguesias Rurais, das Vilas e Aldeias e não apenas da nossa Cidade. É um plano total que se pretende, no futuro, implementar e estamos cá exatamente para isto. -----

Já agora, uma última nota, eu nem quis intervir nas questões financeiras, porque de facto, com o devido respeito e não encarem isto como sobrançeria da minha parte, mas a qualidade da análise financeira é tão fraca, tão fraca, que não merece resposta. -----

E depois fique a saber, do Partido do Táxi, que agora a boa gestão é motivo de protesto e de contestação. Se nós tivéssemos aqui uns resultados que fossem menos bons – estão a ver os Socialistas, os despesistas, os não sei quantos, só sabem gastar dinheiro, só sabem é despender e não sei quantos mais, não são bons gestores de contas – gerimos bem as contas, fazemos as coisas. Claro que, não lhes convém dizer nem admitir que as fazemos – somos apenas empresários. Fico muito contente com essas vossas apreciações e com essas críticas. Muito obrigado” -----

- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**: *“Queria visa-lo assim direta e frontalmente. É algo que estou aqui a fazer com custo, porque para isso é preciso reconhecer-lhe capacidade para me afrontar da maneira que o fez. A questão ou a forma como se referiu a mim ou ao Partido que eu represento aqui não creio que tenha sido a mais correta, nem a mais própria para este Órgão. É própria sim, de uma pessoa como o Senhor que já não é a primeira vez que demonstra aqui esta falta de respeito pelos Eleitos do Povo.”* -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: *“Ficámos a saber outra coisa, é que exprimir ideias, fazer críticas contundentes ainda com pouco mais corrosivas é ofensa.”* -----

Portanto, olhe se o debate que é o sal da democracia, ainda que seja feito com mais veemência... Chamar Partido do Táxi, é uma ofensa? Dizer que não estudou, ou que não fez o trabalho de casa, é ofensivo? Não o fez, demonstrou aqui que não o fez. Se isto é ofensa, vou ali já venho. -----

Fazer considerações sobre as suas considerações, é ofensivo? Está tudo dito. Muito obrigado. -----

Isto é a Democracia a funcionar, quem não quer não vem para aqui.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Proposta de adjudicação da Concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 19 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) 02 votos contra (PCP) e 06 abstenções (DNCCP e CDS-PP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso e o Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

2.5 – ADJUDICAÇÃO: AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PARA OS MUNICÍPIOS DE COVILHÃ, FUNDÃO, PENAMACOR E PARA ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, SA – HOMOLOGAÇÃO DA ATA FINAL E MINUTA DE CONTRATO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de maio de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento através do ofício n.º 3009 de 2021.05.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento da adjudicação: Aquisição de fornecimento de eletricidade para os Municípios de Covilhã, Fundão, Penamacor e para águas públicas da Serra da Estrela, EIM, SA – homologação da ata final e minuta de contrato.** -----

2.6 – ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO - “CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA A INSTALAÇÃO DE 43 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DA COVILHÃ” - E ERROS E OMISSÕES

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3441 de 2021.06.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Alteração das Peças de Procedimento - "Concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de 43 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no concelho da Covilhã" - e Erros e Omissões** foi a mesma **aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 05 abstenções (CDS-PP e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

2.7 – PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DE CENTROS URBANOS DE FREGUESIAS DO CONCELHO

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 18 e 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através dos ofícios n.º 3442 de 2021.06.18 e n.º 3463 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Propostas de alteração da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana de Centros Urbanos de Aldeia de Souto; Aldeia de S. Francisco de Assis; Boidobra; Canhoso; Cantar-Galo; Casegas; Cortes do Meio; Dominguiço; Erada; Ferro; Orjais; Ourondo; Peraboa; Peso; São Jorge da Beira; Sarzedo; Sobral de S. Miguel; Teixoso; Tortosendo; Vale Formoso; Vales do Rio; Verdelhos e Vila do Carvalho** foi a mesma **aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 05 abstenções (CDS-PP e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP), Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguizo, Peraboa, São Jorge da Beira, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. --

**2.8 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU)
DO TIPO SISTEMÁTICA ORIENTADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE
REABILITAÇÃO URBANA (PERU) DO CENTRO URBANO DO BARCO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através dos ofícios n.º 3466 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Proposta de Aprovação de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano do Barco** foi a mesma *aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 03 abstenções (CDS-PP).* -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguizo, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU)
DO TIPO SISTEMÁTICA ORIENTADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE
REABILITAÇÃO URBANA (PERU) DO CENTRO URBANO DA COUTADA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através dos ofícios n.º 3465 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Proposta de Aprovação de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano da Coutada** foi a mesma *aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 03 abstenções (CDS-PP)*. -----
Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguizo, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU)
DO TIPO SISTEMÁTICA ORIENTADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE
REABILITAÇÃO URBANA (PERU) DO CENTRO URBANO DE
UNHAIS DA SERRA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através dos ofícios n.º 3464 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Proposta de Aprovação de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano de Unhais da Serra** foi a mesma *aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 03 abstenções (CDS-PP)*. -----
Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguizo, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU)
DO TIPO SISTEMÁTICA ORIENTADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE
REABILITAÇÃO URBANA (PERU) DO CENTRO URBANO DE PAUL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através dos ofícios n.º 3467 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Proposta de Aprovação de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano de Paul** foi a mesma *aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 03 abstenções (CDS-PP)*. -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguito, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

**2.9 – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL
- 2021-2030**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3025 de 2021.05.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) (doc.26):** -----

“Em primeiro lugar saudar a Câmara Municipal da Covilhã, na pessoa do Vereador José Miguel Oliveira, responsável pelo Pelouro do Desporto, pela iniciativa e concretização de um importante documento estratégico, que enquadra, analisa o Desporto no Concelho da Covilhã, tendo sido partilhado, debatido e que chega hoje à sua reta final, para, no futuro orientar a política desportiva municipal, terminando o ciclo feudal de plantar infraestruturas aos amigos e negar o desporto às pessoas. -----

Temos esperança, que com este documento, termine o tempo de acabar com uma piscina descoberta que era um sucesso e transformá-la em estrutura coberta deficitária sorvedora de dinheiro público ou de plantar uma piscina descoberta em cima de pilares por falta de espaço. ----

*Que termine o tempo de anunciar um complexo desportivo com **“1 estádio de futebol com capacidade para 11000 espetadores sentados em bancadas cobertas; Pista de atletismo com bancada coberta com capacidade para 3.000 espetadores homologada pela International Association of Athletics Federations (IAAF); Pavilhão Polidesportivo para 4.000 espetadores sentados, com características multifuncionais ao nível desportivo/cultural/social; Campo de voleibol e badminton; Dois campos de treino; -----***

Posto médico; Sala de imprensa” e que rapidamente se alterem prioridades para no local projetado para uma destas infraestruturas se oferecer terreno a uma escola particular de um ex-deputado do PSD. -----

A este propósito uma sugestão humorística mas ao mesmo tempo significativa de como a ilusão praticamente se transformava em realidade. Pesquisem no google “projeto complexo desportivo covilhã” e cliquem em “Sinto-me com sorte”. O resultado é a Página da empresa Proengel que apresenta o Complexo Desportivo da Covilhã como um projeto desportivo de referência, que o valor da obra foi de 15 milhões de euros e que foi executada em 2003. -----

Fonte: <https://www.proengel.pt/pt/projecto/18+734/complexo-desportivo-da-covilha/?p=pt/projecto/18+734/complexo-desportivo-da-covilha/> -----

Temos esperança, que com este documento, termine o tempo da cidade imaginada, nunca concretizada, também na área do desporto. -----

Posto isto, para além da oportunidade que já tivemos de sugerir alterações e melhorias, não queríamos deixar de dar o nosso contributo nesta última etapa. Ainda que o documento seja de caráter estático, podem ser elaboradas atualizações ao mesmo. -----

Metodologia de Elaboração -----

Carateriza-se o concelho com diferentes variáveis, as instalações desportivas para diagnosticar carências/necessidades e o movimento associativo para identificar a oferta desportiva. -----

Falta por isso a caraterização das pessoas (idade, género, hábitos de vida e prática desportiva, necessidades, etc) que pode ser realizado no decorrer da implementação do plano, com diagnóstico à população através de amostragem, permitindo a adequação das ações concretas a implementar para cumprir os objetivos estratégicos definidos. -----

Enquadramento Territorial do Concelho -----

Necessidade de aprofundamento da localização de população jovem, em idade ativa e idosos por freguesia por forma a adequar equipamentos, estruturas e programas de atividades em cada uma das freguesias do Concelho. Os Censos 2021 serão uma importante fonte de informação para atualização do diagnóstico territorial. -----

Rede Viária e Acessibilidades -----

Centra-se mais nas acessibilidades regionais e nacionais, não utilizada posteriormente para criar valor, quando as necessidades de análise para fazer a ligação entre as pessoas, as freguesias, as estruturas, as ofertas desportivas e definir objetivos mais de acordo com as necessidades, devem centrar-se mais na acessibilidade e mobilidade intra-concelhia. -----

Caraterização das Instalações Desportivas -----

No que concerne à Freguesia da Boidobra seria importante a atualização dos gráficos da propriedade das infraestruturas públicas no gráfico (6 e não 5) em consonância com o quadro apresentado, assim como o texto relativo ao estado de conservação, para ser coerente com o gráfico apresentado, salvaguardando que as 2 estruturas do Parque Duppigheim que se apresentam em estado razoável, até por via da sua elevada utilização, deverão ser alvo de requalificações para melhoria. -----

Identificação de carências e necessidades estruturais -----

Deverá ter-se em conta não só cada uma per si mas também uma visão de conjunto de áreas geográficas, sob pena de condenar à não existência de uma estrutura numa determinada zona do concelho por via da segmentação por freguesia. Damos como exemplo, Ferro e Peraboa que pela população de cada uma das freguesias não “justificam” a existência de um pavilhão (utilizando o critério da população base de 3000 habitantes), mas que juntas perfazem 2700 habitantes. Ou ainda o caso da criação de uma nova pista de atletismo, dizendo o documento que a única freguesia que justifica a sua programação será a UF Covilhã/Canhoso. Esta formulação pode ser limitadora de por exemplo instalar uma nova pista de atletismo no Complexo Desportivo, que como é sabido está numa boa parte na área geográfica da Freguesia da Boidobra e que serviria de igual forma a população da UF Covilhã/Canhoso pela proximidade entre as duas freguesias. De igual forma o caso das piscinas cobertas projetadas para a cidade. Ou seja, o aprofundamento das variáveis a ter em conta permitir-nos-á no futuro uma visão mais abrangente e uma melhor decisão. -----

Naturalmente dentro deste item, saudamos a justíssima definição clara e concreta da necessidade da criação de um Pavilhão na Freguesia da Boidobra, aspiração antiga da população, sempre negada por critérios pouco claros. Por isso não se fazia Plano Estratégico, para não ter de tornar evidente a necessidade concreta e a justiça da reivindicação. -----

Discussão de Dados -----

De facto a freguesia de Boidobra carece de um pavilhão. No entanto a Vila apresenta um enorme potencial no que diz respeito a outras estruturas como ciclovias, rotas de passeios pedestres, rotas de btt, entre outras. Tendo em conta que a Covilhã é uma cidade de montanha, a vila de Boidobra apresenta uma caraterização de terreno com uma baixa variação de declive, baixo tráfego rodoviário e riqueza de espaços rurais e naturais, sendo um excelente contexto para a realização

de exercício físico de lazer, caso sejam reunidas as condições cicláveis, identificação e divulgação de trilhos, assim como a criação de estruturas de apoio. Fica a ideia, a proposta e a disponibilidade para cooperar, um dos valores deste Plano Estratégico. -----

Caraterização do Movimento Associativo no Concelho -----

Retificações a efetuar: o Aero clube da Covilhã tem a sua sede na antiga Escola da Quinta Branca, Freguesia de Boidobra e o Núcleo de Basquetebol da Covilhã tem a sua sede na Sede da Junta de Freguesia de Boidobra. Falta ainda incluir o Rancho Folclórico da Boidobra – Associação sediada na Boidobra que conta na sua atividade com Seção de Cicloturismo e que tem promovido diversas atividades desportivas. -----

Para além da caraterização dos atletas por coletividade e modalidade seria importante a sua desagregação por faixa etária. -----

Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Desportivo -----

Eixo II – Requalificação e construção de infraestruturas desportivas -----

Para terminar, um desafio relativamente ao objetivo estratégico de Construir um centro de acolhimento e apoio à prática de desportos de natureza em local estratégico. Que o mesmo se possa situar em terreno junto ao Parque Multiusos Duppigheim, local estratégico para a vertente pretendida: -----

- Infraestrutura já muito procurada para a vertente de pedestrianismo; -----
- Localizado perto do Complexo Desportivo da Covilhã, através de ligação já existente de percurso pedonal (trail); -----
- Proximidade a unidades hoteleiras para ligação à vertente do Turismo; -----
- Proximidade ao Rio Zêzere, criando inúmeras oportunidades de desportos de natureza em meio aquático; -----
- Proximidade com as Freguesias de Ferro, Peraboa e Tortosendo, procuradas para realização de BTT e Trail; -----
- Local de confluência entre a Serra e a Cova da Beira. -----

Fica a proposta! -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP) referiu: “ é um documento que vai um pouco mais longe do que o simples levantamento das infraestruturas desportivas existentes no Concelho. ----- Vai mais longe porque, utilizando critérios fiáveis, relacionados com a População, dá indicações que, nesta ou naquela Freguesia, existem mais equipamentos do que aqueles que deviam existir. Mas falta, de facto neste estudo, a análise da taxa de utilização de cada infraestrutura, mesmo na cidade, mesmo onde a equipa que realizou o trabalho disse que se justifica uma determinada infraestrutura. -----

Estamos a falar de equipamentos de centenas de milhares de euros que, ou existe uma garantia da sua utilização eficaz e útil - de manhã, à tarde e à noite para se rentabilizar o equipamento - ou

então para se fazer um convívio de vez em quando, existem outro tipo de estruturas que podem ser utilizadas para isso. -----

Na análise que faço do documento, na parte das infraestruturas, dos equipamentos, do identificar aquilo que está a mais e que está a menos e aquilo onde se deve apostar, aquilo que deve criar, essa parte acho que está no documento, mas isto é um eixo e o documento tem três eixos, depois os outros dois eixos que têm objetivos genéricos. É necessário agora operacionalizar esses objetivos. -----

O grande problema, que existe no Concelho da Covilhã, é que existe uma diversidade de modalidades em que um clube federado, não tem campeonato concelhio nem distrital, parte logo para os regionais e de forma próxima, não existe um quadro competitivo, que leve as pessoas a competir. É na competição que se aprende, se desenvolvem capacidades físicas, do próprio jogo e do grupo. -----

No eixo dois, tudo bem, parece-me que o estudo foi a algum pormenor, mas nos eixos um e três, está no próprio documento, meia dúzia de objetivos, que é necessário operacionalizar. Há aqui muita decisão ainda para tomar. -----

Outros Municípios, outros Concelhos já estão na fase de programas desportivos, em que implementam uma atividade desportiva específica, orçamentam-na, convidam as associações e os clubes a candidatarem-se e a participarem. Promovendo depois os encontros. -----

Tudo isso é um trabalho que tem que ser articulado. -----

É, no fundo, também um trabalho concelhio que tem que se fazer - convidar as associações, as associações candidatam-se, têm financiamento, as coisas desenvolvem-se de acordo com as prioridades que a Câmara definir e não como aquilo que acontece hoje no Concelho. -----

Existe uma panóplia de atividades, mas depois não existe grande ligação entre elas, porque não há uma estrutura coerente e organizada para o seu desenvolvimento. Disse.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS) (doc.27):** -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhora e Senhores Vereadores -----

Senhor Provedor do Município -----

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia -----

Senhoras e Senhores da Comunicação Social -----

Senhoras e Senhores do Staff Municipal -----

Senhoras e Senhores deputados -----

No ponto 2.9 da ordem de trabalhos da presente sessão Ordinária é remetido, para aprovação, a esta Assembleia, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal. -----

O PEDD surge da preocupação do Município da Covilhã apresentar uma dinâmica de desenvolvimento desportivo, que responda à procura da população que reside no concelho, bem como à que nos procura pelas mais diversas razões (desde o bem-estar ao lazer). O PEDD constitui-se como um instrumento de elevada importância para o Concelho da Covilhã, na medida que permitirá avaliar, intervir, controlar e ajustar em função das variáveis existentes e da alteração das mesmas, às políticas municipais de desporto. -----

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal tem como objetivos: criar e desenvolver estratégias que aumentem a prática da atividade desportiva dos nossos concidadãos, tornando a oferta desportiva mais forte e direcionada, a diferentes segmentos da população; estabelecer um pensamento organizado e definir um plano de intervenção consistente de modo a promover a atividade física e o desporto nas suas várias vertentes; ser uma ferramenta de avaliação das atuais infraestruturas desportivas, a sua adequação ao nível do território onde se inserem e qual o seu estado de conservação; identificar de forma clara quais as carências em termos de infraestruturas a nível do concelho, definindo um plano de investimentos para os próximos anos; orientar através dos seus eixos estratégicos a definição de ações, de métricas e indicadores para se poder avaliar a performance desportiva do Município da Covilhã. -----

Do ponto de vista metodológico constatamos que a CMC fez o trabalho que lhe competia, efetuando o levantamento da realidade desportiva do concelho, a sua caracterização e análise das instalações desportivas atuais de cada freguesia, levantamento que foi feito em estrita colaboração com os senhores presidentes de junta ou união de freguesias. -----

Com base nos diferentes indicadores recolhidos apresentam-nos 3 principais eixos estratégicos de desenvolvimento desportivo municipal, também estes definidos com os contributos dos principais intervenientes com responsabilidade desportiva no nosso concelho, a saber: Eixo 1 – Aumento da Prática Desportiva; Eixo 2 - Requalificação e Construção de Infraestruturas Desportivas; Eixo 3 – Desporto como Meio de Desenvolvimento Sustentável. -----

Este documento é pois um veículo impulsor resultante da estratégia que o Senhor Presidente, Dr. Vítor Pereira, tem para os diferentes setores, no caso ao nível das políticas desportivas e como tal, já, está em fase de preparação um regulamento para que seja criado um conselho municipal de desporto, que periodicamente acompanhe, avalie e se pronuncie sobre este Plano, a sua execução e ajustamento aos indicadores e objetivos definidos. Este conselho irá também potenciar a ligação entre todos os protagonistas e facilitar a articulação entre eles, para que consigamos atingir os objetivos desejados, fazendo esquecer tempos idos. -----

Tendo em conta a análise territorial do concelho e a caracterização das instalações desportivas, que permitiu diagnosticar a realidade existente, será pertinente à medida que se implementam as ações, estas serem acompanhadas de um estudo de mercado. Estes indicadores serão recolhidos em colaboração com a UBI, mais concretamente com o Departamento de Ciências do Desporto e vão permitir tomar decisões quanto à diversificação da oferta desportiva e caso se justifique, a criação de novos equipamentos. -----

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal apresenta-se pois como um documento direcionado para o futuro, que explana os horizontes e caminhos que o município deve

traçar e ambicionar para alcançar os objetivos referidos. Em cada eixo de intervenção encontramos objetivos estratégicos que serão alcançados através dos programas já implementados pelo município, bem como através da criação de novos programas e projetos desportivos com vista a atingir os objetivos propostos, que serão materializados no Plano de Atividades Anual. Pelo que observamos, algumas destas ações, projetos e programas serão desenvolvidos em parceria com as várias entidades desportivas do concelho, que desde logo demonstram vontade em colaborar tendo por fim a concretização dos eixos definidos, confirmando toda uma política de aproximação e colaboração que este executivo tem vindo a desenvolver com os seus parceiros dos mais variados setores. -----

Por tal, e constatando que este Plano se enquadra na estratégia que o município liderado pelo Senhor Presidente, Dr. Vítor Pereira, tem vindo a implementar nesta área, com o objetivo de promover um território desportivamente sustentável que garanta uma melhor qualidade de vida a todos os nossos munícipes, a bancada do Partido Socialista vai também assumir a responsabilidade que lhe concorre para o desenvolvimento sustentável desportivo do concelho da Covilhã, votando favoravelmente, e desta vez pelo futuro desportivo das novas gerações.” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** “este plano passa por um bom levantamento a nível de infraestruturas, uma boa caracterização demográfica do Concelho, mas peca, depois, naquilo que serão as linhas orientadoras, no nosso entender. -----

Há que diferenciar aquilo que é a prática de uma atividade física, daquilo que é a prática desportiva, a prática desportiva implica competição. -----

Sabemos que a nível da pirâmide, ou aquilo que será o objetivo de formar atletas, é fundamental a formação e temos que alargar a base de captação de atletas. Aí, é fundamental a atividade camarária porque, através das AEC, consegue levar ao conhecimento dos nossos jovens uma série enorme de modalidades e poderá, eventualmente, condicionar a prática futura de algumas modalidades, por esse contacto em tenra idade. -----

Houve em tempos, não sei se ainda se mantém, o programa gira-vólei que estava implementado nas AEC das escolas do 1.º ciclo do Concelho. Mas, para além de um cartão da Federação Portuguesa de Voleibol, que foi entregue ao meu filho, eu não soube de nenhum encontro organizado no Concelho (por exemplo no Dia da Criança), entre as várias Escolas do Município, a incentivar a prática da modalidade. -----

Em tempos, na COVIFEIRA, foram realizados encontros Inter Freguesias de várias modalidades. É isto que é necessário, é isso que nós achamos que é fundamental para incentivar a prática desportiva que, mais uma vez reforço, é diferente da prática de atividade física. -----

O levantamento das condições necessárias para a prática de atividade física, na nossa comunidade sénior, é fundamental. Esse levantamento está bem feito. Mas, acho que, um plano estratégico a dez anos precisa de mais, deve ter objetivos concretos, deve ser medível e não abstrato. -----

Tenho dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e deu a notícia de que, ao fim de mais de 20 anos, conseguiram comprar o denominado “Campo da Bola do Teixoso”, “uma velhíssima aspiração do Grupo Desportivo Teixosense”, pela verba de 175 mil euros, o mesmo valor que tinha sido oferecido pelo seu antecessor, há mais de vinte anos. -----

Referiu, ainda, que será feita a cedência, *por um período longo*, para que o Teixosense o passa utilizar, havendo depois regulamentação. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal - 2021-2030** foi a mesma **aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP - Fausto Herculano Branco Baptista, PCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 05 abstenções (DNCCP e CDS-PP)**. -----
Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiço, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

2.10 – PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2021 - 2030

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 10, do artigo 4.º, do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018 de 02 de fevereiro, através do ofício n.º 3437 de 2021.06.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS) (doc.28): -----

“Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios -----

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Covilhã (PMDFCI), é um plano de 3ª Geração e constitui um instrumento de planeamento que se pretende dinâmico e adaptado à realidade do Município, caracterizado por uma vasta área florestal (25 928 Ha) dispersa por um território de 555,60 Km². -----

O presente Plano, visa estabelecer uma estratégia municipal que defina medidas necessárias para o efeito e planeamento integrado das intervenções das entidades com responsabilidades nesta matéria, segundo os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com o respetivo Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI), no âmbito das atribuições da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), de acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação. -----

O PMDFCI está dividido em duas partes -----

- *CADERNO I - Diagnostico (informação Base).* -----
- *CADERNO II - Plano de Ação.* -----

No CADERNO I é feita uma análise ao território do Concelho da Covilhã: tendo em conta a sua: ---

- 1. Caracterização física* -----
- 2. Caracterização climática* -----
- 3. Caracterização Populacional* -----
- 4. Ocupação do solo e zonas especiais* -----
- 5. Análise do histórico e causalidade dos incêndios rurais.* -----

Por sua vez, no CADERNO II é apresentado o plano de ação, que visa estabelecer a estratégia municipal que define as medidas necessárias para o planeamento integrado, a forma de intervenção das entidades com responsabilidades nesta matéria, bem como metas, indicadores, estimativa orçamental e, ainda, a estratégia municipal do Dispositivo de Combate a Incêndios Rurais (DCIR). -----

Este plano define de forma clara as regras a cumprir pelos privados, para que possam manter, as suas propriedades limpas e seguras. Apresenta também um conjunto equilibrado de ações que suportam a prevenção, gestão de combustíveis e silvicultura, a vigilância, detecção, primeira intervenção, o combate e a recuperação das áreas ardidadas. -----

Neste plano de 3ª geração encontram-se vertidas medidas de forma a desburocratizar/simplificar alguns procedimentos com o objectivo de facilitar a vida dos munícipes, nomeadamente: -----

- 1 - Novos mapas/cartas das Faixas de Gestão de Combustível para proteção aos aglomerados populacionais;* -----
- 2 - Uma nova carta de perigosidade, mais realista, elaborada com base na atual Carta de uso e ocupação do solo - COS;* -----
- 3 - Simplificação de regras e isenção de parecer da CMDF para as seguintes edificações: ---*
 - 1. Obras de escassa relevância urbanística, como tal definidas pelo RJUE e/ou pelo Regulamento Municipal;* -----
 - 2. Construção de vias ou parques de estacionamento de uso público;* -----
 - 3. Infraestruturas e equipamentos de captação, tratamento, armazenamento e transporte de águas para qualquer fim;* -----
 - 4. Tanques, charcas, piscinas e outras estruturas de armazenamento de água;* -----
 - 5. Infraestruturas e equipamentos de produção e/ou transporte de energia;* -----
 - 6. Infraestruturas e equipamentos de telecomunicações;* -----
 - 7. Infraestruturas e equipamentos públicos de conservação da natureza, recreio e lazer;* -----
 - 8. Infraestruturas e equipamentos públicos de emergência e proteção civil, da defesa e da proteção da floresta contra incêndios;* -----
 - 9. Muros de vedação ou suporte.* -----

O PMDFCI obteve parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf), em 18 de fevereiro de 2021. O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., emitiu parecer vinculativo positivo, a 10 de março de 2021 nos termos do exigido no n.º 3 e 4 do artigo 4º, do Despacho n.º 443-A/2018, de 09 de janeiro (Anexo I), uma vez que cumpre todos os procedimentos legais em vigor para a sua formal aprovação. -----

Concluídos estes procedimentos, operacionalizou-se a divulgação/publicitação do aviso de consulta pública no Diário da República, 2.ª Série, Parte H, n.º 93 de 13 de maio de 2021, e através de afixação de Editais nos lugares de estilo habituais, tendo a mesma decorrido por um período de 15 dias, entre 13 de maio e 2 de junho de 2021. -----

Atendendo à dimensão do Concelho e à obrigatoriedade da implementação da rede de Faixas de Gestão de Combustível para redução dos efeitos da passagem de incêndios o Município tem feito um esforço no sentido de proceder à limpeza e desmatagem das áreas da sua responsabilidade. ---

A Câmara Municipal tem procedimentos a decorrer com vista à conclusão das limpezas da Faixas de Gestão de Combustível. -----

A estreita colaboração entre o Município e a GNR, têm permitido levar a cabo em todas as freguesias do Concelho ações de sensibilização/informação no âmbito da limpeza e desmatagem de terrenos e queima de sobrantes, por forma a evitar potenciais incêndios e/ou, caso aconteçam, impedir a sua rápida propagação e mitigação das consequências ambientais, sociais e económicas que daí possam advir. -----

Estas ações de informação e sensibilização contribuíram decisivamente para um acentuado decréscimo de sinalizações- uma vez que em 2020 foram assinalados 464 terrenos em incumprimento e em 2021, até à data, 270, com conseqüente diminuição no nº de coimas aplicadas, tendo passado de 19 em 2020 para apenas 3 em 2021. -----

A Guarda Nacional Republicana sinalizou no presente ano 15 pontos críticos que foram já devidamente limpos/desmatados. -----

Em colaboração com a GNR a Câmara Municipal requalificou os 3 postos de vigia do Concelho. ---

Com os vigilantes nos postos de vigia, e as equipas de sapadores posicionadas nos locais estratégicos de estacionamento, definidos pelo Município, no POM, o território encontra-se em permanente observação, permitindo a deteção dos fogos à nascença e a sua rápida extinção, o que se traduzirá numa significativa diminuição das áreas ardidas. -----

Importa ainda referir o trabalho de verificação da operacionalidade dos pontos de água a utilizar em caso de incêndio, bem como a verificação da rede viária florestal, infraestruturas de extra importância para o combate e extinção. -----

O planeamento municipal tem um carácter executivo e de programação operacional e deverá cumprir as orientações e prioridades regionais, supramunicipais e locais, numa lógica de contribuição para o todo nacional. -----

O ICNF em colaboração com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia encontra-se a limpar uma extensa área de rede primária nas linhas de cumeada. -----

Por que não podemos esquecer que o nosso contributo é fundamental para manter a Floresta limpa e protegida.” -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP) disse: “O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2021 - 2030 dá resposta à formalidade e exigência legal de que cada Município deve ter um plano. -----

O Plano faz a caracterização física e morfológica do clima, da população e do tipo de ocupação no solo, define os eixos estratégicos, cinco, calendariza as ações e faz a estimativa orçamental para um período de 10 anos, incluindo o ano de 2021. -----

O Plano articula-se com outros Planos Concelhios e Inter Concelhios. É um Plano. -----

É um Plano que tem uma estimativa orçamental para 2021 de 5 milhões 547 mil 725 euros, de facto é muito dinheiro, 5 milhões de investimentos na Floresta em 2021, ainda somos capazes de por a Floresta e o nosso Concelho limpinho contra os incêndios. -----

É um Plano que deveria ter a análise, na nossa opinião, do Plano em vigor e o seu grau de execução.

Para além de outras orientações, na nossa opinião, importa salientar a necessidade urgente em todo o Concelho, da reflorestação das áreas ardidas em 2017 e em outros anos, não conheço hoje qualquer projeto de reflorestação em execução do Concelho. -----

Dinamizar e dar apoio às Associações de Produtores Florestais, incentivar a sua criação, porque podemos cortar muito mato, mas se não há plantação, se não há ordenamento, se não há pessoas na Floresta, podemos fazer muita vigilância, mas o drama dos incêndios irá continuar. -----

Apoiar as ações dos Concelhos Diretivos dos Baldios, assegurar a manutenção das faixas de gestão de combustível, desde logo as que existem junto da rede viária Municipal. -----

Meus Senhores, estamos a caminhar para o verão e existe aí muita rede viária municipal, no Concelho, onde os arbustos já cobrem os rails e já estão a invadir a via. -----

Assegurar a manutenção da rede viária florestal, secundária e terciária, implementar a rede de pontos de água, porque por mais planos que façamos, por mais planos bonitos que se executem a operacionalização deles, a sua execução no terreno e de facto intervir onde interessa intervir, porque para além dos baldios que têm uma área significativa e de alguns proprietários florestais e de algumas empresas florestais, que também estão no terreno, a maior parte do território são pequenas parcelas. E a realidade é que as pessoas, hoje, não retiram qualquer rendimento da floresta, ela não existe sequer, quanto mais ainda fazer limpeza do território. Portanto, muitas dificuldades se não for em ação conjunta, em Associações de Produtores Florestais, com a ajuda da Câmara, com a candidatura a programas de reflorestação e de limpeza, se não caminarmos por aí vamos continuar a ter o nosso Concelho, como está hoje em várias extensões de terreno, em várias zonas e locais, onde há caminhos rurais, florestais onde é difícil passar, onde já ninguém conhece os terrenos, nem os próprios proprietários os conhecem. Terá que haver uma intervenção no terreno com as pessoas no sentido de ir ao problema de fundo que é, de facto, uma floresta que não existe e a sujidade daquilo que existe também.” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** referiu que vão votar a favor, porque consideram que o Plano está bem elaborado e sustentado. Enalteceu, também, o trabalho que está a ser realizado pelas Juntas de Freguesia. -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** referiu que neste plano, no caderno n.º1 o diagnóstico estatístico está muito bem feito, a caracterização está muito bem elaborada, mas aquilo que é necessário perceberem é o que já está feito, em termos de medidas adotadas, em relação ao caderno n.º 2, nomeadamente construções, infraestruturas, equipamentos e que intervenções já foram feitas ao nível da rede viária florestal. -----

Relativamente ao histórico e à casualidade dos incêndios, questionou sobre que medidas foram ou estão a ser implementadas e que planeamento está a ser adotado para este tipo de situações.

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** felicitou o Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis, pela iniciativa de trazer este documento à Assembleia Municipal. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2021 - 2030** foi a mesma **aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP e PCP) e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 03 abstenções (CDS-PP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP), Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS) e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguizo, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Covilhã e Canhoso. -----

2.11 – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E DE RECONHECIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k, do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3462 de 2021.06.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro** pediu a palavra **para comunicar que se vai ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP) (doc.29):** -----

“Finalmente vem a discussão a esta Assembleia o regulamento de benefícios fiscais, que é da competência da Câmara apresentar, no entanto não podemos deixar de assinalar que este regulamento vem com quase 8 anos de atraso e que durante este tempo as MPMES, as famílias e o Associativismo da Covilhã estiveram privados de possíveis benefícios fiscais, em sede de impostos municipais, por pura inépcia do executivo pois sem este regulamento nada poderia ser feito. -----

Após a análise do documento que nos foi apresentado encontramos várias incoerências, ausências e arbitrariedades e injustiças. -----

Seguindo as referências do documento -----

No artigo 7 incentivo à reabilitação urbana alínea a e b encontramos as primeiras arbitrariedades não havendo qualquer definição dos critérios de atribuição dos benefícios pois no artigo anterior tipos de isenções alínea a e b vem escrito isenção total ou parcial e no seguinte só vem isenção não referindo se é, como no artigo anterior define, total ou parcial, deixando a possibilidade de uma definição arbitrária, pois total ou parcial são ambas isenções. -----

No artigo 8 apoio às famílias encontramos grande preocupação social, ou a injustiça social, com a redução do IMI baseado somente no agregado familiar e não incluindo os escalões de rendimentos pois se alguém for desempregado e ou beneficiário de RSI com casa própria... herdada por exemplo... E que pagam IMI... ou não pagam... se não tem rendimento suficiente para sobreviver... como vão pagar? -----

Os impostos devem servir para uma redistribuição da riqueza do País e neste particular do município, e não para mais uma vez permitir a quem pode pagar ter os mesmos benefícios de quem não pode. -----

Aqui também não existe qualquer referência aos jovens, e depois estranham que por esta e por outras, eles não ficam. -----

No artigo 10 apoio ao associativismo vemos novamente o critério arbitrário da atribuição das isenções pois não está definido mais uma vez que tipo de isenção nem os seus critérios deixando nas mãos de quem a atribui a liberdade de o fazer como quiser podendo deixar o associativismo em uma posição de subserviência através do poder económico. -----

O PCP propõem para resolver esta questão, e como vem, já há vários anos, no programa da CDU, coligação à qual pertencemos, a isenção total do IMI para o associativismo, pois ele deve ser apoiado e ter previsibilidade para poder funcionar e não estar sempre à espera de ver se é muito ou pouco. -----

Em relação aos PIMS o que constatamos é que mais uma vez quanto maior é mais a Câmara te vai dar. -----

Reafirmamos mais uma vez de que os impostos servem para redistribuir e não para beneficiar quem pode. -----

Achamos também estranho quem neste regulamento não esteja qualquer referência às situações previstas no próximo ponto da ordem de trabalhos. -----

Disse.” -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** referiu que a Câmara só está agora a apresentar o Regulamento, é verdade, mas vale mais tarde do que nunca. -----

Referiu, também, que “esta Câmara faz coisas e é porque faz coisas que estamos aqui a esta hora da noite, porque a Ordem de Trabalhos era longa e é longa porque a Câmara decide muito.” -----

Por haver trabalho bem feito, por parte da Câmara, e porque a Câmara defende e pensa muito nos Covilhanenses e defende a transparência e a igualdade, por esse motivo a Bancada do PS vai votar favoravelmente esta proposta. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que “a Câmara cumpre o seu dever, os Eleitos cumprem o seu dever. Foram eleitos para trabalhar ao serviço da População, na gestão da coisa pública, com transparência e ao serviço das pessoas, como é evidente.” -----

Referiu, também, que por se tratar de um documento que pode ser alterado pela Assembleia Municipal, no ponto de apoio às famílias podia ser introduzido o critério de quem recebe um valor inferior ao índice dos apoios sociais ficar isento do pagamento de IMI e no apoio ao associativismo a isenção fosse total. -----

- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos: -----

Passamos o tempo a dizer que queremos cá empresas e todos queremos, não tenho dúvidas que ninguém, com toda a boa-fé, todos querem que cá tenhamos empresas. Temos que lhes conceder benefícios que estejam plasmados na Lei, que estejam perfeitamente consentâneos com a Lei da República, plasmados num Regulamento. É isso que estamos a tratar no essencial. -----

A questão do IMI trata-se quando se fixa anualmente a taxa e as famílias que são abrangidas e as não abrangidas, isso é outra matéria. Obviamente, na prática estamos aqui a falar de benefícios fiscais para empresas autorizadas, para todo o tipo de projetos, como é obvio para fomentar o empreendedorismo, a criatividade dos nossos Concidãos, vise ou não o lucro, também é para o empreendedorismo social para o terceiro setor, mas no essencial é para os projetos de interesse municipal, é para aqueles projetos relevantes que fazem a diferença, trazem mais postos de trabalho, trazem mais riqueza e ajudam a fixar pessoas. O resto é retórica. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) 03 votos contra (PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguito, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Sobral de S.

Miguel, Covilhã e Canhoso e o Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

2.12 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k, do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3439 de 2021.06.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP) (doc.30):** -----

“Sobre o assunto em discussão, Regulamento de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local do Município da Covilhã, bancada municipal do PCP vem assinalar o facto de que só agora o executivo da Câmara vem propor a esta Assembleia um regulamento para votação, pese embora a lei que criou este regulamento esteja há quatro anos em vigor (24/6/2017 a 25/6/2021). -----

Estranhamos a demora de 4 anos, para a redacção do supra citado regulamento, podíamos considerar que era de complexa redacção mas no entanto após análise do documento e sua comparação com a lei que o sustenta (Lei n.º 42/2017) chegamos à conclusão de que um conjunto dos 18 artigos que tem o regulamento são uma total ou parcial transcrição da lei supra citada. --- A lei 47/2017 no seu Artigo 5.º diz e passo a citar: -----

Regulamentos municipais de reconhecimento -----

b) Definir critérios especiais que tenham em conta as especificidades locais e as medidas de protecção a adoptar pelo município; -----

c) Definir critérios de ponderação dos vários elementos em presença distintos dos referidos no n.º 4 do artigo seguinte, nomeadamente através do estabelecimento de critérios mínimos para o reconhecimento ou a majoração de critérios que considerem mais relevantes para a realidade local do município. -----

Como podemos ver pelo acima citado, podia e devia a Câmara ter ido mais longe na elaboração deste regulamento ficando assim não mais que uma mera transcrição da lei que o suporta com mais uns acrescentos de processo administrativo e com isso se demoraram quatro anos. -----

Disse.” -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** referiu que a Lei é de aplicação imediata no Ordenamento Jurídico Português e que o facto de a Câmara estar 3 ou 4 anos sem fazer o regulamento da Lei, não quer dizer que a Lei estivesse suspensa na sua aplicação. -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** chamou a atenção para a alínea a) n.º 3 do artigo 5.º que tipifica os imóveis a classificar, mas é omissa no que deve ser feito para os proteger e salvaguardar. Referiu que para o efeito existem Leis em vigor, mas entende que o Regulamento o devia mencionar e não apenas o que leva à classificação dos imóveis. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Regulamento Municipal de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local** foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) 03 abstenções (CDS-PP). -----
Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguiço, Erada, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Covilhã e Canhoso. -----

2.13 – REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k, do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3438 de 2021.06.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** da análise do documento puderam avaliar ser necessário classificar e regular a utilização dos Equipamentos Desportivos. Entendem que o Regulamento devia ir mais longe e clarificar os níveis de apoios que estão a dar às Associações e aos Clubes do Concelho, fora daquilo que é o regulamento do apoio ao Associativismo. -----

“Enquanto isto não for feito existe muito apoio que não se consegue quantificar.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - *Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas Municipais do Concelho da Covilhã* foi a mesma *aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 04 abstenções (CDS-PP e PCP).* -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP), Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguizo, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

2.14 – MINUTAS DE AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E DE RECURSOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ PARA A UNIÃO DE FREGUESIAS/FREGUESIAS DO CONCELHO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 5.º, da Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, através do ofício n.º 3430 de 2021.06.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Este é provavelmente, para as Juntas de Freguesia, o ponto mais importante que vai ser votado, nos últimos anos. -----

Foi um processo moroso, onde os Presidentes de Junta lutaram e bem pelos interesses das Freguesias. Queremos mais. -----

É um processo que no caso, da Freguesia do Tortosendo, vem com dois anos de atraso. Não lhe vou pedir os retroativos, Senhor Presidente, mas no mínimo com os 150 mil euros que a Junta de Freguesia teria recebido, peço-lhe que no mínimo conclua os passeios, entre a Rotunda dos Lagares e o Parque Industrial. -----

Esteve bem a Câmara Municipal, neste processo. Agradeço à Câmara Municipal e, não me vão levar a mal os outros Vereadores, um agradecimento ao Senhor Vereador José Miguel que connosco fez esta ligação. -----

É um processo que, neste Mandato, não vai ser possível sentirmos aquilo que as Juntas vão receber a mais. Mas cá estarei, como sempre, a defender os interesses do Tortosendo, no próximo Mandato, e a dizer que valeu a pena aprovarmos o que vamos aprovar aqui hoje. Muito obrigado."

- Dr. Paulo Manuel Cunha Ribeiro (Ferro): *"Como devem ter reparado, a Junta de Freguesia do Ferro não aceitou, nesta fase, a delegação de competências, que esteve a ser negociada com a Câmara Municipal. Julgo que estamos presos por arames muito finos e espero que durante a próxima semana as arestas que faltam limar, fiquem limadas. Aquilo que é o montante a receber pela Junta de Freguesia do Ferro permita, de facto, que a Junta tenha um orçamento mínimo para produzir aquilo que é necessário na Freguesia. -----*

E para não pensarem que da parte do Presidente da Junta do Ferro há alguma mágoa, estão lá fora caixas de cerejas do Ferro para toda a gente levar, para não pensarem que há alguma mágoa e espero que na próxima semana estas arestas fiquem limadas. Muito obrigado." -----

- Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) (doc.31): -----

"Responde hoje esta assembleia às perguntas provocatórias do CDS acerca do Processo de Transferência de Competências que escreveu em comunicado, passo a citar ""Resta saber o que pretende esconder o atual executivo da freguesia, ou até o que terá negociado"; "Estará este presidente a manobrar negociatas de bastidores para favorecer a Câmara?"; "Está este presidente de junta ciente que dessa forma está a prejudicar os interesses da freguesia e dos Boidobrenses?"; "Por que razão este presidente não dá a conhecer as manobras em que está envolvido com outras freguesias?" -----

"Responde hoje com esta assembleia com os autos de transferência que aumentam para o dobro o valor até aqui transferido para as freguesias" -----

"Estamos a aproximar-nos da reta final do processo que iniciámos com a Reunião das Juntas de Freguesia do Concelho da Covilhã, no dia 11 de Setembro de 2020, sobre a Transferência de Competências do Município da Covilhã para as Freguesias. -----

Fruto do trabalho em prol das nossas freguesias e populações, que soubemos fazer em coletivo, contrariando lógicas individualistas, do debate civilizado e construtivo, com responsabilidade e sentido institucional, em detrimento de projetos pessoais e centrado nos objetivos maiores do processo e da Posição Conjunta, sabendo ouvir e aceitar a maioria, foi possível construir, melhorar, validar e assumir uma Posição Conjunta de 20 Freguesias do Concelho da Covilhã. -----

Podemos hoje dizer que atingimos quase todos os 7 objetivos/propostas/reivindicações que a Posição Conjunta continha: -----

- 1. A ideia de conjunto e que todas as freguesias se encontravam sob a mesma perspetiva; -----*
- 2. A da prática efetiva apenas em 1 de Janeiro de 2022; -----*
- 3. A retoma urgente do processo de negociação logo em Outubro de 2020 por forma a concluir o processo até 30 de Junho de 2021; -----*
- 4. A transferência de todas as competências já previstas nos Acordos de Execução 2017-2021 (com eventual inclusão de outras competências); -----*

5. A melhoria dos critérios de ponderação, a atualização da informação que serviu de base aos acordos em vigor, a clarificação do âmbito, abrangência e tipologia das competências; -----

6. A transferência não só de recursos financeiros mas também patrimoniais e a equação da possibilidade de no futuro serem transferidos recursos humanos; -----

7. O reforço efetivo do valor global a transferir para as Freguesias, aproximando o mesmo a 5% do Orçamento Municipal, traduzindo-se o mesmo num montante mínimo anual de 1.500.000€. -----

Pensamos que o que alcançámos não o conseguiríamos de forma tão cabal se tivéssemos sido cada um/a por si. Como escrevemos na Posição Conjunta, conseguimos acordos capazes de dignificar o trabalho das Freguesias e dos seus órgãos em prol das populações, estabelecendo um contrato tripartido mais justo entre o Estado Central, o Município e as Freguesias do Concelho da Covilhã, valorizando o trabalho de proximidade, a gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, promovendo a autonomia e independência das Freguesias. -----

Que todo este processo reforce ainda mais a colaboração, parceria, partilha de ideias, recursos e meios, no futuro, estando certo que a Transferência de Competências que dentro em breve se concretizará, também se constituirá como uma oportunidade. Pela minha parte e por parte da Junta de Freguesia da Boidobra, sempre disponível. -----

Resta-me agradecer mais uma vez a resposta positiva ao convite que vos formulei a 27 de Agosto de 2020 aos meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, para em conjunto, partilhar preocupações, opiniões, ideias e pontos de vista sobre este assunto. Sem a vossa adesão e envolvimento, esta iniciativa não teria alcançado o objetivo de encontrar e propor a melhor estratégia que valoriza o importante papel das Freguesias na resolução dos problemas das populações.” -----

“Quanto ao papel da CMC, adiou o Processo a 8 freguesias em 2019 e a mais 8 freguesias em 2020, ainda que as Juntas de Freguesia pudessem ter despoletado o processo. -----

Nesta reta final, acabou por ter boa vontade relativamente às reivindicações realizadas pelas Juntas de Freguesia, inclusivamente contemplando verbas para as competências próprias das juntas de freguesia, mas que estas não conseguem realizar com as parcas verbas que têm. -----

No fim de contas, este acabou por ser um bom timing. Ninguém discutiu para si próprio mas sim para a freguesia. -----

Dizer ainda que quando reivindicámos 1.500.000€ falávamos de 5% do orçamento municipal de 30 milhões de euros. Sendo o orçamento de 2020 de 43.000.000€ isso podia/devia significar a transferência de 2.150.000€. -----

Deixar bem claro que estes autos de transferência são competências transferidas da câmara para as juntas, uma espécie de prestação de serviços. Faltam definir os investimentos do município nas Freguesias. -----

Ficou ainda por definir o aumento anual e os recursos humanos a transferir. -----

- Naturalmente mais competências significam mais responsabilidades, na certeza que as juntas de freguesia serão responsáveis e competentes.” -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou esclarecimentos e disse que apenas com as Juntas de S. Jorge da Beira e Ferro não conseguiram chegar a acordo, por pormenores. -----

*“Este é um processo, globalmente, muito positivo. Há um aumento financeiro de 111%, é a média global das 21 Juntas de Freguesia, neste caso concreto, nas 19, porque as outras duas não estão incluídas. E, é importante também que para os nossos Concidãos passe a mensagem, que é importante que eles a retenham e a benefício do papel e da homenagem que também quero fazer aos Senhores Presidentes de Junta, porque se isto se conseguiu é também graças ao papel proactivo, interveniente e preocupado deles, pela sua competência, pela proximidade que têm relativamente aos nossos Concidãos, seus Fregueses. Mas, dar aqui nota de que este acordo individual e global foi atingido por que se fez o trabalho de casa. O Senhor Vereador do Pelouro e a sua equipa trabalharam afincadamente nisto, depois eu tive uma ronda de negociações com todos os Senhores Presidentes de Junta, bem interessante, que assentava numa ficha de caracterização e a partir de agora, ou seja a partir de janeiro os nossos Concidãos vão ser mais exigentes relativamente às Juntas de Freguesia. É verdade que os Senhores Presidentes de Junta já executavam algumas tarefas e continuam a executar e não tinham o correspondente envelope financeiro e a partir de janeiro isso fica normalizado, com um aumento significativo. -----
A partir de janeiro os nossos Concidãos é às Juntas que têm que exigir o cumprimento das cláusulas constantes do acordo e não à Câmara Municipal. -----
Quero agradecer, mais uma vez, aos Senhores Presidentes de Junta, sem exceção, incluindo aqueles que não aceitaram, o trabalho que na linha da frente realizam no vosso dia-a-dia. -----
Bem hajam.” -----*

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Minutas de Auto de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã para as seguintes Freguesias/ União de Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiço, Erada, Orjais, Paul, Peraboa, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Unhais da Serra, Verdelhos, Barco e Coutada, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Peso e Vales do Rio, Teixoso e Sarzedo, Vale Formoso e Aldeia do Souto** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.15 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE TEIXOSO E SARZEDO - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA CHANDEIRA SARZEDO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de maio de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2997 de 2021.05.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo - Requalificação da Rua da Chandeira Sarzedo** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.16 – PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E O CARVALHENSE FUTEBOL CLUBE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de junho de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, através do ofício n.º 3443 de 2021.06.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e o Carvalhense Futebol Clube** foi a mesma **aprovada por maioria, com 32 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP)**. -----

2.17 - CPCJ COVILHÃ - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2020 (CONHECIMENTO)

--- O presente assunto foi remetido à Assembleia Municipal, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, para conhecimento, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**: As crianças serão sempre as primeiras. No nosso Concelho há à volta de 100 crianças que precisam de apoio e esse apoio está a ser prestado pelas Comissões. -----

No Concelho da Covilhã há uma problemática que é recorrente e prevalente, que é a violência doméstica, que é transversal a todas as classes. -----

Para combater a violência doméstica é necessária a formação conjugal e parental. É preciso dar formação aos pais, às crianças e aos jovens sobre a problemática da violência doméstica. -----

Na violência doméstica também há a vertente do consumo de álcool, nas sinalizações recebidas na Comissão verifica-se que há o problema do alcoolismo. Durante a pandemia quando não foram possíveis deslocamentos aos locais de venda de álcool, verificou-se a diminuição dos casos de violência doméstica. Portanto, também aí os Órgãos e as Instituições devem apostar e nas ações de sensibilização para o consumo responsável do álcool e para adoção de estilos de vida saudáveis. É preciso apostar nisso, é preciso apoiar esse tipo de ação para podermos ter resultados, para que quando as crianças chegarem à vida adulta saibam mudar os comportamentos, de maneira a que este flagelo da violência doméstica acabe.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Senhor **Carlos Manuel Rodrigues**, residente na Freguesia de Boidobra que, após cumprimentar todos os presentes, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se a requalificação do parque de estacionamento na Rua Conde José Calheiros (que lhes foi prometida há 20 anos e, à Junta de Freguesia, que a situação seria resolvida até março do corrente ano) ainda será feita antes de o Mandato terminar e solicitou, para proteção das crianças e prevenir acidentes, que seja colocado um gradeamento junto à Ribeira e umas lombas entre o Parque Infantil e a passadeira; -----

--- O Senhor **Jorge Ferraz** e o Senhor **João Varandas**, que também estavam inscritos, prescindiram por se tratar da situação já exposta pelo Senhor Carlos Manuel Rodrigues. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu: “a Junta de Freguesia da Boidobra tem sido informada sobre o estado deste processo através dos serviços competentes. O espaço está abrangido por alvará de loteamento, foi cedido ao domínio público para espaço verde, os residentes legitimamente pretendem que ali seja criado um parque de estacionamento o que implica a alteração do alvará de loteamento. Gostávamos de já ter feito isso há mais tempo, está a ser feito. -----

E, por outro lado, esse espaço precisa de ser infraestruturado, convém não esquecer isso, não é só chegar lá e colocar umas grades, tem que levar infraestruturas de redes de águas pluviais, iluminação pública e pavimentação. Não é chegar lá e transformar aquele espaço num local de estacionamento, há questões prévias necessárias e indispensáveis para o tornar utilizável como parque de estacionamento. Reconheço que têm toda a razão os nossos ilustres Concidãos que reclamam. -----

A verdade é que tivemos que mobilizar muitos meios, para aproveitar aquilo que tem sido o *overbooking*, em termos de Fundos Comunitários, os nossos meios têm sido canalizados para aí, o que fez com que se atrasasse este processo, mas não está esquecido e será feito. Não vou prometer o dia, nem a hora, nem o mês, nem é a pressão das Eleições que me lava a acelerar ou desacelerar, é aquilo que os serviços conseguirem fazer em função da nossa disponibilidade, boa vontade não falta. Também vos digo que, felizmente, não é por questões de natureza financeira.

É mais por a capacidade operacional, que está a ser toda mobilizada para fazer projetos no âmbito daquilo que são os Fundos Comunitários que nós aproveitamos e queremos aproveitar. Caso não aproveitássemos tínhamos aqui os Senhores Deputados Municipais, na próxima Sessão, a dizer que desperdiçámos as oportunidades que a CCDR nos deu, de aproveitar Fundos Comunitários. --
E, portanto, sol na eira e chuva no nabal, Meus Queridos Amigos é mesmo impossível ter." -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,